



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO:
MESTRADO EM GEOGRAFIA

VICTOR SOUZA JORQUEIRA

**A RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO DA FLORESTA NA
RESEX ALTO JURUÁ E PAE TRIUNFO/PORANGABA NO
ESTADO DO ACRE: PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E O
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE)**

RIO BRANCO
2025

VICTOR SOUZA JORQUEIRA

**A RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO DA FLORESTA NA
RESEX ALTO JURUÁ E PAE TRIUNFO/PORANGABA NO
ESTADO DO ACRE: PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E O
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE)**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade
Federal do Acre para obtenção
do título de Mestre em
Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Karina
Furini da Ponte Alves

RIO BRANCO

2025

Nome: Victor Souza Jorqueira

Título: A RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO DA FLORESTA NA RESEX ALTO JURUÁ E PAE TRIUNFO/PORANGABA NO ESTADO DO ACRE: PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Julgamento: _____

Instituição:

Assinatura: _____

Prof.ª Dra.

Julgamento: _____

Instituição:

Assinatura: _____

Profª. Dra. Karina Furini da Ponte Alves

Julgamento: _____

Instituição:

Assinatura: _____

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

J82r Jorqueira, Victor Souza, 1993 -
A resistência do campesinato na floresta na RESEX Alto Juruá e PAE Triunfo/Porangaba no Estado do Acre: produção agroecológica e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) / Victor Souza Jorqueira; orientadora: Profa. Dra. Karina Furini da Ponte Alves. – 2025.
149 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia. Rio Branco, 2025.
Inclui referências bibliográficas e apêndice.

1. Ecologia agrícola. 2. Programa Nacional de Alimentação Escolar. 3. Reserva e Projetos Extrativistas - Acre. I. Alves, Karina Furini da Ponte (orientadora). II. Título.

CDD: 910

Bibliotecária: Alanna Santos Figueiredo – CRB 11%1003.

RESUMO:

A procura por alimentos agroecológicos tem levantado desafios perante o modelo de expansão produtiva agrária pós Revolução Verde, com a chegada dos pacotes tecnológicos. A agroecologia como movimento, teoria e prática apresenta-se como forma de desmantelar esse modelo, apoiando-se em antigas práticas ecológicas utilizadas pelo campesinato. Este estudo visa analisar a resistência do campesinato da floresta na RESEX Alto Juruá e PAE Triunfo/Porangaba no Acre através da agroecologia, bem como os impactos do PNAE frente ao modelo histórico de ocupação do capital na Amazônia e de controle do Estado em aliança com a oligarquia capitalista no campo. Foi adotada a abordagem qualitativa na cidade de Marechal Thaumaturgo, utilizando métodos de trabalho de visita de campo e entrevistas. Os resultados indicam que o conhecimento em saberes empíricos da floresta e o processo de transição agroecológica contribui para a permanência desta classe em seu local de origem. A compra da merenda escolar de alimentos da produção camponesa no território analisado por parte da prefeitura contribui para a melhoria de renda da rede campesina, mesmo com a falta de assistência técnica e uso de agrotóxicos no roçado por parte das famílias. O papel da transição agroecológica dentro dos espaços rurais e urbanos fortalece as raízes campesinas e traz nova perspectiva de esperançar realidades possíveis contra-hegemônicas. Conclui-se que há grande disparidade na distribuição e acesso à terra, uma vez que não houve reforma agrária no Brasil e que a implementação de políticas públicas voltadas para o campesinato é escassa.

Palavras-chave: **Agroecologia, PNAE, Segurança Alimentar, Campesinato, Políticas Agrárias.**

ABSTRACT:

The search for agroecological foods has raised challenges in view of the post-Green Revolution agricultural production expansion model, with the arrival of technological packages. Agroecology as a movement, theory and practice presents itself as a way of dismantling this model, relying on ancient ecological practices used by the peasantry. This study aims to analyze the resistance of the forest peasantry in the Alto Juruá RESEX and PAE Triunfo/Porangaba in Acre through agroecology, as well as the impacts of the PNAE in the face of the historical model of capital occupation in the Amazon and state control in alliance with the capitalist oligarchy in the countryside. The qualitative approach was adopted in the city of Marechal Thaumaturgo, using field visit and interview work methods. The results indicate that knowledge of empirical ecological knowledge and the agroecological transition process contributes to the permanence of this class in their place of origin. The purchase of school meals made from food produced by farmers in the analyzed territory by the city government contributes to improving the income of this social class, even with the lack of technical assistance and the use of pesticides in the fields by families. The role of agroecological transition within rural and urban spaces strengthens peasant roots and brings a new perspective of hope for possible counter-hegemonic realities. It is concluded that there is great disparity in the distribution of and access to land, since there was no agrarian reform in Brazil and the implementation of public policies aimed at the peasantry is scarce.

Keywords: Agroecology, National School Feeding Program (PNAE), Food Security, Peasantry, Agrarian Policies.

Lista de Figuras

Figura 1. Abordagem multidimensional dos roçados produtivos das comunidades entrevistadas	134
--	-----

Lista de Fotos

Foto 1. Construção da casa de Moacir Gomes de Lima no PAE Triunfo/Porangaba	57
Foto 2. Responsável pelo depósito de alimentos da merenda Escolar da escola Praxedes Brandão – P.A.E. Triunfo/Porangaba	90
Foto 3. Campesina Maria Arlete Barbosa da Silva na sua horta destinada ao PNAE	97
Foto 4. Mãe Maria Azevedo e filha Micaeli Azevedo Soares na sua horta comunitária destinada ao PNAE	98
Foto 5. Secagem de Mucuna no quintal da Maria Azevedo– Comunidade Adão e Eva	114
Foto 6. Entrevista com Maria José Moura de Andrade na comunidade Foz do Tejo na RESEX Alto Juruá	115
Foto 7. Mandarová na mandioca: Roçado do Marison Firmino da Silva no PAE Triunfo/Porangaba	118
Foto 8. Viveiro de Mudas Frutíferas implementado pela ONG SOS Amazônia – Comunidade Belfort RESEX Alto Juruá	123
Foto 9. Casa de sementes do Evanilson Souza de Oliveira na comunidade Acuriá.	128
Foto 10. Utilização do Tipiti na Casa de Farinha.....	129
Foto 11. Roçado consorciado de mandioca e milho na plantação da Maria José no Foz do Tejo	131
Foto 12. Campesino Adonis Lebre da Silva e seu filho na casa de farinha, PAE Triunfo/Porangaba	132

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Alunos atendidos pelo PNAE (em milhões).....	72
Gráfico 2. Pirâmide etária do Brasil de 2022	72
Gráfico 3. Balanço anual do quantitativo de famílias beneficiadas pelo PNAE no município de Marechal Thaumaturgo (2018-2023).....	84
Gráfico 4. Balanço anual do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município de Marechal Thaumaturgo (2013 -2023).....	86
Gráfico 5. Origens dos saberes relacionados ao manuseio da terra.....	112
Gráfico 6. Utilização de Agrotóxicos no roçado	119
Gráfico 7. Assistência Técnica na produção de Alimentos na RESEX Alto Juruá e PAE Triunfo/Porangaba	121

Lista de Mapas

Mapa 1. Território da Reserva Extrativista do Alto Juruá	52
Mapa 2. Território do PAE Triunfo/Porangaba.....	56

Lista de Quadros

Quadro 1. Desafios para o plantio e entrega da merenda escolar97

Lista de Tabelas

Tabela 1. Preço PNAE repassado por aluno de acordo com a modalidade e etapa.....	74
Tabela 2. Pagamento da merenda escolar dos municípios do estado do Acre (2012-19)	75
Tabela 3. Pagamento da merenda escolar dos municípios do estado do Acre no período da pandemia da COVID-19 (2020-2022).....	76
Tabela 4. Repasse PNAE estadual e municipal no Acre (2012-2022)	77
Tabela 5. Quantitativo de compra de produtos e preços unitários das escolas vinculadas ao PNAE indígena em 2023.	82
Tabela 6. Renda por Família camponesa vinculada ao PNAE na cidade de Marechal Thaumaturgo.....	87
Tabela 7. Produção do campesinato do PAE Triunfo/Porangaba para o PNAE em 2024.....	92
Tabela 8. Produção do campesinato da RESEX Alto Juruá para o PNAE em 2024.....	93
Tabela 9. Quantitativo da compra de alimentos e preço unitário vinculado ao PNAE em 2023.. ..	95
Tabela 10. Quantidade de agrotóxicos destinados ao uso em propriedades rurais no estado do Acre, por município, no ano de 2024.. ..	120

Lista de Abreviaturas e Siglas

ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CGU	Controladoria Geral da União
TCU	Tribunal de Contas da União
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
CONSED	Conselho Nacional de Secretários em Educação
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
CPI	Comissão Pró-Indígena
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura
MAB	Movimento Anti-Barragem
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PLANAAB	Plano Nacional de Abastecimento Alimentar
RESEX	Reserva Extrativista
PAE	Projeto de Assentamento Extrativista
PT	Partido dos Trabalhadores
PPA	Programa de Pólos Agroflorestais
PROBOR	Programa de Incentivo a Produção de Borracha Vegetal.
SAF	Sistema Agroflorestal
ONU	Organização das Nações Unidas
SUDHEVEA	Superintendência do Desenvolvimento da Borracha
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DO CAMPO NO BRASIL: O CASO DO ACRE.....	24
1.1 O desenvolvimento capitalista no campo e a Revolução Verde	24
1.2 A escalada do capital na Amazônia	33
<i>1.2.1. Luta por território seringueiro e desenvolvimento capitalista no Acre</i>	<i>38</i>
1.3 História e formação da região do Alto Juruá	46
<i>1.3.1. Histórico da RESEX e a criação do Alto Juruá</i>	<i>48</i>
<i>1.3.2. A criação dos PAEs: os Projetos de Assentamento no Acre</i>	<i>53</i>
<i>1.3.3. Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Triunfo/Porangaba.....</i>	<i>55</i>
CAPÍTULO 2. O PAPEL DA AGROECOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	59
2.1. O controle do Estado brasileiro através das políticas públicas	59
<i>2.1.1. Lutar e resistir: A agroecologia nas políticas públicas</i>	<i>63</i>
2.2. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	68
<i>2.2.1. Histórico do PNAE</i>	<i>69</i>
<i>2.2.2. A presença do PNAE no território acreano</i>	<i>74</i>
<i>2.2.3. Contexto da produção agrícola indígena no Acre</i>	<i>78</i>
<i>2.2.4. O PNAE indígena em Marechal Thaumaturgo</i>	<i>80</i>
2.3. O PNAE na RESEX Alto Juruá e P.A.E. Triunfo/Porangaba.....	84
<i>2.3.1. Funcionamento da entrega de alimentos.....</i>	<i>87</i>
<i>2.3.2. Melhoria da renda e total da produção do campesinato ao PNAE.....</i>	<i>91</i>
<i>2.3.3. A chegada do PNAE: Mudanças e Desafios</i>	<i>96</i>

CAPÍTULO 3. RESISTÊNCIA CAMPESINA: AGROECOLOGIA NO ALTO JURUÁ	99
3.1. O papel da agroecologia na contra-hegemonia	99
3.1.1. <i>O bem viver.....</i>	108
3.2. Aspectos da produção agroecológica do campesinato da floresta.....	112
3.2.1 <i>O uso de agrotóxicos</i>	117
3.2.2. <i>A falta de assistência técnica.....</i>	121
3.2.3. <i>A importância da transição agroecológica</i>	123
3.2.4. <i>As sementes crioulas como patrimônio genético.....</i>	126
3.2.5. <i>A produção da mandioca e a farinhada</i>	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	148

INTRODUÇÃO

No desenvolvimento do espaço agrário brasileiro é possível visualizar dois tipos de narrativas que coexistem com muita dificuldade, por se tratar de modelos de construção antagônicos e de disputa: o do desenvolvimento capitalista do agronegócio de devastação ambiental; e outro, da luta das comunidades tradicionais e do campesinato pela reforma agrária, soberania alimentar e acesso à alimentação saudável. Esses modelos são respectivamente hegemônicos e contra-hegemônicos ao capital.

A abordagem destes contextos produtivos será feita através da análise histórica de expansão do modelo predatório do agronegócio dentro do contexto de Revolução Verde,

Estes persistem em resistir à hegemonia imposta pelo capital. As lutas se organizam em movimentos sociais por acesso à terra, como o Movimento dos Seringueiros, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragem, Via Campesina, entre outros. Analisaremos a respeito do campesinato da floresta¹ e a relação de compra da produção de diversidade de alimentos saudáveis ao longo do território brasileiro, mais especificamente para a alimentação escolar na cidade de Marechal Thaumaturgo (AC).

No período de transformação brasileira no que converge à Revolução Verde na agropecuária entre as décadas de 1960 e 1970, como parte de parâmetros mundiais, o capitalismo utiliza-se do espaço agrário para sua dominação e proliferação do capital. Ao invés de resolver a problemática da fome do pós-Segunda Guerra Mundial, monopolizam-se os espaços, onde sobressai a lógica das grandes corporações que é a maximização do lucro.

Para isso, o processo de industrialização e da corrida desenvolvimentista de expansão da produção no meio rural soma-se ao remodelamento conservadora do Estado, ou seja, há a concentração fundiária e de renda para a oligarquia rural. Neste processo de movimentos convergentes para uma mesma direção, marginaliza-se e exclui-se a população camponesa, ocasionando o êxodo rural em toda extensão do território brasileiro, bem como o envenenamento massivo do ecossistema por agrotóxicos e espécies geneticamente modificadas.

Fortalecendo ainda mais esse processo, o uso de monoculturas para o aumento de royalties trouxe também o empobrecimento do solo pela falta de nutrientes disponíveis no território, o que aumenta a dependência nos métodos da Revolução Verde e de seus desdobramentos para que sejam supridas as necessidades das culturas produzidas.

¹ O conceito de campesinato da floresta surgiu nos estudos das comunidades tradicionais da Amazônia nas décadas de 1980 e 1990, quando houve um reconhecimento das particularidades dos grupos que dependem da floresta para viver, mesclando atividades de extração, agricultura, caça, pesca e coleta.

Dessa forma, o processo de ocupação do capital na região do Acre é evidenciado pela deterioração das condições de trabalho rural dentro de um cenário neoliberal, assim como pelo enfraquecimento da vida no campo, refletido nas invasões de terras, desmatamentos e queimadas. Isso resulta na intensificação do êxodo rural e na rápida expansão da pecuária. Além disso, mais recentemente, há uma crescente utilização de pacotes tecnológicos que incluem sementes geneticamente modificadas e alto uso de produtos químicos agrícolas em grandes propriedades destinadas ao cultivo de monocultura, focadas na exportação de grãos e na geração de commodities. Esse fenômeno é mais pronunciado nas grandes fazendas próximas à rodovia BR-364.

Não obstante, como forma de luta e de permanência em seu território de origem perante a situação da apropriação de suas terras com a conivência do Estado, os seringueiros passam a manifestar-se de forma a impedir o desmatamento com a destruição de seus territórios, uma estratégia assertiva através dos empates², evidentes na década de 1970. A criação do movimento dos seringueiros foi o pontapé inicial para defender não somente o seu território, como também o seu modo de vida, junto com suas particularidades.

Dentro deste contexto de organização para permanência no território, foi necessária a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), na década de 1980, a partir do qual nasceu o conceito de Reservas Extrativistas, fruto de muita luta na estratégia desenvolvimentista de resistência em áreas habitadas tradicionalmente por populações florestais. As Reservas Extrativistas foram incorporadas por decreto presidencial no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em janeiro de 1989. Constituem, juntamente com as Florestas Nacionais, as Unidades de Conservação de Uso Direto, isto é, unidades de conservação que admitem o uso de recursos naturais para fins econômicos. A Reserva Extrativista do Alto Juruá foi a primeira reserva a ser estabelecida legalmente, no modelo estabelecido pelos seringueiros, no ano de 1990. Localiza-se na fronteira do Brasil com o Peru, no extremo oeste brasileiro. (ALMEIDA, 1993)

O objetivo desta pesquisa é avaliar os impactos das políticas públicas em agroecologia voltadas ao campesinato da floresta – como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – na compra de alimentos agroecológicos como forma de acesso à renda; e a resistência

² Empate é uma técnica de resistência pacífica desenvolvida por trabalhadores de seringueiras do Acre entre 1970 e 1990 para evitar que grandes proprietários destruíssem florestas. A abordagem envolvia formar um cordão humano com moradores dos seringais nas regiões mais afetadas pelo desmatamento, que frequentemente avançavam até as colônias.

camponesa na RESEX do Alto Juruá e no PAE Triunfo-Porangaba, na cidade de Marechal Thaumaturgo-AC.

Como objetivos específicos, primeiramente, analisar a história da expansão do capital no campo aliada à opressão do Estado pós Revolução Verde e os impactos dos pacotes tecnológicos na produção e alimentação. A partir da hegemonia burguesa das oligarquias latifundiárias, pretendemos avaliar o papel da contra-hegemonia através da agroecologia como forma de resistência do campesinato, e o papel da agroecologia dentro das políticas públicas, especificamente o PNAE. Mesmo que menos expressivas comparadas às políticas de crédito ao agronegócio.

Após esse processo, a finalidade de abordar a produção capitalista no território amazônico é entender os locais escolhidos para análise, a RESEX Alto Juruá e o PAE Triunfo/Porangaba. A contextualização histórica do Acre, desde o processo de avimento das mercadorias e da não produção da agricultura nos seringais, até a luta dos seringueiros perante a opressão do Estado em aliança com os migrantes vindos do Sul, e a formação das Resex e PAEs, trouxe reflexos de qual narrativa está sendo orientada.

Por último, o levantamento de informações da produção do campesinato da floresta e dos saberes agroecológicos tem como objetivo avaliar o modelo de resistência e melhoria de renda no território de origem. Ao entender que são saberes inerentes desta classe campesina, a agroecologia e os resultados do conhecimento empírico geram autossuficiência e caminham juntos para a autonomia e segurança alimentar. Através dessa análise, ficou evidente a necessidade da transição agroecológica³ para garantir o processo de perpetuação, como será explicado no decorrer do terceiro capítulo.

Para formular essa avaliação, foi necessário realizar um mapeamento dos produtores que foram beneficiados pela política pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos anos de 2023/2024, dentre outras organizações de associação e cooperativa que trabalham e desenvolvem a produção agroecológica, assim como a assistência técnica para as famílias envolvidas. Nesse mapeamento, analisamos as dificuldades encontradas nos processos logísticos da distribuição e venda de alimentos, além de valorar e identificar processos

³ A transição agroecológica é o processo gradual com orientação e acompanhamento de transformação das bases produtivas e sociais para recuperar a fertilidade e o equilíbrio ecológico do agroecossistema em acordo com os princípios da Agroecologia, priorizando o desenvolvimento de sistemas agroalimentares locais e sustentáveis, considerando os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. (Conceito retirado no artigo 1º da Lei Estadual 16.684/2018 que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica de São Paulo - PEAPO).

democráticos como formas de organização na construção de políticas públicas voltadas para a agricultura orgânica até sua consolidação.

A justificativa do trabalho produzido na área de produção de alimentos agroecológicos tem como premissa a minha trajetória. Chego no tema agroecologia após contatos prévios por intermédio da graduação. Uma delas na UFPR litoral, no ano de 2019, que tive que interromper por conta da pandemia; e na UFRB, em Cruz das Almas, na Bahia, no ano de 2022. Não prossegui neste curso por ter ingressado no concurso público no IBGE no Acre.

Para além desse processo, vivi por alguns meses em 2017 no Assentamento Egídio Brunetto, no município de Lagoinha-SP, na casa do Carijó, onde pude vivenciar o dia a dia de um assentamento do MST.

A avaliação da produção de alimentos do campesinato da floresta como forma de resistência e viver com dignidade no território, uma vez que há a demanda de compra da produção dos povos da floresta. A política pública do PNAE para a rede campesina na RESEX Alto do Juruá e PAE Triunfo/Porangaba localizado na cidade de Marechal Thaumaturgo – AC.

Será avaliado em multifases: o histórico destas políticas públicas nas transformações da vida e resistência do campesinato da floresta, observando a segurança alimentar no território, bem como as potencialidades de geração de renda e transformação de vida do camponês através do uso da agroecologia na produção em suas colocações. Nestes impactos, os aspectos sociais, econômicos e culturais (ancestrais) no território do Alto Juruá serão abordados como instrumentos de luta e resistência.

Assim, nessa perspectiva de resistência camponesa frente ao agronegócio na forma de agroflorestas de produção agroecológica, percebe-se como consequência a valorização dos processos que abordem a autonomia, emancipação política, diversidade de alimentos, além de maior biodiversidade.

A atual pesquisa se faz especialmente necessária diante do momento de crise global do capital e climática de cunho sistêmico. Particularmente, venho de família de agricultores do sul de Minas Gerais, e desde cedo meus avós compartilhavam saberes a respeito do cuidado com a terra, plantio e a importância daquilo que nos passa a nutrir de acordo com a forma que plantamos e colocamos na mesa. Chego à Geografia pelo interesse na área política de alternativa ao sistema hegemônico vigente.

Acredito que é viável a formulação de projetos e caminhos que precisamos escrever para uma sociedade em que gostaríamos de viver. Faço este caminho a partir do princípio da minha trajetória de vida que começa como músico, luthier, educador social e formação em

Administração Pública, para então adentrar as políticas públicas voltadas ao meio ambiente e à classe camponesa que detém estes saberes e cuidados diante de sua trajetória empírica.

Na perspectiva de compreender a sistematização do capital na escalada da ocupação da terra em território amazônico utilizaremos algumas referências de PORTO-GONÇALVES (2001), PAULA (2005), LOUREIRO (2009) que abordam esse contexto no viés de mercantilização da terra de acordo com o modelo neoliberal hegemônico existente, no caso o agronegócio ainda em expansão.

Para além destas temáticas, esta visão de mundo que a Revolução Verde trouxe como roupagem de uma etapa do processo de acumulação capitalista, evidencia também as tentativas de mercantilização e financeirização dos agro-hidro-territórios e de toda uma lógica produtiva voltada ao capital, desde a apropriação do termo “sustentabilidade” como base para o capital proliferar, na falsa solução para a crise ambiental e climática global, disseminada pela sociedade científica, veículos midiáticos e pela própria sociedade refém deste modelo, refletida também na educação com a pedagogia voltada ao capital, para assim sustentar as bases ideológicas da narrativa capitalista neoliberal.

Sendo um dos temas principais a serem analisados e destrinchados, não só a escalada do capital e agronegócio, como sua apropriação e formação hegemônica, também a abordagem da questão agrária, campesinato e campesinato da floresta serão utilizados principalmente os trabalhos de SILVA (2003, 2015); OLIVEIRA (1999, 2007); FERNANDES (2005, 2007); MARTINS (1981, 1986); STEDILE (2002) e SHANIN (2008)

Na perspectiva agroecológica da cosmovisão⁴ de mundo, a produção de alimentos é atrelada a uma perspectiva de bem viver que contrapõe as relações de poder proposta pelo capital financeiro e internacional hegemônico através da obtenção da mais-valia e do máximo lucro pela produção capitalista, há nela contida a autonomia e emancipação política na convergência para a soberania alimentar. Ou seja, é através de práticas ancestrais, desde a domesticação de sementes, as formas de adubação verde e produção da diversidade de sementes crioulas, bem como a prática tradicional de trocas de sementes, que a autonomia política e emancipação do sujeito no processo político e econômico são viabilizadas. Com relação a esta discussão, serão utilizados os autores IKUTA (2018); ALTIERI (2001) (2012); SHIVA (2003); NEVES (2006); SILVA (2015); LOWI (2009).

⁴ A cosmovisão é a imagem geral do universo e da existência construída por cada cultura e que permite explicar a realidade e estabelecer conceitos comuns que se plasmam na espiritualidade, nos valores, e em todo campo da vida social. Consiste em representação coletiva sobre o universo.

No aspecto metodológico das discussões pretendemos abordar o materialismo histórico-dialético, compreendendo a realidade através das contradições dentro do recorte geográfico, a partir das transformações históricas e da sociedade humana. A análise do ser social e de sua relação com a natureza, a consciência social e seus ideais políticos, os meios de produção e suas formas de realizar as forças produtivas, no caso da produção e uso da terra, são de fato a base metodológica para utilização das teorias e conceitos durante o processo de esquematização e desenvolvimento deste trabalho.

Com relação às etapas metodológicas, pretendeu-se realizar as seguintes etapas:

1. Levantamento e leitura de referências bibliográficas relacionadas à temática do uso funcional da terra na perspectiva agroecológica; à questão agrária dentro da história da formação do estado do Acre; à Revolução Verde e ao pacote tecnológico como intensificador do processo de monoculturas, a pecuarização e precarização do trabalho; aos papéis contraditório do Estado, como controlador da alienação do sujeito dentro da lógica capitalista, e como mantenedor de políticas públicas de segurança alimentar como meio de gerar protagonismo de agricultores familiares.
2. A pesquisa documental em banco de dados como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, com ênfase nos estudos de políticas setoriais que fortalecem a Agricultura familiar no processo de produção agroecológica, como forma de combater a fome e fonte de geração de renda ao produtor; Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a ONG SOS Amazônia.
3. Visitas às comunidades campesinas em outubro e novembro de 2024, no PAE Triunfo/Porangaba e na RESEX Alto Juruá. As comunidades visitadas na RESEX foram: Acuriá, Foz do São João, Lago do Ceará, Adão e Eva, Foz do Tejo, Cinco voltas, Estirão do Tejo e Foz do Arara. Foi aplicado um questionário para as 20 famílias vinculadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo 7 do PAE Triunfo/Porangaba e 13 da RESEX Alto Juruá. Além das visitas de campo, realizamos também entrevistas com Marcos Santos de Souza, assistente técnico em projetos pela SOS Amazônia, que faz o apoio técnico de outras frentes como o PAA, para além do PNAE, e Leonarda Castelo Branco de Menezes, coordenadora de programas do MEC/FNDE no município.

Dentro deste contexto, o trabalho de campo enfrentou a seca do Rio Juruá para a chegada na cidade de Marechal Thaumaturgo, assim como no caminho para seguir de voadeira aos igarapés. O Rio Amônia e o Rio Tejo estavam secos, causando alguns transtornos por conta dos

bolsões de areias e praias formadas no rio. Tivemos que pausar a viagem algumas vezes, o que atrasou a chegada na cidade, assim como nas comunidades.

Mesmo com esse empecilho, o planejamento para a realização das entrevistas ocorreu da forma esperada. A presença da prefeitura de Marechal Thaumaturgo e da SOS Amazônia foi fundamental no empenho logístico e execução das entrevistas campesinas que aderiram ao PNAE nas comunidades do entorno da cidade.

A dissertação está disposta em três capítulos.

O Capítulo 1 será abordada a análise sistêmica da territorialização do capital no contexto da Revolução Verde, o que implica a modificação do espaço agrário com reflexo na precarização do campesinato, mais especificamente diante da perspectiva histórica brasileira. Apesar do crescimento considerável da produção de alimentos e a modernização do campo, não houve a erradicação da fome. Também será abordada a escalada do capital em território amazônico, mais precisamente na perspectiva acreana. Para isso, trataremos sobre a formação política e histórica do território acreano e a luta dos povos seringueiros frente o controle do Estado e os abusos da oligarquia pecuária. Adentraremos sobre as lutas presentes na questão agrária em busca de acesso à terra e pela reforma agrária proposta por movimentos sociais, o que serão abordadas na perspectiva do campesinato da floresta, até o período histórico da formação e consolidação das RESEX e dos PAEs.

No Capítulo 2 trataremos sobre a não ação do Estado como papel político e partidário na modernização da produção, de legislar e normatizar os preceitos para que isso aconteça, sendo potencializado no período militar com base na lógica de narrativa da classe hegemônica burguesa e latifundiária, beneficiadas no passado e no presente neste processo. Por fim o histórico das políticas agrárias também voltadas à agroecologia e não obstante sobre a merenda escolar: o Programa Nacional de Alimentação Escolar de forma geral, a realidade acreana, indígena e mais especificamente sobre a cidade de Marechal Thaumaturgo.

Já no Capítulo 3 é relatada a perspectiva agroecológica, uma nova visão, com antigas técnicas e métodos empíricos de conhecimento popular aplicados em situações que trazem soluções efetivas para os problemas no campo, seja para um grupo de pessoas ou comunidades. Seu papel de contra-hegemonia frente à escalada do capital e mercantilização da natureza é em favor do fortalecimento das relações naturais de produção. Serão abordadas a importância dos roçados, a farinhada, bem viver campesinos e do papel da transição agroecológica como meio de produzir diversidade e rotatividade de alimentos. Através do resgate da ancestralidade do fazer plantar está presente a segurança alimentar e perspectivas de outro olhar para além das commodities e do agronegócio.

Além disso o desenvolvimento do trabalho de campo, de acordo com os questionários aplicados aos camponeses beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) farão base dessa dissertação, como também a coleta de dados quantitativos e secundários nos sites relacionados. Durante esse processo, foram realizadas visitas nestes territórios para entender e avaliar o andamento da política de alimentação escolar, ressaltar os modelos de produção e uso da terra frente à lógica do capital de mercado, e o protagonismo do campesinato da floresta inserida dentro da RESEX Alto Juruá. A perspectiva foi de realizar o levantamento dos modelos destas produções nas colocações da RESEX Alto Juruá e PAE Triunfo Porangaba, assim como realizar estudo e avaliação do andamento dos impactos que o uso destes sistemas agroecológicos produtivos tiveram na vida dos camponeses da floresta, diante das perspectivas de enfrentamento ao modelo da lógica do capital que consiste no desmatamento e grilagem em nome do “desenvolvimento”.

CAPÍTULO 1. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DO CAMPO NO BRASIL: O CASO DO ACRE

Neste capítulo trataremos sobre o desenvolvimento capitalista no campo conforme a lógica da Revolução Verde. Será realizada a análise das transformações do camponês sob a ótica do controle de narrativa do Estado e do mercado. Dentro deste contexto, será abordada a perspectiva histórica desenvolvimentista e as consequências deste modelo para a sociedade, tendo como consequência a marginalização dos trabalhadores rurais frente à não realização da reforma agrária no país.

Trataremos do avanço da produção no espaço amazônico a partir da lógica capitalista de ocupação com o aval do Estado. A prerrogativa de povoamento, do que já era povoado e, no contexto do desenvolvimento capitalista, de garantir a ocupação das fronteiras e povoar os espaços “vazios” amazônicos.

Abordaremos o contexto histórico de ocupação amazônica, mais especificamente no Acre, a partir da vinda dos nordestinos para a floresta no final do século XIX, para o uso de mão de obra semiescrava nos seringais. O processo de subalternização gera a resistência do campesinato da floresta, ao mesmo tempo em que ocorre o fortalecimento da produção dos latifundiários grileiros do Sul. A luta e articulação do povo seringueiro através dos sindicatos geram conquistas por direitos, depois de mortes e ameaças.

Dentro desse processo, será apresentada a formação do Alto Juruá, mais especificamente o procedimento de colonização e povoamento do território, sob a ótica do seringalismo e o sistema de avimento perdurando durante seu desenvolvimento. Após esse processo, analisaremos a criação das Reservas Extrativistas e os PAEs como forma de famílias serem assentadas pelo INCRA, mais especificamente a RESEX Alto Juruá e PAE Triunfo/Porangaba.

1.1 O desenvolvimento capitalista no campo e a Revolução Verde

Na Geografia é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território (STEDILE, 2002). É também uma forma de dizer que em determinada região há problemas ou conflitos relacionados à agricultura – situação do desenvolvimento das forças produtivas.

Ou seja, a concentração de terras nas mãos de pequeno número de proprietários capitalistas, combinado ao modelo republicano – direito à propriedade privada e de bens –

trouxe como consequência várias problemáticas na questão agrária brasileira. A terra, que na sua essência é um bem da natureza e não uma mercadoria, dentro do modo de produção capitalista está sob controle de monopólio das oligarquias.

A questão agrária visa entender como cada sociedade se organiza ao longo da história. Considerando o uso, a posse e a propriedade da terra, essas três características diferem, mas também possuem uma complementaridade. A finalidade refere-se à quais produções são realizadas, ao atendimento das necessidades sociais e ao destino do que foi produzido; a posse refere-se às categorias sociais dentro do território, quem tem o domínio sobre ele; já a propriedade como forma jurídica é de uma pessoa ou organização que tenha dinheiro para comprar a propriedade privada, podendo cercá-la e tê-la sobre seu controle.

A terra, no viés capitalista, possui o caráter de “renda capitalizada”, segundo Oliveira (2007, p.11) e “Se reproduz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra.” É o instrumento mercadológico da qual se pode ser proprietário absoluto sem que outras pessoas tenham acesso. O Estado garante seu direito impeditivo ou em alguns casos o proprietário exerce repressão ilegal com uso de milícias e forças armadas particulares em seu e outros territórios.

A temática da questão agrária sempre foi associada aos conflitos pelo acesso à terra. Limitar a análise apenas a esse aspecto é simplista, pois tais conflitos, por serem de natureza territorial, vão além do confronto direto entre classes ou entre camponeses e Estado, já que é a essência do modo de produção capitalista. O confronto representa apenas um momento dessa questão.

Aparece, portanto, como dupla interação. O controle do Estado sobre os movimentos sociais na postergação da reforma agrária para um futuro, enquanto há o enfrentamento sobre a apropriação fundiária. E o pacto excludente e seu conformismo – a “inclusão social perversa” – trazendo significado aos desvalidados como sua função social no modelo neoliberal de reprodução ampliada. É a exclusão social dentro da inclusão desta lógica (MARTINS, 1986).

Segundo Fernandes (2005) não há reforma agrária no Brasil, e o processo de modernização foi guiado por valores conservadores. Processo que ocorre de forma passiva e tardiamente, com forte intervenção do Estado, modelando a forma de renovação instaurada no campo brasileiro. Já os efeitos da Revolução Verde começam a ser notados a partir de 1960, também com forte atuação do Estado na implementação, mas não tanto na fiscalização. Grandes

propriedades se modernizam com maquinários e produtos. Este processo é denominado modernização conservadora do pacto agrário.

A ideia de reforma agrária tinha por objetivo estabelecer as relações e garantia de acesso à terra, diminuir o agravante social de expulsão do campesinato no campo, na busca de promover a justiça social, diminuindo a desigualdade no campo.

Não obstante, quando se adentra o conceito da reforma agrária como política pública, constitui-se a modificação da estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. É realizada através de mudanças na distribuição da propriedade e posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território.

Martins (1986), nos apresenta o conceito do cativeiro da terra, que é o início da construção e permanência da estrutura histórica da sociedade que vivenciamos. Condena-se a entrada no mundo capitalista e coerção do trabalho que percorre todo o processo de uma economia concentracionista até os dias atuais. Como resultado do processo de escravidão vivenciado não só no período colonial, na atualidade vemos a “escravidão contemporânea”. De acordo com as relações sociais e econômicas que geram o desemprego, o subemprego e a precarização do trabalho como um todo. A existência da “pobre consciência social de resignação e da espera”, o que por sua vez persistindo, possa ser “ajustada ou reinventada”. É o resultado da criação de uma sociedade conformista e despolitizada, conforme as condições que minimizam e caracterizam o modelo de subdesenvolvimento no Brasil.

O direito de apropriação sobre a força do trabalho regulamentado através do salário e pelas leis que regulam as relações trabalhistas é uma forma de extração da mais-valia sobre o valor do trabalho social. A regulamentação da propriedade privada como metodologia excludente é parte do modelo de construção de mercado no modo de produção capitalista. Entra a precarização do trabalho como forma de aumento da desigualdade social, uma vez que a territorialização do capital se materializa através da integração de cadeias produtivas de capitais, desde a produção até a circulação de produtos agropecuários. Há então o domínio do mercado oligárquico de insumos, de beneficiamento, transporte e as redes de comercialização.

De primeiro momento, para entendermos melhor sobre o tema, adentraremos sobre a perspectiva do que é o campesinato, qual é a formação desta classe social, assim como quem seriam os principais atores que o constituem. Como trataremos sobre a luta dos seringueiros por acesso à terra mais a frente, será abordado também sobre o conceito do campesinato da floresta ao adentrar sobre a questão na Amazônia.

A definição do campesinato proposta por Shanin (2008) baseia-se na complexidade e nas semelhanças de padrões e tendências em diferentes partes do mundo no que diz respeito à sua organização política, econômica, social e mudanças estruturais da sociedade na conjuntura do capitalismo de exclusão, assim como a criação de novos camponeses, de acordo com razões étnicas e decisões governamentais por conta da mobilização e ação incisiva daqueles que reivindicam terras.

As formas de organização política, passa por um processo global de organização que se assemelha em diferentes países. Diz respeito à opressão do governo aliado as oligarquias latifundiárias que além de excluir o camponês do campo, o que por sua vez há a mudança do modo de vida e trabalho por outras formas de sobrevivência na cidade.

O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações. (OLIVEIRA, 1999, p. 11)

Na esfera econômica, o camponês possui diferentes frentes possíveis de qualificação. Há a relação entre agricultura, artesanato, extrativismo, pesca e o trabalho relacionado à manufatura, ou seja, a economia de subsistência é multifacetada.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008. p. 25-26)

A perspectiva de luta e resistência contra o capital por parte da classe camponesa é vista como um requisito fundamental para a redução das desigualdades na visão de superação do capitalismo. A resistência ao capital provoca constantemente conflitos como os processos de territorialização e desterritorialização do campesinato e do agronegócio.

Os camponeses ficam então diante de uma dicotomia: Durante o período histórico que abrange o avanço do capitalismo no campo são expulsos da terra, mas por outro lado, há também sua exploração para os que permanecem nela, seja na apropriação de sua renda ou na forma da venda de sua força de trabalho.

Estas consequências do capitalismo na esfera de organização das classes sociais trazem mudanças significativas na composição do campesinato, quanto à sua insistência, permanência e recampenização⁵ em decorrência do avanço da proliferação do capital no campo. A destruição e recriação do campesinato é dada como consequência do modelo hegemônico.

A recampenização implica um movimento duplo. Em primeiro lugar, ela implica um aumento quantitativo: o número de camponeses aumenta através de um influxo exterior e/ou através de uma reconversão, por exemplo, de agricultores empresariais em camponeses. Além disso, a recampesinização implica uma mudança qualitativa: a autonomia é aumentada, ao mesmo tempo que a lógica que governa a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas se distancia cada vez mais dos mercados. (PLOEG, 2008. p. 23)

Para uma compreensão mais abrangente, recorre-se ao conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo contínuo alimentado pelas contradições e desigualdades inerentes ao sistema capitalista. Esse movimento paradoxal promove, ao mesmo tempo, a territorialização, desterritorialização e reterritorialização de diversas relações sociais. O entendimento desses processos geográficos originados pelo conflito é aprimorado quando consideramos suas dimensões temporais e espaciais. Trata-se de processos de desenvolvimento territorial rural que moldam diferentes formas de organização social (FERNANDES, 2007).

Este processo de diferenciação, destruição e reconstrução do campesinato, resultante do avanço desigual do capitalismo no meio rural, nos leva a algumas considerações. A conflitualidade é vista como um processo intrínseco à desigualdade do progresso, isto é, o progresso capitalista provoca a conflitualidade que o impulsiona.

Em contrapartida, o paradigma do capitalismo agrícola foca no processo de transformação do camponês em agricultor familiar. Este processo ocorreria no avanço do capitalismo, visto como uma economia integral, que incluiria a agricultura familiar como um de seus componentes (FERNANDES; GIRARDI, 2009). Neste modelo, a conflitualidade é considerada um processo separado do desenvolvimento, sendo até mesmo entendida como um obstáculo.

⁵ Em essência, a recampenização é uma expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência. A condição camponesa não é, definitivamente, uma condição estática. Ela representa uma linha através do tempo, com movimentos ascendentes e descendentes. Isto é, assim como a agricultura capitalista está continuamente evoluindo (expandindo-se e ao mesmo tempo mudando no sentido qualitativo, ou seja, através de uma maior industrialização dos processos de produção e de trabalho), também a agricultura camponesa está mudando. Uma de suas muitas mudanças é a recampesinização (PLOEG, 2008. p.23).

A intensa conflitualidade caracterizada pelo enfrentamento dos diferentes territórios contribui para o desenvolvimento e encontra na violência direta e indireta, passiva e ativa, formas de repressão que colaboram na manutenção da desigualdade e da pobreza no campo brasileiro, ocasionadas pelo desenvolvimento do capitalismo por meio da desterritorialização da produção camponesa. (FERNANDES; GIRARDI, 2009, p.366)

Ao aceitar a transformação do camponês em agricultor familiar, também se aceita a submissão desses indivíduos ao capital. Já não existem mais espaços para lutas sociais contra o modelo industrial de agricultura. É necessário se conformar ao modelo do capital. Contudo, esse reducionismo conceitual elimina o protagonismo das lutas campesinas e transforma seus agentes em proletários a serviço do capital. O impulso insaciável do capital de converter tudo em mercadoria converte a agricultura em agronegócio, privando-a e aos agricultores de todo o seu potencial de criação.

Como consequência gera-se a migração de trabalhadores rurais para as zonas urbanas e precarização do trabalho, dominação sobre os camponeses no campo, genocídios de povos e destruição de saberes anteriores, de reprodução agroecológica e de organização. Nisto há a subordinação do que é natural, e do trabalho à obtenção do lucro – produtividade e redução de custos a qualquer maneira, ocasionando a alienação do homem enquanto sujeito e produto do seu trabalho.

Através do cativeiro, o capital organizava e definia o processo de trabalho, mas não instaurava um modo capitalista de coagir o trabalhador a ceder a sua força de trabalho em termos de uma troca aparentemente igual de salário por trabalho. Já que a sujeição da produção ao comércio impunha a extração do lucro antes que o trabalhador começasse a produzir, representando, pois, um adiantamento de capital ao traficante, ele não entrava no processo de trabalho como vendedor da mercadoria força de trabalho, e sim diretamente como mercadoria; mas não entrava também como capital, no sentido estrito, como meio econômico para movimentar a produção, e sim como equivalente de capital, como renda capitalizada, como tributo ao fornecedor de mão de obra. A exploração da força de trabalho se determinava, pois, pela taxa de juros no mercado de dinheiro, pelo emprego alternativo do capital nele investido antecipadamente, isto é, o cálculo capitalista da produção era mediado por fatores e relações estranhos à produção. (MARTINS, 1986, p. 30)

Nos centros urbanos os camponeses passam a ser massa de mão de obra precarizada, exigindo dos trabalhadores cada vez mais de sua vida e os espoliando. Durante esse período, Graziano da Silva (1982) coloca em sua tese como uma “modernização dolorosa” por desenvolver as forças do capital na produção agrícola, o que por sua vez excluiu milhões de trabalhadores rurais, que foram expulsos para a cidade, enquanto outros migraram para as fronteiras agrícolas em busca de novas terras.

A relação entre o trabalhador assalariado e o capitalista é uma relação alienadora: O trabalhador disponibiliza a sua força de trabalho como forma de sobrevivência, entregando a sua capacidade de produzir. As formas que se equivalem nessa relação são de características desiguais, o que é produto do trabalho aparece como produto do capital, como se fosse estranho a aquele.

Neste sentido emerge o outro lado da alienação da força de trabalho do trabalhador ao capitalista: Ele não se vê como é, mas como parece ser como igual e livre; não como se o capital dependesse dele, do seu trabalho, mas como se ele dependesse do capital. Ele se torna estranho diante de sua própria obra, do seu trabalho. A expansão do capitalismo no campo depende primeiramente da separação fundamental entre o trabalhador e os meios de produção. Dinheiro só é capital e o seu proprietário só é capitalista quando aquele é empregado na compra de instrumentos e de matérias-primas por meio dos quais se poderá explorar o trabalho do trabalhador, compra do trabalho para promover a reprodução do capital (MARTINS, 1981, p. 158)

Passa a não ser criador de sua própria riqueza, mas do capital e como criatura que forma esse mesmo capital. As relações sociais e econômicas passam a ser mascaradas ou invertidas. Os trabalhadores rurais devem estar livres no mercado sem os meios de produção, mas donos de sua própria força de trabalho, e assim fornecê-lo aos capitalistas donos do meio de produção.

Na lógica da produção, o camponês passa por um processo de reconfiguração dos elos capitalistas no campo para produzir alimentos, agora endividado pelos bancos, ludibriados pelo poder estatal, por não haver reforma agrária no Brasil, são pressionados pelo capital monopolista.

É em função dessa estratégia do capital monopolista com relação à agricultura que grandes monopólios industriais em geral nunca produziram sob relações especificamente capitalistas no campo. Optaram por submeter os camponeses e os elos mais frágeis dos capitalistas do campo. Dessa forma, de certo modo abriram espaço para a expansão da produção camponesa, surgindo um camponês ultra-especializado, diferente, portanto, do camponês livre da etapa concorrencial do capitalismo. Um camponês agora permanentemente endividado no banco, pressionado pelos encargos fiscais do Estado, esse mesmo Estado que de certa forma intervém no setor no sentido de buscar a sua regularidade. Um camponês altamente produtivo, cujo trabalho agrícola torna-se cada vez mais intenso, que inclusive necessita, dependendo do setor, entregar temporariamente parte do processo de trabalho para trabalhadores de empreitada, ou então entregar para os monopólios industriais a última etapa do processo produtivo: a colheita. (OLIVEIRA, 2007, p. 32-33)

Mesmo com os processos de modificações atreladas ao trabalho, elas se modificam economicamente de acordo com as localidades expressas no território brasileiro, mas possuem a mesma estrutura de mão-de-obra com novas técnicas para acompanhar a modernização do campo, conforme os pacotes tecnológicos e integração do capital no campo, como a indústria

de aviários, cereais, fumo e demais culturas. Há em algumas localidades a resistência onde o capital não chegou havendo o processo de produção de subsistência e o excedente é vendido aos mercados locais e feiras da cidade (OLIVEIRA,2007).

A inserção da subordinação e dependência também é resultado da vinda de imigrantes no início do século XX para trabalhar nas fazendas. O “cativeiro” segundo Martins (1981) se perpetua com o sistema de parceria ou de colonato pela necessidade econômica e falta de oportunidades. Por não possuir terras, o campesinato no Brasil é precarizado em função da não distribuição de terras por parte do Estado, não lhe garantindo a propriedade.

Na esfera de globalização, o aumento da demanda de trabalho nos aglomerados urbanos tem sido exponencial na escalada capitalista: aumentar a produtividade agrícola, para atender as demandas crescentes nas cidades e lucro dos patrões. Para que isso ocorra, o pacote da Revolução Verde teve papel relevante com a criação de fertilizantes sintéticos para a aceleração do desenvolvimento das culturas e consequentemente para a maximização da produção. Estes adubos químicos foram rapidamente disseminados aos países que estavam passando pelo processo de desenvolvimento da lógica capitalista, e que aceitavam os interesses da indústria bioquímica, uma vez que era mais rentável e tinha o Estado como amparador para seu desenvolvimento. Além disso, a produção e uso de maquinários no campo espacializou-se como necessidade preeminente do capital.

A agricultura, em seu processo de industrialização, se integra ao capital internacional como meio de exportação. Esse modo de produção se baseia na acumulação, concentração e na centralização dos capitais. A acumulação possui sua base no aumento do capital através da extração da mais-valia e obtenção do lucro para novo investimento. Na concentração reduz a concorrência do número de proprietários com maior quantidade de capital ou extensão de terras. A centralização é a junção de capitais, o que aumenta a dominação de poucos sobre um determinado setor do mercado. (STEDILE, 2002).

A Revolução Verde surge como processo do conhecimento adquirido dos produtos químicos e de maquinários da 2º Guerra Mundial, com o lema de acabar com a fome. Esta perspectiva de movimento político-ideológico foi desenvolvida de acordo com a concentração de capitais para indústrias químicas, automobilística e farmacêuticas na concentração de capitais. A modernização na agricultura obteve grande aumento na produção mundial com menores quantidades da diversidade de sementes, e cada vez maior o número de sementes geneticamente modificadas de uma mesma espécie, com o aumento de diferentes tipos de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Como resultado da intensificação deste processo, diminui-se a biodiversidade de fauna e flora, além de enfraquecer a qualidade do solo e as suas propriedades naturais, fomenta a lógica do aumento do uso das monoculturas e principalmente de semente transgênicas.

Aos países de terceiro mundo da América Latina, a Revolução Verde trouxe crescente manipulação com fins de melhoramento genético, resultando em sementes transgênicas de culturas como soja, batata, trigo, tomate, milho e algodão para o aumento da produção.

Além disso, há o controle das patentes dos transgênicos e de muitas das não transgênicas, e o uso de agrotóxicos como glifosato e paraquat. Essas práticas requerem novamente o uso de maquinaria e insumos fósseis. Ressalta-se ainda a claríssima participação de somente três megaempresas globais, em vez de seis ou sete como era há alguns anos. Essas empresas controlam 60% das sementes, 70% dos inseticidas e quase todas as patentes de sementes transgênicas: a Bayer, que adquiriu a Monsanto; a DuPont, que se fundiu com Dow Chemical; e ChemChina, que comprou a Syngenta. (BARROS et al, 2023, p. 15)

Este pacote de tecnologias (fertilizantes, sementes, agrotóxicos, máquinas, rações, monocultivos) trouxe a especialização produtiva em grandes extensões de terras (objetivo de exportação da matéria prima, commodities).

O desenvolvimento da revolução verde estreitou as relações capitalistas do campo, sem alterar estruturas de poder e propriedade. Há maior disparidade no acúmulo de terras: grilagem e invasão de territórios como forma de expansão dos monocultivos e pecuária, e ainda assim não resolveu o problema central da fome.

O controle que a rede de capitais tem sobre as forças produtivas do campo é permeado pelo projeto de homogeneização da agricultura, modelo implementado há algumas décadas e que continua com crescente adesão, por conta do aumento na quantidade de produto/alimento por safra de acordo com a quantidade de sua produção. Desde então, na lógica do modelo de desenvolvimento do agronegócio, o Estado e a burguesia atuam como agentes estruturantes para propagação da narrativa que o capital financeiro instala e controla na forma de produção e venda dessas mercadorias, sobretudo na forma de commodities. A respeito do agronegócio, vale ressaltar:

A fundação do agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – consequentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada. (FERNANDES, 2007, p. 2)

Fica evidente que o modelo agrário de hegemonia não é interessante à grande parte do povo brasileiro por aumentar a desigualdade social e reduzir o número de empregos para ampliação da produção de commodities controladas por corporações transnacionais, o que eventualmente a área destinada para produção de alimentos que vai para a mesa do trabalhador decresce. A superação deste modelo passa pela retomada da reforma agrária e desenvolvimento da agroecologia para sanar a devastação, exploração do trabalho, as desigualdades profundas, a morte e a violência.

1.2 A escalada do capital na Amazônia

Após fundamentar os conceitos e consequências sobre o desenvolvimento do capital no campo no Brasil, será abordado as especificidades da Amazônia. Para isso, trataremos sobre o processo de migração, escalada do capital e formação dos aglomerados urbanos em território acreano e a ocupação nos seringais. A prioridade para o governo é desenvolver a produção do espaço e mercantilizar a natureza. O que é possível “desenvolver”? Desde o financiamento e fortalecimento da monocultura, a pecuária, trazendo lucros para o latifúndio de minorias, aumentando a desigualdade econômica e social em decorrência do capital internacional voltado para a exportação.

A escalada do capital no campo gerou perdas das terras trabalhadas, ocasionando migrações de campões para a região amazônica. Dentro desse contexto há o crescimento de posseiros e grileiros em todo o Brasil, inclusive para a Amazônia. As políticas chamadas de incentivos fiscais estimularam a chegada massiva do capital, que adquiriram terras na Amazônia Legal e ocuparam o “vazio amazônico” como forma de defender suas fronteiras.

As primeiras formas de organização do espaço na Amazônia, as comunidades da área amazônica se estruturavam sociogeograficamente ao redor das várzeas e da floresta, acompanhando o trajeto dos rios, o que o autor denomina de padrão rio-várzea-floresta. No contexto da Amazônia andina, aproveitavam os diferentes pisos ecológicos criados pelo gradiente altimétrico, utilizando essas condições variadas para se organizar com base na colaboração e na complementaridade. (GONÇALVES, 2017)

Ainda segundo Porto-Gonçalves (2017) a nova configuração sociogeográfica que emerge após a década de 1960, padrão estrada-terra firme-subsolo, é marcada pela construção de rodovias para ligar a Amazônia ao restante do país, no caso acreano da transamazônica. Há também o represamento dos rios para a geração de energia, atividades de mineração ilegais e controle

A integração, colonização e ocupação da Amazônia eram tratadas pelos militares como “questão amazônica” ou como problema amazônico. Apesar de partirem da prerrogativa de extensão de terra improdutiva e desocupada, à essa altura, os militares e a classe burguesa já sabiam que não era bem assim. Mesmo existindo muitas terras ainda sem ocupação, verdade é que muitas delas encontravam-se ocupadas por diversas sociedades indígenas, por posseiros, seringueiros, castanheiros e camponeses.

Na história recente da Amazônia há indícios de que a utilização da terra se deu como reserva de valor e/ou para fins especulativos, sendo que as políticas regionais dos governantes transformaram-na em uma espécie de pasto universal do capitalismo. Ianni (1979) enfatiza que, desde 1964, as interpretações sobre a problemática amazônica passaram por três questões: geopolítica e desenvolvimento extensivo do capitalismo; acumulação primitiva e luta pela terra; ditadura e fronteira.

Eu acho que nós, a propósito, deveríamos quando discutimos a questão da chamada penetração do capitalismo na Amazônia – eu tenho muita dúvida sobre esse conceito – deveríamos ter em conta que não se trata apenas da penetração e da invasão de latifundiários, de “pioneiros” (eles se chamam de pioneiros) sulistas. Esses “pioneiros” têm aliados que são os tecnocratas do regime e, no fundo, os milicianos do regime, que estão aí para garantir a concepção de vida que se esconde por trás dessas ações de penetração. A problemática da Amazônia não é uma problemática estritamente econômica. Os militares desenvolveram uma “doutrina de ocupação de espaços vazios” e que eu pessoalmente chamo de doutrina do esvaziamento dos espaços ocupados, porque é uma doutrina de expulsão do homem para colocação do boi, ou seja, é preciso ocupar dessa forma, e não de outra, para defender. Eu diria que essa imensa boiada poderá alimentar imensos exércitos inimigos. (MARTINS, 1979, p. 48-49)

A expansão capitalista no campo/floresta amazônica trouxe o desmatamento, inclusive nas unidades de conservação da Amazônia Legal. Empenhos para reduzir os impactos são fundamentais, principalmente se ocorrerem os efeitos do desmonte ambiental por parte dos governos. Este resultado nos faz elucidar a forma como a representatividade política no posicionamento do aparato federativo tratou a situação de conservação, fiscalização e monitoramento do meio ambiente e de recursos naturais presentes no território amazônico.

Como forma de gerar lógicas ditas “progressistas”, a ditadura militar, através do Plano de Integração Nacional mirava na colonização amazônica, território a ser desbravado, conforme slogan: “Amazônia seria uma terra sem gente para uma gente sem terra”. Tinha como principal objetivo a migração das zonas do Nordeste, castigadas pela seca, e do Sul, para dar início à modernização no campo.

Porém, a Amazônia é ocupada há mais de 10.000 anos, conforme o campo de arqueologia nos aponta. É natural considerar que a floresta na atualidade se desdobra acerca de diferentes naturezas arqueológicas, possuindo sua própria cultura. Portanto a Amazônia está atrelada ao conhecimento adquirido por antigas civilizações e não se pode compreender a trajetória dos habitantes amazônicos sem observar as interações que esses grupos formaram com o meio ambiente (NEVES, 2006).

A ideia da Amazônia como “vazio demográfico” se faz presente ainda hoje nos documentos oficiais da IIRSA/COSIPLAN. Essa ideia autoriza a sua ocupação por não amazônicas, na medida em que estaria vazia. Esvaziada de gente, a Amazônia é Natureza, fonte inesgotável de recursos que estariam reservados, no futuro, para outrem, quando, aí sim, cumpriria o papel de redimir nossas sociedades do “atraso” e do subdesenvolvimento. Assim, sendo futuro a região e suas gentes não são presente e, assim, o ciclo se fecha, pois, o vazio demográfico nos diz que não há ninguém presente, e a região está reservada no futuro a outros que vêm de fora. As ideias de “reserva” e de “vazio demográfico” se mostram, assim, coloniais. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 28)

Para adentrarmos o conceito de espaço, ao falar sobre “vazio amazônico”, é de certa forma coerente a assimilação do que é colocado como valor social em um determinado momento histórico, nos faz refletir sobre a finalidade e motivação envolvidas na produção do espaço. As formas espaciais possuem a influência da dinâmica social. As leituras sociais e individuais se complementam para seu desenvolvimento humano.

As formas espaciais são produto de intervenções teleológicas, materialização de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepção, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias. (MORAES, 1991, p. 16)

Ainda segundo Moraes (2021) o espaço social envolve uma finalidade que tenha sentido para a sociedade e que está em constante transformação. Esse processo passa a ser circular, pois diferentes autores transformam e ressignificam este espaço. Juntos são misturados os inúmeros pontos de vista, projetos e interpretação do contexto deste. Os blocos históricos são soldados por ideologias e se constituem no terreno nacional. E na Amazônia se fez presente o conflito de ideologias na produção do espaço.

Para além da inserção do capitalismo no campo/floresta, produto da especulação de terras, houve o desenvolvimento de várias atividades econômicas, mas sempre privilegiando as intencionalidades do capital. Com o fortalecimento desse viés político, a Amazônia se

transformou em um novo foco de conflitos agrários pelo acesso e permanência à terra, promovido pelo desenvolvimento capitalista na agricultura.

As ideias hegemônicas cimentam um “bloco histórico”, isto é, um agrupamento de forças sociais organizadas em uma plataforma comum. Dentro do “bloco histórico”, Gramsci identifica a “classe dominante” que referenda seus interesses econômicos, e, no interior desta, a “classe dirigente” que se impõe no comando da política, e a “fração reinante” que ocupa o aparelho de Estado. O universo de relações e tensões aí envolvido é múltiplo e diversificado sendo, na verdade, a política e a arte de estabelecer alianças. A conquista da hegemonia se substantiva, assim, no movimento da “sociedade civil”, no jogo de relações entre os diferentes sujeitos. As trocas aí estabelecidas são fundamentalmente culturais, Gramsci diferenciando bem os “aparelhos econômicos” dos “aparelhos de hegemonia” (sejam privados ou do governo). Os blocos históricos são então soldados por ideologia, e se constituem no terreno nacional. (MORAES, 1991, p. 66)

Dentro desta perspectiva o argumento é apoiado como “santos” e “diabos” no que concerne aos principais desafios que a resistência camponesa e indígena sofre perante o intitulado “capitalismo verde”. Paula (2013) explicita que as transformações vindas do capitalismo frente à adaptação da divisão internacional do trabalho e dos interesses geopolíticos sobre o mercado externo resultou no adentramento de um ambientalismo de acumulação e de produção. Há, portanto, duas visões opostas: os que apoiam esse tipo de desenvolvimento, a hegemonia do monopólio capitalista que mantém a lógica destrutiva, e os que se preocupam com a conservação ambiental e trabalham na contra-hegemonia, como os povos tradicionais e movimentos contrários a lógica subversiva.

Ou seja, este tipo de roupagem do capital esverdeado busca conciliar o crescimento econômico (desenvolvimento) com a preservação ambiental, mas na prática perpetua a exploração descontrolada dos recursos naturais e a desigualdade social e racial. Há, portanto, o acúmulo advindo de uma práxis que envolve esta narrativa há algumas décadas.

Na produção midiática, comprometida com a ideologia do capitalismo verde, esses conflitos são abordados como resultado do confronto entre as forças do “bem” e do “mal”, isto é: de um lado, os que almejam um estilo de “desenvolvimento” que contemple as preocupações com a conservação ambiental e, de outro, os que mantêm a lógica da produção destrutiva. (PAULA, 2013, p. 22)

Assim, conforme a colonização e a forma determinante de produção, a única alternativa é que as populações camponesas e indígenas se unam às “forças do bem”. O desafio para a resistência camponesa/indígena na atualidade é o de romper com esse consenso em torno do “capitalismo verde”.

Para Farias e Silva (2014) o reordenamento na lógica produtiva para maquiar e utilizar a ótica operacional do capital é um exemplo deste processo. A ampliação do agronegócio florestal, como carro chefe, a frente agropecuária. Esta apropriou-se de critérios ambientais da frente extrativa, no que denominam “multitransterritorialidade acreana”: por um lado, a ação modernizadora da agropecuária e, por outro, a roupagem de viés ecológico.

Constitui, então, como uma nova fase na fronteira, sob a lógica de uma possível “frente técnico-ecológica”. Aqui o produto ainda é agropecuário (gado, milho, cana-de-açúcar) e agroflorestal (madeira). Mas a grande mudança está no sentido da mercadoria aí circulada. A mercantilização se faz de modo mais forte pela impregnação de caráter fictício da mercadoria como “produto verde”. Este surge como um fetiche que responde ao momento histórico de ser ecologicamente correto e sustentavelmente viável do ponto de vista econômico, como era apregoado na frente extrativa. (FARIAS; SILVA, 2014, p. 106)

Segundo Loureiro (2009) o formato de organização para produzir na Amazônia foi estabelecido conforme os regimentos dos mercados mundiais. Assim, sua inserção é de forma subordinada e em permanente desvantagem, mesmo possuindo uma das maiores biodiversidades do mundo. O fracasso desses modelos implementados sobre o desenvolvimento é ancorado em: bens semielaborados (como ferro, alumínio, óleos de dendê e palma) e matérias-primas (como gado e soja), destinados à exportação.

Assim, a expansão da fronteira. Ela passa a oscilar, na medida em que a demanda e os preços desses produtos variam no mercado internacional. São eles que vêm influenciando a abertura acelerada de novos espaços de produção, que alcançam e rasgam o coração da floresta, abrindo-a simultaneamente em várias direções e dificultando as ações de fiscalização e de controle por parte do Estado.

Esses produtos são exportados pelos estados amazônicos e vendidos in natura ou como semielaborados, como têm sido há séculos. Embora as formas de extraí-los e explorá-los lance mão de tecnologias avançadas (grandes plantas industriais, equipamentos pesados e outros), o modelo se repete como secularmente vem sendo: concentrando renda, aproveitando-se da superexploração do trabalho humano e com uma enorme exaustão da natureza. (LOUREIRO, 2009, p. 532)

Por se considerar fronteira econômica possui independência às mudanças do mercado interno, já que a grande motivação para sua expansão é, agora, o mercado internacional. Na década de 1980 desviou-se cada vez mais da produção camponesa para a centralidade no modelo de produção de commodities e para a exploração de minérios e de madeiras de forma ilegais (LOUREIRO, 2009).

Atualmente, a Amazônia como fronteira apresenta a perpetuação de orientação para o mercado internacional em detrimento do mercado nacional. A exploração dos recursos naturais é manipulada de acordo com o mercado de commodities (madeira, minérios, gado, dendê,

palma e, mais recentemente, a soja e outros produtos). Portanto, trata-se de uma nova fronteira, em que o campesinato da floresta não tem mais o papel de protagonista diante da lógica do capital.

Atualmente, o contexto político e ecológico da Amazônia é complexo: O desmatamento aumenta a níveis nunca vistos, os conflitos pelas posses dos recursos naturais são cada vez maiores e cidades como Manaus e Belém crescem a um ritmo vertiginoso, com as típicas consequências da urbanização descontrolada. Projeções – otimistas, se ações concretas não forem implementadas – feitas por cientistas especializados apresentam um quadro de redução drástica da cobertura florestal no nem tão longínquo ano 2030. Todos esses problemas mostram que o Estado brasileiro não sabe direito o que fazer com a Amazônia, embora a necessidade de ações seja premente. (NEVES, 2006, p. 8-9)

As externalidades deste modelo em curso trouxeram consequências para a vida na natureza, como a compactação e esgotamento de nutrientes do solo, a poluição da água com agrotóxicos, na premissa de desenvolvimento tecnológico no campo e a falsa premissa de erradicação da fome. Assim, o enfoque dos modelos de produção do agronegócio trouxe desmatamento das florestas, dizimação de povos tradicionais e conflitos no campo, aumentando ainda mais as desigualdades sociais conforme dito anteriormente.

1.2.1 Luta por território seringueiro e desenvolvimento capitalista no Acre

A ocupação do território do Acre pela migração brasileira teve início no final do século XIX. Em sua maioria nordestinos migraram para a região logo após a Grande Seca do nordeste (1877-1878) que foi o mais devastador fenômeno de seca da história do Brasil, ocorrido no período imperial brasileiro. O território estava em período de formação, em área ainda sendo definida entre os limites da Bolívia e Peru. O principal movimento era direcionado à exploração econômica da borracha (ACRE, 2009).

Devido a alta dos preços da borracha, a Bolívia então ocupa a área e começa a recolher impostos na localização onde hoje é Porto Acre, na tentativa de assegurar o domínio das terras, com o reconhecimento do governo brasileiro.

A anexação e estabelecimento de residentes gera revolta, e os conflitos só terminam com a assinatura do Tratado de Petrópolis. Pelo tratado, o Brasil recebe a posse definitiva da região do Acre, em troca de áreas no Mato Grosso. O pagamento foi de 2 milhões de libras esterlinas e construção da linha férrea Madeira-Mamoré. Na época o Acre era dividido em: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá. Alto Juruá foi desmembrado posteriormente para criação de Alto

Tarauacá. Antes do golpe militar, o território foi alçado à condição de Estado, durante o governo de João Goulart (ACRE, 2009).

O processo de ocupação do Acre está atrelado à chegada do capital em expansão desde o final do século XIX, com o ciclo da borracha destinada ao mercado internacional e a chegada de mão de obra, principalmente de migrantes nordestinos.

Para entendermos melhor a classe política da formação dos seringueiros, Porto-Gonçalves (2006) apresenta o campesinato da floresta na sua forma estruturante, a caracterização de agentes possuidores de uma racionalidade ecológica e territorial, distinta do modo de produção capitalista de acordo com o modo de vida amazônico.

“O seringueiro não é um proletário e nem um extrativista isolado. Ele é parte de um modo de vida camponês que articula múltiplas atividades — extrativismo, agricultura, pesca, caça — que, juntas, conformam um modo de existência que se reproduz na e pela floresta.” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.177)

Estamos falando, portanto, de uma classe social multifacetada, que segundo Porto-Gonçalves (2006), o campesinato da floresta no contexto de formação e fortalecimento representa uma alternativa concreta ao modelo de desenvolvimento globalizado dentro da floresta, uma vez que possui práticas que se relacionam ao modo de vida que se sustentam na relação social-ambiental dentro do seu território. Ou seja, não há a exploração da natureza de maneira intensiva de aniquilação. Há o modo de vida campesino de manejo da biodiversidade que preza pela vida de modo tradicional, o que por sua vez, garante a conservação dos biomas e faunas através do manejo sustentável, não atrapalhando sua reprodução social e modos de vivenciar a vida.

De fato, o conceito abordado traz a análise específica do contexto amazônico e seu conhecimento histórico cultural. Toledo (2009) nos remete a abordagem sobre os povos bioculturais das selvas tropicais, que fazem relação com sua cultura de acordo com a natureza inerente em seu território.

“La memoria biocultural es la herencia de conocimientos, prácticas y creencias que han permitido a los pueblos tradicionales una relación simbiótica con la naturaleza, convirtiéndolos en los principales custodios de la biodiversidad planetaria.” (TOLEDO, 2009, p. 22)

Para isso, não se resume a apenas um modo de produção de uma determinada sociedade, mas a complexidade do modo de se viver, gerar o conhecimento e formas de realizar o manejo junto com o habitat natural, ou seja, culturas de agriculturas que possuem como base a floresta.

Há, portanto, a interdependência entre cultura e natureza, desde alimentos, remédios, materiais e cosmologias. Os povos bioculturais possuem conhecimento empírico do funcionamento do ecossistema que são a base para sua reprodução social. O respeito com os ciclos naturais e a resistência como guardiões da floresta frente ao remodelamento do modo de produzir proposto pelo agronegócio.

Os povos da floresta para Porto-Gonçalves (2006) fazem parte do campesinato da floresta que constitui alguns grupos que vivem no território amazônico como os seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, quilombolas e agricultores familiares. A partir da globalização e seus efeitos na vida cotidiana para além da relação econômica, gera transformações na vida social e cultural gerando a exclusão e desigualdade de maneiras diferentes para cada grupo social.

Claro que por se tratar de grupos marginalizados, são passados como primitivas e obsoletas, porém são estes que resistem a expansão do agronegócio, grandes projetos de barragem e de grandes infraestruturas assim como a mineração.

“O campesinato da floresta evidencia outras formas de territorialização, onde o território é entendido não apenas como recurso produtivo, mas como espaço de vida, identidade e cultura. (...) São sujeitos que, ao manejarem a floresta de modo tradicional, demonstram a possibilidade de uma relação não destrutiva com a natureza, desafiando a lógica predatória da globalização hegemônica.” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.205)

No campesinato da floresta observa-se a agricultura de subsistência, extrativismo vegetal, caça e pesca como meios mantenedores para sua perpetuação na sua relação com a floresta. Para isso se faz necessário ter acesso à terra, mesmo que há a exclusão e migrações para outras terras, o campesinato possui na terra sua práxis social, no caso dos seringueiros, a borracha.

Durante esse processo de anexação, os seringueiros eram submetidos ao sistema de aviamento pelos seringalistas que controlavam a força de trabalho. O modelo possuía como base um método de adiantamento de créditos e dívida permanente.

Essa organização de caráter colonizador se deu verticalmente proferida pelos seringalistas burgueses do ciclo da borracha, prenunciando conflitos pela terra: patrões-comerciantes sem títulos definitivos exerciam poder sobre a classe dos seringueiros e agricultores da floresta, que não podiam exercer a agricultura na área – que hoje é Reserva Ambiental – mesmo com uma longa história de ocupação.

No período do apogeu da borracha, os patrões, para obrigar os seringueiros a se dedicarem exclusivamente à seringa e mantê-los dependentes do barracão que lhes aviaia as mercadorias, chegavam a proibir até o cultivo de roçados de subsistência. Já com a queda das exportações e o empobrecimento dos seringalistas, em muitos seringais, os seringueiros se dedicaram à agricultura, com a aquiescência do patrão. (MORAIS, 2016, p. 300)

Ao chegarem aos seringais viram que a realidade era totalmente diferente, muitos não se adaptaram e buscaram recriar o campesinato em novas terras, por já terem essa bagagem do conhecimento da terra em outros territórios, mas foram duramente reprimidos pelos seringalistas, uma vez que a eles interessava somente a produção da borracha.

Como o sistema de avimento não era suficiente para fornecer todos os gêneros alimentícios necessários a dieta do seringueiro, parcialmente era concedido permissão para o cultivo nas horas de folga, de produtos que não fizesse concorrência com os do barracão. Assim, era possível cultivar os “roçados”, com localização bem próxima ao “tapiri” do seringueiro para facilitar o trabalho, que em alguns casos era executado pela companheira do seringueiro que ficava em casa enquanto ele cortava “seringa”. (FARIAS; SILVA, 2014, p. 105)

Após a queda da produção do látex, as famílias seringueiras são expulsas de seu território e são obrigadas a passarem pelo processo de migração para as cidades em formação, saindo do campo para a cidade. Neste movimento, ao chegarem nos centros urbanos a classe camponesa da floresta passa a viver em áreas periféricas, principalmente em Rio Branco.

Dentro desse contexto, Silva (2015) faz o levantamento de que alguns seringueiros nesse processo da crise da borracha passaram a diversificar as práticas produtivas como estratégia de sobrevivência, para aqueles que não migraram para as grandes cidades, de acordo com as transformações econômicas e dinâmicas produtivas. Há durante essa modificação de trabalho e modo de vida a construção de sua identidade, distinta do extrativista somente, e do agricultor apenas. É a identidade marcada pela relação do campesinato com seu território e a floresta, cujas características são multifacetadas.

Os seringueiros, enquanto um tipo social camponês, trouxe traços específicos que delimita em parte sua condição como sujeito sociocultural no contexto e grau de envolvimento mais amplo com a sociedade humana que espacialmente o integra. Sua relação direta é com a terra, mas não como propriedade jurídica, é um posseiro que foi rompendo com as fortes amarras que o prendeu no sistema produtivo dos seringais e, por longo tempo, seu domínio direto sobre sua colocação não foi questionado. Na construção de seu imaginário social, sua dependência da floresta lhe tornou relativo à questão da propriedade da terra, já que o domínio sobre ela historicamente não era uma condiçãoposta em dúvida por outrem no contexto da vigência da produção frente extrativista⁸ nos seringais, isto é, até início da década de 1970. (SILVA, 2015, p. 54)

No fim do segundo ciclo da borracha em 1945, houve também o final do período do sistema de aviamento. Com a crise que havia chegado sobre o extrativismo da borracha, iniciaram-se novos projetos de desenvolvimento econômico para a Amazônia acreana.

Dessa forma, já no início da década de 70 os seringalistas venderam as terras a baixos preços para os empresários do centro-sul do país. (COSTA, 2019) Nesse contexto de reprodução do capital, cresceu a quantidade de compra de terras pelos paulistas – fazendeiros, grileiros ou trabalhadores rurais – para uso do agronegócio e, principalmente, da pecuária no estado do Acre. O avanço da cultura da pastagem provinda da região Sul contou com sua expansão na região Centro-Oeste, chegando até o Acre a partir da década de 1970.

O governo federal difundiu – através de financiamentos, de terras baratas e da construção de estradas que interligavam o Acre ao restante do Brasil – a promessa de prosperidade na região, devido à crise da borracha e à política de estado conservadora com os desdobramentos dos conflitos no campo decorrentes dessa ocupação do território (SILVA, 2003).

No território agrário acreano, as ações contraditórias do Estado sempre estiveram presentes, principalmente a partir da década de 1970. Isto, pois ao mesmo tempo em que implementava projetos de assentamentos para fins de “reforma agrária”, incentivava o processo de pecuarização, contribuindo, assim, para o aumento da concentração fundiária e consequentemente para a expropriação do homem do campo. (COSTA, 2019, p. 25)

O acelerado crescimento do capital do campo acarreta o processo de desmatamento da floresta ameaçando o território de vida e de trabalho do seringueiro. A chegada dos latifúndios trouxe mortes, poluição de rios e queimadas. Além disso:

Através dessa política de integração nacional foi incentivada a inserção de várias atividades econômicas como a mineração, a extração de madeira e a pecuária que foram distribuídas espacialmente nas diversas áreas da Amazônia de acordo com suas peculiaridades. Nesse sentido, no estado do Acre, o carro chefe desse novo tipo de desenvolvimento nacional da década de 1970 foram os projetos agropecuários. (PONTE, 2014, p. 99)

Diante deste fator, como forma de resistir contra os ataques que estavam sendo cada vez mais frequentes, os seringueiros se organizaram na forma de luta pacífica, os “empates”. Eram métodos coletivos articulados aos quais aderiam todos os membros da família, para impedir que os fazendeiros/latifundiários continuassem desmatando as áreas de florestas.

Os empates eram estratégias de resistência para manter seu modo de vida e trabalho, onde a terra e a floresta eram essenciais. A concentração fundiária favorecia os fazendeiros, levando os seringueiros a perceberem a necessidade de organização nacional e internacional, além dos

sindicatos locais. A manutenção do território era fundamental para a renda e a vida dos seringueiros, que enfrentavam desafios na luta por seus direitos.

Tinham como premissa a barreira humana com as pessoas que viviam dentro das colocações nos seringais para impedir o avanço do desmatamento. As lideranças e famílias começaram a se articular para ir aonde as máquinas estavam e impedir seu acesso à floresta. Portanto, significa um instrumento de luta coletiva para permanecer em seu território onde vive e trabalha.

Assim, quando descobriam algum local que estava sendo desmatado, os seringueiros e suas famílias se arranjavam para impedir a ação dos fazendeiros. Dentro deste contexto de luta somaram-se muitas vitórias pontuais, ao custo do assassinato de várias lideranças.

Para conter esse desdobramento, além dos empates, na década de 1980 inicia-se também um processo de auto-organização e alfabetização dos trabalhadores, com o Projeto Seringueiro. Destaca-se também a produção da Poronga⁶ – Cartilha de Alfabetização para Seringueiros e de Iniciação à Matemática – material produzido pela equipe do Centro Ecumênico de Documentação e Informação com base no método Paulo Freire (ALLEGRETTI, 2002).

Para permanecerem no território foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), na década de 1980, a partir do qual nasceu o conceito de Reserva Extrativista, fruto de muita luta, na estratégia desenvolvimentista de sustentabilidade em áreas habitadas tradicionalmente por populações florestais. As Reservas Extrativistas foram incorporadas por decreto presidencial no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000. Constituem, juntamente com as Florestas Nacionais, as Unidades de Conservação de Uso Direto, isto é, unidades de conservação que admitem o uso de recursos naturais para fins econômicos.

Assim a exemplo das organizações sociais que reivindicam os interesses da classe trabalhadora, como as Ligas Camponesas⁷ a partir da década de 1945, e movimentos sociais que buscam e lutam por direitos fundamentais, O CNS também fez parte deste processo, porém apenas no início do desenvolvimento do seu processo de consolidação.

⁶ Não havia na época um material didático que pudesse ser utilizado na alfabetização de seringueiros que configurassem a realidade do seringal. A especificidade da vida na mata, o linguajar, o modo de pensar, as palavras usadas no cotidiano, precisavam fazer parte de um livro de educação de adultos especialmente produzido para eles (ALLEGRETTI, 2002, p. 370).

⁷ As Ligas Camponesas são um tipo de organização do campesinato que data de muitos séculos. As mais célebres, pelo papel que desempenharam e pelas guerras a que deram origem, durante quase cem anos (séculos XV e XVI) foram as Ligas Camponesas da Alemanha. (JULIÃO, Francisco. 1961, Ligas camponesas no Brasil. Documento digitalizado a partir de cópia mimeografada cedida por Otavino Silva, do seu acervo pessoal. Parte desse documento encontra-se no Volume 4 da coleção A questão agrária no Brasil, organizada por João Pedro Stedile, publicada pela Editora Expressão Popular em 2006).

Ao contar com a ajuda na época da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a organização se aliou ao capital internacional e passou a não defender de fato os povos seringueiros. O governo foi omissos e gerou alienação para os trabalhadores da seringa e extrativistas, que construíram sindicatos para resistir no território. Segundo Allegretti, a CONTAG:

Atuou tanto na intermediação dos conflitos entre seringueiros e fazendeiros, quanto na regularização das relações de trabalho entre seringalistas e seringueiros. No primeiro caso, o seringueiro foi definido como posseiro e, no segundo, como parceiro. [...]

Em um primeiro momento, as regras definidas e aplicadas pela CONTAG, a partir de 1975, contribuíram para minimizar os conflitos, principalmente pelo fato de passar a existir uma instituição, o Sindicato, com poderes legais de representar os posseiros em seus confrontos com os fazendeiros. Aos poucos foi ficando claro, porém, que a solução encontrada para reconhecer os direitos de posse não se aplicava adequadamente à realidade vivida pelos seringueiros, principalmente pelo fato de ter sido elaborada pensando na utilização agrícola da terra e não extrativista. E os seringueiros não tinham a intenção de se transformar em agricultores. (ALLEGRETTI, 2002, p. 233-234)

Esta forma de reexistir é colocada para frear os rumos do desenvolvimento pretendidos pelo capital e fortalecidos pelo poder do Estado. A criação do movimento dos seringueiros foi o início da construção de não somente defender o seu território, como também o seu modo de vida.

O primeiro foi a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), entidade que passou a representar os interesses de um grupo social até então invisível e desconhecido e que atuava de forma independente dos partidos políticos e até dos órgãos de classe como os Sindicatos. O segundo foi a formulação de uma proposta inovadora de solução para a questão fundiária – uma reforma agrária inspirada no modelo das reservas indígenas e nas de unidades de conservação, as Reservas Extrativistas (CNS, 1985). A ideia surgiu da comparação com as reservas indígenas; perceberam que os índios tinham suas reservas protegidas pelo governo e que eles, que eram “extrativistas”, também mereciam ficar onde sempre viveram, na forma de uma “Reserva Extrativista”. (ALLEGRETTI, 2002, p. 46)

No Acre, desde 1999 durante o governo do PT, a pauta voltada para o desenvolvimento sustentável estava em alta. Projetos governamentais de silvicultura ligada ao manejo florestal sustentável simbolizavam a promessa e a realização de mudanças históricas favoráveis nas condições amazônicas do Acre, priorizando uma classe: os pecuaristas paulistas.

Com uma área de 164.220 km² o Acre abriga uma população superior a 733 mil habitantes, 66% dela urbana, ocupando cerca de 1% da área do Estado. O Acre optou por um modelo de desenvolvimento participativo que busca conciliar o uso econômico das riquezas da floresta com a valorização do patrimônio sociocultural e ambiental, para crescer com inclusão social e proteção ao meio ambiente – o que descreve o conceito de “Florestania”. (BANCO MUNDIAL, 2008, p.5)

O processo de reformulação no governo estadual contou com a implementação também de projetos de sustentabilidade na produção dentro das políticas agrárias. Para conter o êxodo rural, foram planejados os SAFs (Sistemas Agroflorestais) nos espaços de assentamentos aos trabalhadores rurais, com quintais produtivos. Era uma forma desses trabalhadores permanecerem no território, com finalidade produtiva (SILVA, 2003).

O Estado aliado ao mercado (sob a condução epistêmica dos prepostos do sistema mundo moderno colonial) investe em eliminar aquela fagulha de resistência e passa a dominar com o seu projeto de modelação do ser amazônico, que consiste na sua inclusão nos cercados materiais e imateriais da colonialidade na Amazônia (e por isto mantendo-o na faixa de exclusão) a partir basicamente de dois dispositivos disciplinares/modelares básicos: o desenvolvimento sustentável e a florestania. (SOUZA, 2017, p.107-108)

A implementação do Programa de Polos Agroflorestais (PPA) visava a garantia sustentável da geração de renda, segurança alimentar e meios de subsistência. Tinha como base o acesso à moradia, a conservação ambiental da floresta e revitalização de áreas degradadas. Do ponto de vista institucional estabelecia parcerias das famílias com instituições que pudessem contribuir na solução de problemas locais.

Outra forma de organização dos seringueiros foi a Aliança dos Povos da Floresta. Segundo Ponte (2014), a proximidade que aliou seringueiros e indígenas ocasionou instrumentos de luta e territorialidades semelhantes, pela busca do território, e pela floresta em pé, tanto é que a proposta de criação da Reserva Extrativista foi pautada pela luta dos originários pela demarcação das terras indígenas.

A troca de conhecimento e o processo histórico de intersecção das culturas, juntamente ao processo de formação dos seringais favoreceu a conscientização na determinação de um conceito de reserva que tivesse em conta as suas reais necessidades.

Os seringueiros passam a ser conhecidos internacionalmente através de ONGs e movimentos ambientais internacionais que aparecem como elo de publicidade ao que o seringueiro necessita, se intensificando após os anos 2000 através de propostas que vinculavam o desenvolvimento sustentável na Amazônia juntamente com o Banco Mundial e BID no Acre.

O seringueiro enquanto um camponês da floresta tem que ser visto não apenas como um trabalhador autônomo que se relaciona com a terra enquanto meio de produção essencial que é. Deve ser visto numa relação de significação das florestas, dos rios, dos pássaros, das caças, dos peixes e de todo os valores sociais e culturais dos que se expressa na sua territorialidade camponesa corporificados na colocação. Suas lutas pelas reservas extrativistas, por exemplo, são lutas pela garantia de continuar a viver como seringueiro, ou melhor, como homem da floresta. (SILVA, 2015, p. 60)

1.3. História e formação da região do Alto Juruá

No caso, após analisarmos o desenvolvimento do capitalismo no estado acreano, abordaremos especificamente a localidade da região do Alto Juruá, nosso recorte espacial de análise desta pesquisa.

A região do Alto Juruá foi, até final do século XIX, ocupada por indígenas das etnias Cashinaua, Yaminahua, Amahuaca e outros da língua Pano. A partir da década de 1890, a região foi ocupada por seringueiros para trabalhar com a borracha. A maior parte dos indígenas foi dizimada. Estes espalhavam-se pelos afluentes do Juruá em sua vida de caça, pesca, coleta, roçados de mandioca, amendoim, milho e bananas.

Nada mais fácil que acabar com uma tribo incômoda. Reúnem-se de trinta a cinquenta homens, armados de carabinas de repetição e munidos cada um de uma centena de balas; e, à noite cerca-se a única cabana, em forma de colmeia de abelhas, onde todo o clã dorme em paz. À aurora, à hora em que os índios se levantavam para fazer sua primeira refeição e seus preparativos de caça, um grito combinado dá o sinal, e os assaltantes fazem fogo todos juntos e à vontade. (CUNHA, 2001, p. 33)

A ocupação pelos seringais foi rápida e violenta. Houve muitos ataques à aldeias indígenas, à medida que os seringais se implantavam. Geralmente, os homens eram massacrados e as mulheres e jovens eram aprisionadas. Histórias como essa de roubos e assassinatos de indígenas a mando de seringalistas, ainda hoje podem ser ouvidas por muitos moradores do Alto Juruá. A convivência era marcada pela violência, na consolidação da narrativa de colonização da Amazônia durante o período histórico de formação e ocupação (ALMEIDA, *et al*, 2002).

A entrada maciça de nordestinos homens para os seringais, ficavam na estrita dependência do barracão, para obter seus produtos de subsistência. Visto que eram proibidos de plantar para o seu próprio sustento e de vender a comerciantes independentes, os regatões. É a violência usada pelos patrões para impor aos seringueiros o monopólio comercial da borracha.

Todos os nordestinos que vieram para o Alto Juruá sobreviveram direta ou indiretamente da borracha, uns trabalhando nos seringais, outros na cidade de Cruzeiro do Sul e seus arredores. O extrativismo sustentava seringalistas, proprietários de comércio, regatões, funileiros, ferreiros, funcionários públicos administrativos, professores etc. As atividades agrícolas eram pouco significativas, porque na maioria dos seringais não era permitido plantar, entre outras razões, para que o seringueiro continuasse refém das mercadorias enlatadas do patrão. (PESSOA, 2004, p. 130).

Não obstante, quando tratamos sobre a dizimação dos povos da floresta, é importante entender a abordagem que estes povos possuem sobre a diversidade ecológica inerentes de seu modo de vida, seja na linguagem, rituais ancestrais, remédios e os sistemas de manejo de produção agrícola. Segundo Toledo (2002) está diretamente associada à diversidade biológica dos territórios que habitam com a proteção das culturas desses povos. Ou seja, a perda de uma implica a perda da outra.

“La pérdida de una cultura tradicional implica también la pérdida de los conocimientos, las técnicas y las prácticas que aseguran la conservación de la biodiversidad; así, la erosión cultural es inseparable de la erosión ecológica.” (TOLEDO, 2009, p. 91)

Ou seja, a conservação da biodiversidade depende diretamente da defesa das culturas tradicionais – quanto maior a diversidade cultural, maior a diversidade ecológica. O reconhecimento e a valorização das comunidades bioculturais são fundamentais para o enfrentamento da crise ambiental em nível global. As políticas de cunho ambientais devem considerar não só a natureza como fator estruturante, mas também os saberes e modos de vida que a sustentam, o que não é a realidade conforme a não ação do Estado como parte do controle do processo histórico de ocupação e colonização do território, conforme posição partidária nos casos concretos de implementação de políticas.

É o que podemos observar na década de 1970, onde o governo federal lançou o programa de incentivo à produção da seringa intitulado PROBOR, que colaborou com sua modernização gerenciado pela Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA), que tinha por objetivo estimular os seringalistas a ampliar plantações de borracha na Amazônia. Os seringueiros não receberam financiamento ou estímulos na fase inicial do programa, e no Alto Juruá não houve projetos orientados para eles. A maior parte das políticas de “estímulo” era destinada somente aos seringalistas, “patrões”. O programa foi um fracasso e ainda por fim fomentou o fortalecimento de outras atividades, sobretudo a pecuária bovina.

A escalada do capital durante o final do século XX no Vale do Juruá marcou outra fonte potencial de conflito antes da criação das RESEX.

Depois que os patrões proprietários venderam a área da Reserva para a empresa Consulmar, baseada no distante estado de São Paulo no sul do país, no início dos anos 80, os seringais passaram a ser arrendados por novos patrões sem interesses de longo prazo nos seringais. Estes foram Corrêa & Irmãos, Cameli & Filhos e Messias & Cia. Esses grupos empresariais do município dedicavam-se ao comércio e também à exploração madeireira. As relações entre estes novos patrões e os seringueiros entraram em crise ao longo dos anos 80. (ALMEIDA, 1993, p. 8)

Os patrões locais que já administravam os seringais tradicionais, recebiam renda pela estrada de seringa, lucravam com os exorbitantes preços do monopólio dos barracões, e passaram então a ganhar os créditos subsidiados do governo.

Portanto, em vez de estimular a qualidade de vida dos seringueiros, a atuação do governo ampliou a disparidade social na região. Os bancos de Cruzeiro do Sul aceitavam na década de 1970 e 1980, como garantia de pagamento de crédito, as safras da borracha a serem produzidas pelo seringueiro, aviados pelos patrões. As dívidas dos seringueiros substituíam garantias imobiliárias (ALMEIDA, *et al*, 2002).

Ainda segundo Almeida (2002), na prática, os patrões conseguiam créditos baratos, em proporção ao número de seringueiros que seus seringais possuísem, mesmo que não tivessem títulos sobre esses seringais. O programa de subsídios e créditos foi portanto um fracasso, esperava-se triplicar a produção de 20 mil para 60 mil toneladas entre 1973 e 1983, mas o resultado do programa foi elevar para apenas 30 mil toneladas a produção de borracha amazônica em 1981, chegando a 40 mil em 1985.

O final dos anos 1970 foi um período de abundância de mercadorias nos barracões financiados, atraindo seringueiros com motores a gasolina (os “burros-pretos” que se popularizaram no Alto Juruá). Reforçou-se o sistema de coerção de patrões sobre trabalhadores. Aos patrões era permitido expulsar os seringueiros da floresta, sem indenização, o que marcou a revolta do final da década de 1980.

1.3.1 Histórico da RESEX e a criação do Alto Juruá

Os seringueiros, ribeirinhos e em geral os extrativistas lutam pela permanência em seu território e para isso ocorrer, a pauta de criação de Reserva Extrativista foi o foco principal. Entendida como reforma agrária inspirada nos modelos das reservas indígenas e das Unidades de Conservação. Era, portanto, uma alternativa para garantir a organização seringueira dentro de seu modo de vida tradicional.

A Reserva Extrativista expressa a Territorialidade Seringueira com os recursos materiais, políticos e simbólicos que o movimento dos seringueiros dispunha no momento que vai de 1985, quando a ideia é, pela primeira vez formulada como tal, a 1990 quando é consagrada e sancionada formalmente, tendo grafado a terra, construído seus varadouros não só com os memoriais com suas descrições e seus mapas necessários para a decretação legal mas, também, deixando rastros de sangue pela floresta. (PORTO-GONÇALVES, 2010, p. 77)

Segundo Ponte (2014), as reservas extrativistas são gestadas como resultado das lutas por território pelo povo seringueiro. Criadas para a construção da autonomia dos povos, foi desvirtuando seu sentido pelo Estado ao tomar controle de seu desenvolvimento. O enfraquecimento das RESEX é evidenciado pela estagnação das condições socioeconômicas através do controle da produção dentro delas, bem como pela cooptação e vinculação de lideranças seringueiras para convergir com as políticas do governo.

No processo de consolidação dos marcos legais, as reservas extrativistas foram incorporadas por decreto presidencial no Sistema Nacional de Unidades de Conservação no ano de 1990. Constituem, juntamente com as Florestas Nacionais (FLONA), as Unidades de Conservação de Uso Direto, isto é, a admissão do uso de recursos naturais para fins econômicos. Nesse sentido, o art. 18 da Lei nº 9.985/2000 (Brasil, 2000) dispõe que:

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Representa também importante conquista ao revelar ao mundo as populações tradicionais e sua cultura, associadas ao uso da biodiversidade, que são capazes de manter as florestas em pé, preservando a diversidade de espécies. Dentro deste contexto, as comunidades extrativistas contribuem para o equilíbrio climático, o ciclo das águas e para o conhecimento da floresta.

No Acre, a questão fundiária é bastante complexa devido a fatores históricos, uma vez que a economia extrativista proporcionava a noção de que a terra não possuía valor e sim o número de seringueiras existentes de forma dispersa na floresta. Nesse sentido, o processo de territorialização do capital nas áreas de economia extrativa na Amazônia se deu por três condicionantes: a ‘limpeza indígena’ da área, a mobilidade da mão de obra nordestina para a região e a grande concentração de seringueiras (SILVA, 2003, p. 101).

Em relação ao avanço da pecuária em territórios de reservas extrativistas, Araújo (2021) discorre sobre a diferença da pecuária para as formas de renda com que o seringueiro anteriormente contava, a partir da herança do sistema de avitamento:

Apesar do iminente risco da subordinação por dívida em virtude do adiantamento no pagamento por animais, o comércio do gado é a negação do sistema de avitamento na experiência seringueira, uma vez que não impõe que o camponês venda sua produção, definida a priori, a um determinado comprador. (ARAÚJO, 2021, p. 163)

Portanto, as unidades de conservação são criadas para a resolução dos conflitos fundiários, garantindo os direitos das comunidades locais sobre os recursos naturais ameaçados. Essas unidades são reconhecidas para beneficiar a sociedade e garantir a proteção ambiental.

Paralelamente ao declínio do corte da seringa, as práticas agrícolas dos seringueiros também foram alteradas após a criação das RESEXS. No período em que combinava produção de borracha, agricultura, coleta de castanha e outros frutos nativos para o consumo, caça e pesca, o tamanho do roçado dos seringueiros variava conforme a capacidade de trabalho da família e eles geralmente eram bem diversificados. Na abertura do roçado, de preferência em áreas de vegetação primária, ou capoeirões (áreas que passavam por longos períodos de regeneração e apresentavam vegetação secundária) inicialmente se consorciava milho e arroz, mas também melancia, abóbora; em seguida, a área, ou parte dela era ocupada com feijão; depois mandioca, banana e outras. Com a adoção da pecuária, na área aberta para o plantio de milho e arroz, semeava-se também capim braquiária (posteriormente também variedade brizanta) que se expandiria sobre toda a área do roçado após a retirada do milho e do arroz. Nos últimos anos, em alguns casos se abrem novas áreas para o plantio exclusivo de capim. (ARAÚJO, 2021, p. 151)

Diante da deficiência de políticas voltadas para a produção e autonomia dos povos extrativistas, a alternativa encontrada pelos seringueiros para garantir sua sobrevivência foi a criação de gado bovino, a inserção da pecuária em suas colocações, uma vez seu arrendamento é facilitado.

Atualmente, esta é a realidade em muitas RESEX da Amazônia. Com o avanço da lógica do agronegócio, estão passando por um processo de pecuarização, pois sem opção econômica, as comunidades optam pela liquidez e bom preço do boi.

No contexto do aumento da lucratividade da pecuária, outras atividades agroextrativistas dentro das RESEX no estado do Acre são reavaliadas, tanto por serem restritas à sazonalidade, no caso da castanha-do-brasil, quanto por exigirem mais força de trabalho humana, um fator determinante na escolha de uso da terra.

Para os moradores, a utilização de pouca mão de obra traz vantagens financeiras, acarreta-se também uma questão social: possuir gado e fazer uso da pecuária é visto como sinônimo de bonança, sendo associado ao aumento da renda do seringueiro/camponês/arrendatário.

Poder e prestígio, diferente da posição ocupada pelos extrativistas, vistos como pessoas atrasadas culturalmente e sem poder econômico. Essa relação de dominação social pode ser observada no seguinte processo histórico:

Não podemos deixar de considerar que esses “blocos históricos” regionais são internamente conformados por relações sociais e de poder, onde podemos identificar grupos/ classes sociais situadas em posições distintas, seja como grupos/ classes sociais hegemônicas ou em situação de subalternização no interior da própria Amazônia. É o caso dos campesinos afroindioamazônicos, das etnias/povos/nações indígenas, das diversas formações campesinas (ribeirinhos, seringueiros, balateiros, açaizeiros, dos agricultores migrantes assentados ou em acampamentos entre muitos) e, ainda, das populações pobres das periferias urbanas, na sua maior parte constituída pelos filhos daqueles grupos/classes sociais. (PORTO- GONÇALVES, 2001, p. 31)

A Reserva Extrativista do Alto Juruá constituiu uma inovação em relação a alguns “Assentamentos Extrativistas” que haviam sido criados por portarias (e não por leis) no âmbito da agência agrária, o INCRA, em 1988.

A principal inovação consistia em considerar na proposta a conservação ambiental como um objetivo importante do projeto. Essa preocupação estava refletida nos seguintes aspectos:

O projeto levou em conta o papel da área de conservação a ser criada como parte de uma estratégia regional de conservação. No caso da Reserva Extrativista do Alto Juruá, pode-se argumentar que a Reserva tem um efeito significativo sobre a estabilidade e proteção de quatro áreas indígenas contíguas a ela, que de outro modo seriam descontínuas e de pequena dimensão (AI Ashaninka do Rio Amônia a oeste; AI Caxinawá do Rio Breu e AI Ashaninka do Rio Breu, a sul; AI Caxinawá do Rio Jordão a oeste; AI Jaminawa-Arara do Rio Bagé ao Norte). A Reserva tem fronteira com o Parque Nacional da Serra do Divisor. O resultado global da existência da Reserva, juntamente com as áreas indígenas e o Parque Nacional, é a existência de uma faixa contínua de território florestal com altíssima biodiversidade, com cobertura florestal superior a 99 por cento, com cerca de um milhão e meio de hectares. (ALMEIDA, 1993, p. 24)

A criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá foi uma proposta de solução para dois diferentes conflitos: interesses públicos de conservação ambiental e interesses privados de exploração predatória. O segundo conflito gira em torno dos direitos de cidadania de seringueiros, que além da dignidade de acesso à terra e moradia própria, teriam legislação própria sobre seu território como ordenamento jurídico, o que respaldava seus direitos, frente ao poder privado que negava tais direitos aos seringueiros.

O território total da Reserva pode ser sumariamente dividido da seguinte maneira: (1) Áreas com forte intervenção humana (Desmatamento para clareira residencial, para roçados em operação e pastos), (2) Áreas degradadas (Com a cobertura vegetal alterada) e com vegetação pioneira (Roçados abandonados ou capoeiras; lagos em desaparição); (3) áreas de floresta com uso extrativo e de caça regular (territórios pertencentes a “colocações” ocupadas) e (4) Zonas com intervenção humana muito baixa e irregular (Territórios não-habitados permanentemente). (RELATÓRIO, 1991, p. 44)

A faixa de terra ao longo do curso do Rio Juruá se enquadra na primeira categoria de uso agrícola e pastoril; as zonas de uso extrativo (com roçados frequentes) mais densamente habitadas localizam-se nas cabeceiras do Rio Bagé, Rio Tejo (até o Machadinho) e ao longo do Rio São João do Breu; zonas de baixa ação humana são os interflúvios (Tejo e Acuriá, Acuriá e São João do Breu; Caiopora e o Breu) e as cabeceiras do Rio Tejo em direção sudeste. Nas regiões de baixa ocupação acontecem as caças nas zonas de extração regular (RELATÓRIO, 1991).

No ano de 2022, a população de Marechal Thaumaturgo é de 17.093 habitantes, segundo dados do censo demográfico de 2022 do IBGE. É cercada a leste, sul e oeste por terras indígenas e um parque nacional ao norte (Serra do Divisor). Os moradores até então trabalhavam como seringueiros nas colocações dos seringais no interior da mata, alguns como agricultores nos barrancos do Rio Juruá, ou ainda nas fazendas de gado nas voltas do rio (Mapa 1).

Mapa 1. Território da Reserva Extrativista do Alto Juruá



Fonte: M. Político, P. M. Da RESEX Alto Juruá, 2011, adaptado por Raquel V. L., 2014.

Com a criação da reserva, conquistaram a segurança de viver em sua colocação (nome dado a áreas comuns de uso familiar), bem como a liberdade de produzir e vender. Livres do monopólio dos barracões e dos comerciantes e regatões que desciam e subiam o rio. Com a criação da reserva, mantiveram o contato com as cidades, seja para receber aposentadorias ou auxílios, para venda da produção e compra de mercadorias, ou ainda para visitar familiares.

Dessa maneira, através do Decreto nº 98.863/1990, surgiu a pioneira Reserva Extrativista do Alto Juruá, localizada no estado do Acre, região que foi reconhecida como de relevância

ecológica e com impacto social. Igualmente, foi estabelecido o conceito de Reserva Extrativista como uma modalidade específica de regularização fundiária e preservação ambiental.

Dentro deste modelo de território, os seringueiros usufruíam, através da colocação, de áreas como igarapés, rios, lagos, varadouros e florestas – possibilitando a assimilação do modo de vida na floresta.

A base econômica desenvolvida no município está atrelada ao extrativismo vegetal como lenha, madeira em tora, carvão, e frutas da época como jaca, graviola, cupuaçu, carambola, urucum, abacaxi, feijão, fumo, açaí, entre outros. A agricultura de subsistência, a pesca e a produção da farinha têm maior produção com foco no turismo cultural e no desenvolvimento sustentável (IBGE, 2022). Na pecuária, conta com cerca de 36.255 hectares destinados à produção e 1637 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017).

Durante o trabalho de campo nos territórios que compõe o campesinato da floresta dentro da Resex Alto Juruá, fora observado o aumento da quantidade de produtores de alimentos, conforme dados do FNDE tratados mais à frente. A abordagem de forma aprofundada a respeito das produções, saberes e conhecimentos da floresta inerentes à classe camponesa da floresta serão abordadas mais a frente quando adentrar sobre a estruturação da política no território de pesquisa.

1.3.2 A criação dos PAEs: os Projetos de Assentamento no Acre

O histórico de fracassos dos assentamentos tradicionais é longo e tem repercutido negativamente na vida de milhares de pequenos produtores rurais que não conseguem produzir para a sua própria subsistência.

A divisão dos lotes nos projetos de assentamento, feita em retângulos padronizados, sem o mínimo de conhecimento prévio dos recursos naturais relativos à aptidão agrícola dos solos, distribuição das classes de relevo, distribuição e qualidade da rede hidrográfica, e potencial uso da vegetação, tem ocasionado graves problemas de várias ordens, dentre os quais podemos citar: Custos elevados de implementação e manutenção da rede viária, condicionando famílias a se isolarem em épocas chuvosas, distribuição irregular dos recursos hídricos (lotes com igarapés e outros sem água), desrespeito às áreas de uso das populações tradicionais, onde as colocações dos seringueiros possuíam em média 300 hectares, inviabilizando a atividade extrativa. (WOLSTEIN, 1998, p. 7)

Neste cenário Le Tourneau (2010) e Wolstein (1998) acreditam que o INCRA desempenhou historicamente um papel retrógrado, reconhecido como um órgão fomentador da destruição da floresta primária, uma vez que não há planejamento prévio para seus projetos,

geralmente implantados a partir de parâmetros abstratos, que não consideram o potencial e a vulnerabilidade ambiental das áreas em vias de desapropriação.

A evolução dos esforços de colonização na Amazônia trouxe diferentes modalidades de assentamentos de acordo com a realidade a ser implementada, como os Projetos Integrados de Colonização (PIC); Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD); Projetos de Assentamento Rápido (PAR); Projetos de Assentamento (PA). Há também assentamentos que consideram a realidade acreana como o extrativismo. Os assentamentos agroextrativistas (Projetos de Assentamento Extrativista ou Agroextrativista – PAE) e os assentamentos agroflorestais (Pólos Agroflorestais – PE ou Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS). Este último fez parte do governo da “Florestania” (LE TOURNEAU, 2010).

O Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA), implantado a partir de 1986, leva em conta fatores inerentes à região como suas potencialidades, valorização e reaproveitamento do seringueiro em áreas de concentração extrativista, propondo três tipos de Projeto de Assentamento: agrícola, extrativista e ribeirinho.

Nesse sentido, os projetos de assentamento extrativistas possuem em seu cerne, segundo Almeida (2008), diferentes modalidades de ocupação coletiva e étnicas que abrangem diferentes formações sociais, como por exemplo as terras indígenas, os seringueiros, quilombolas, faxinais e babaquais. Estes têm como princípio comum a convergência de ocupação coletiva e uso contínuo de seu território antes mesmo da criação dos PAEs, ou seja, são portadoras dos direitos históricos da terra que ocupam.

Por outro lado, nos projetos tradicionais de colonização, os 50% da área que compõem a reserva florestal legal costumam ser vistos como uma área sem valor econômico, um entrave para o avanço das atividades produtivas. Impelidos pela necessidade, os camponeses da floresta avançam para a área de reserva legal, ampliando a área destinada à agricultura e pecuária.

A incapacidade das entidades responsáveis de supervisionar milhares de pequenos produtores todos os anos, favorece um avanço progressivo e sistemático sobre essas áreas de reserva legal nos projetos de assentamento.

A baixa expectativa sobre o mercado leva as madeiras a serem queimadas ou comercializadas a preços extremamente baixos para outros segmentos do setor madeireiro.

Muitas vezes, o avanço para área ilegais é resultado da dificuldade econômica vivenciada pelas famílias, tanto no valor de seus produtos cultivados e extraídos, como no crescimento demográfico da região, o que leva à extensão da área produtiva a fim de atender, financeiramente e na alimentação, toda a família.

1.3.3 Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Triunfo/Porangaba

No caso do território delimitado, o PAE (Projetos de Assentamento Extrativista) é criado como forma de regularização fundiária. Nesse caso reconhecido de forma a criar o fundamento legal para reconhecimento jurídico, uma vez que o campesinato da floresta presente no território já vivia antes mesmo do seu processo de criação, utilizando as formas tradicionais de ocupação e uso da terra, como a pesca, a agricultura, a caça, a produção da farinha e a extração de produtos da floresta de forma sustentável.

Portanto, o INCRA ao estabelecer esses territórios de forma a utilizar reconhecimentos jurídicos de territórios coletivos das populações que mantêm sistemas de manejo tradicional dos recursos naturais de manejo extrativista, faz com que tenham direito adquirido pela sua propriedade. Conforme o formato proposto pelos PAEs. (ALMEIDA, 2008)

“O reconhecimento jurídico das terras tradicionalmente ocupadas, como é o caso dos projetos de assentamento extrativista, representa uma inflexão importante na política agrária e ambiental brasileira, ao admitir a existência de populações que têm na coletividade e na tradição seu fundamento de pertencimento territorial.” (ALMEIDA, 2008, p. 45)

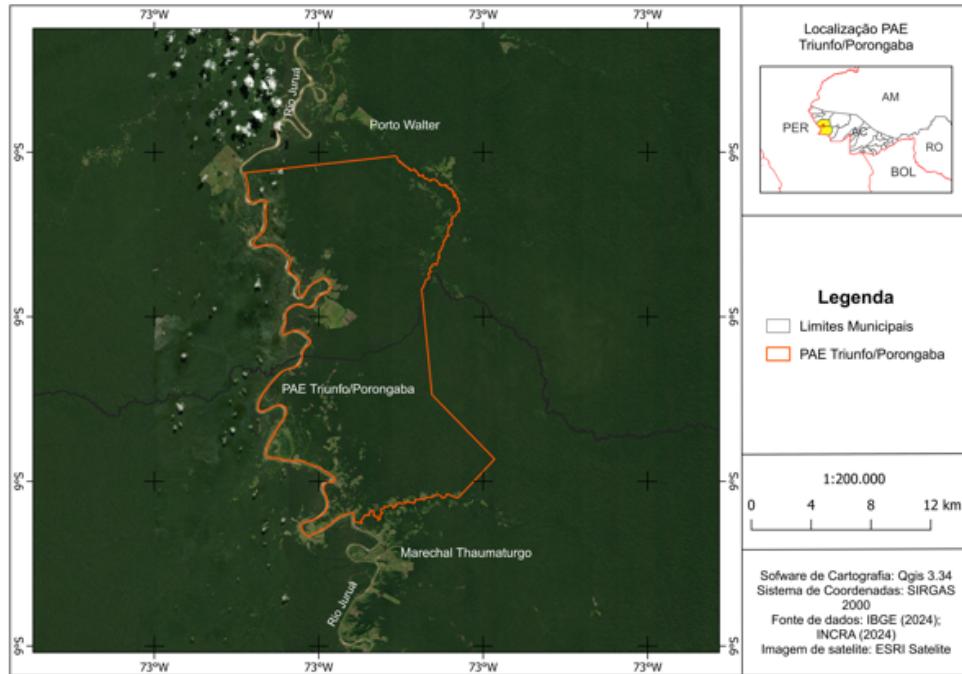
Antes de se tornar PAE a localidade era conhecida como Comunidade Oriente, e o processo de assentamento de famílias está acontecendo gradativamente no território. As localidades das casas das famílias beiram o rio Juruá e os espaços de roçados encontram-se dentro da mata. Nas suas extremidades, localizam-se os antigos seringais Oriente e Grajaú.

A maioria do campesinato entrevistada na localidade e que são conveniadas ao PNAE moram há muito tempo no local, datando de gerações. O processo de transformação para Projeto agroextrativista no território melhora o acesso à renda e políticas públicas, com o apoio de iniciativas como o Programa Bolsa Verde, apoiam a conservação ambiental do território.

O trabalho de regularização dos beneficiários para ocupação do projeto de assentamento é realizado por meio de acordo de cooperação do Titula Brasil. A regularização e titulação já alcançou cerca de 380 famílias na localidade.

O projeto de assentamento agroextrativista Triunfo/Porangaba é localizado entre as cidades de Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, possui na sua distribuição 24.917,6596km², cerca de mais de 60 mil hectares. (Mapa 2)

Mapa 2. Território do PAE Triunfo/Porongaba



Fonte: IBGE 2024; INCRA 2024.

O campesinato da floresta no território produz sua própria alimentação de subsistência como a mandioca, hortaliças, milho, feijão, graviola, acerola, banana, jerimum, melancia, mamão, pepino entre outros alimentos. Alguns são produzidos próximos ao Rio Juruá (importante meio de transporte e referência territorial) e outros adentrados da floresta. Durante o trabalho de campo de pesquisa houve o levantamento de dados sobre a rede campesina e a importância da agroecologia no território, dentro do que concerne a política pública PNAE no PAE Triunfo/Porongaba.

Os rios tiveram tão grande importância na constituição socioespacial da região que, como vimos eram as vias de comunicação e circulação de pessoas e mercadorias por longas décadas. O espaço dos seringais esteve marcado pela concepção da localização no centro ou na margem, tendo o rio como referência. Colocar-se na margem do rio significava estar em contato com o mundo local e fora do isolamento do centro da floresta. No espaço produzido, pode-se ver que todas as cidades e vilarejos que se originaram no período inicial da ocupação da região se deram sob o leito maior dos rios e riachos. (SILVA, 2015, p.59)

Por intermédio do governo federal e do INCRA, o PAE contou com o apoio do governo federal na construção de moradias para os assentados do projetos agroextrativista. Estas famílias receberam durante os últimos anos as casas que estão sendo construídas, e valor das

instalações foi de R\$ 75 mil por unidade familiar, totalizando cerca de R\$ 4 milhões. As casas são compostas por dois quartos, banheiro, sala e cozinha conjugados. (Foto 1)

Foto 1. Construção da casa de Moacir Gomes de Lima no PAE Triunfo/Porangaba



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Concluímos, portanto, que para que este modelo de assentamento – que fornece terras e subsistência aos povos amazônicos e outras populações tradicionais brasileiras – tenha sucesso, é necessária a transição para uma verdadeira economia do conhecimento da realidade seringueira, uma economia que apoie os povos tradicionais. Os valores éticos e a inovação tecnológica podem agregar valor, gerar autonomia e reforço cultural para essas pessoas.

A compreensão da disputa do uso e ocupação do solo em território acreano, gera avaliação do histórico do papel do Estado atrelado ao capital frente às questões agrárias no decorrer do seu desenvolvimento.

Há porém a questão a ser debatida à respeito dos PAEs, no caso do modelo agroextrativista Triunfo/Porangaba. A necessidade de que os PAEs sejam concebidos como territórios culturais, e não apenas produtivos. Tanto Almeida (2008), como Toledo (2009), nos apresenta sobre o risco de que políticas públicas tratem os PAEs apenas como modalidades de assentamento agrário, de acordo com a realidade “apresentada”, desconsiderando suas especificidades socioambientais, ecológicas, culturais e modos de viver na floresta, o que deveria ser levado como questão prioritária ao analisarmos tais territórios.

De fato nos mostra a importância de garantir o controle efetivo das comunidades sobre a gestão do território, colocando a importância dos conhecimentos empíricos, conforme iremos

analisar mais a frente com relação aos saberes em agroecologia e práticas adquiridas conforme a relação com a natureza.

CAPÍTULO 2. O PAPEL DA AGROECOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

Após abordagem histórica do território a ser analisado, o PAE Triunfo/Porangaba e RESEX Alto Juruá, neste capítulo adentraremos sobre o papel do Estado nas políticas públicas voltadas à agroecologia, mais precisamente às políticas públicas voltadas ao campesinato e no que concerne o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) instituído em 1979 e garantido na Constituição de 1988, como meio de fortalecimento do campesinato, que visa o combate à pobreza e a busca por segurança alimentar.

Será abordada a análise histórica do processo de estruturação e implementação em todo o território nacional que aborda o programa, também sobre seus regramentos e formas de fortalecimento, conforme abrangência. Em especial, a abordagem da pesquisa sobre o PNAE é analisada dentro do estado do Acre, e adentraremos o contexto indígena, levando em conta a cultura, alimentação e modo de vida.

Deste modo trataremos a análise de produção de alimentos para merenda escolar por meio do trabalho de campo, realizado através das entrevistas ao campesinato da floresta. A partir do formato de pesquisa qualitativa, a realização das entrevistas foi tomada como método principal de coleta de dados, visando compreender como os extrativistas observam os impactos que o PNAE teve no território dos produtores envolvidos.

As entrevistas possuem em sua estrutura as perguntas que tiveram como base a pesquisa, como exemplo: Quais as rendas dos povos campesinos? Como era a produção e escoamento do que era plantado e colhido no roçado? Quais os impactos do PNAE no território através da compra dos produtos? Entre outros importantes pontos de análise.

Além das entrevistas, foram utilizadas as informações coletadas pela Prefeitura de Marechal Thaumaturgo e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a fim de avaliar os atores envolvidos na construção, no caso o campesinato da floresta do Alto Juruá.

2.1 O controle do Estado brasileiro através das políticas agrárias

De primeiro momento, avaliaremos de forma geral a abordagem sobre o histórico do controle do Estado e não ação em defesa dos povos tradicionais e do campesinato em geral.

Para isso, faremos a análise da formação fundiária brasileira até os dias atuais, dos conflitos e das raízes do Estado condizentes com a desigualdade social.

A formulação e implementação das políticas agrárias no Brasil frente à lógica do capital tem consequências. O papel do Estado diante das políticas agrárias e da territorialização do capital em estreito laço com a burguesia latifundiária ocasionou em sua estrutura a exploração, degradação ambiental, cultural e de exploração social.

Esta lógica de desenvolvimento teve papel político decisivo na modernização da produção e na maior acumulação do capital durante o período militar, beneficiando a lógica de narrativa burguesa hegemônica, o que intensificou as precariedades do trabalhador rural campesino conforme vimos no capítulo 1.

Primeiramente, para entendermos a situação fundiária brasileira, A Lei de Terras de 1850 transformou as extenções de terras ocupadas por populações originárias dizimadas, ou seja, terras que passaram a não ter mais proprietários, e assim, através do mando do Estado, era controlado pelas oligarquias de grandes proprietários.

Em 1891, há maior descentralização das terras. São transferidas nas mãos das oligarquias regionais, que realizaram transferência maciça de propriedades fundiárias para grandes proprietários e “empresas de colonização”, fruto do modo de distribuição das capitâncias hereditárias do processo colonizador. (MARTINS, 1981)

As principais pautas dos movimentos sociais como as Ligas Camponesas (1950-1960), Movimento dos Posseiros (1950-1970) a Contag (Inicialmente em 1963) e outras experiências de ocupações e assentamento locais antes da existência do MST tinham como objetivo a regulamentação dos direitos e obrigações no que diz respeito às explorações fundiárias, a implementação da reforma agrária e a promoção da política voltada ao campo.

Deste modo, a partir do período militar e avanço mundial da revolução verde na produção, iremos tratar as políticas de desenvolvimento agrário. Para isso, voltaremos no contexto do decreto da Lei nº 4.504, de 1964: O Estatuto da Terra.

Dentro da perspectiva de criação do Estatuto, houve avanços no sentido normativo pois o Estatuto da Terra tinha como premissa o direito à reforma agrária, a função social da propriedade e necessidade de políticas públicas que visem a produtividade e modernização do campo, promovidas pela Revolução Verde ao redor do mundo. Porém esta ficou reconhecida mais como um aparato de modernização capitalista, não havendo ruptura com a estrutura fundiária concentrada da monocultura que produzisse, pelo contrário, ajudava a permanecer estruturada, uma vez que apenas iria ocorrer reforma agrária em terras improdutivas. (MARTINS, 1981)

Esse aparente comprometimento com a justiça social na norma jurídica despolitizou a luta pela terra por burocratizar, ou impor criérios técnicos para que esta acontecesse. Fica evidente que o objetivo era dar prioridade à classe dominante latifundiária do campo, ou seja, diminuindo ainda mais a democratização de acesso à terra.

Na década de 1970, encerrou-se a estrutura governamental vigente na época voltada para a reforma agrária, e foi criado o INCRA. O novo órgão ficou encarregado de estruturar a política de terras do governo, de acordo com os padrões em vigor.

Quando abordamos anteriormente sobre os PAEs no capítulo anterior, foi introduzida a abordagem sobre o papel do INCRA frente à questão fundiária. O órgão foi criado primeiramente com o objetivo da execução da reforma agrária e promoção de colonização de terras públicas. Segundo Wolstein (1998), o objetivo era de controle dos movimentos camponeses, do que propriamente a reforma agrária, uma vez que o órgão correspondente tinha como premissa atender o modelo desenvolvimentista instaurado no período militar como a integração amazônica – “Integrar para não entregar” (Lema do regime militar) e de expandir as fronteiras capitalistas do campo, como o próprio papel de reformular a agricultura.

De um lado, os pontos de conflito fundiário em regiões de ocupação estabelecida – a disputa por terras por pequenos agricultores, com ou sem terra – seriam alvo de uma intervenção governamental coordenada.

Para não gerar conflitos ou revoluções, o Estado cria estruturas agrárias necessárias como os assentamentos para antecipar essas movimentações. Este conjunto de atos de governo deriva de ações planejadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões do Estado. A reforma agrária poderia provocar alterações na estrutura fundiária apenas, e não altera o modo capitalista de produção existente, o que não democratiza o acesso à terra. Já a revolução agrária implica necessariamente na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de outra sociedade (OLIVEIRA, 2007).

O histórico de políticas agrárias recentes no Brasil é produto das consequências que a Revolução Verde trouxe enquanto modo de fomentar e estruturar a narrativa de produção rural. Intensificou-se a utilização dos recursos naturais em sua produção que trouxe a exploração e degradação ambiental, cultural e de exploração social (SEVILLA GUZMÁN *et al*, 2012), o que reproduziu as desigualdades distributivas na renda e propriedade além de se tratar de caráter colonialista, racial e de gênero, acelerando o processo de êxodo rural, marginalização urbana, desemprego e assassinatos de lideranças comunitárias tradicionais.

Tal relutância política pode ser explicada pela guerra que o Estado travou historicamente e segue travando contra os povos indígenas, a agricultura camponesa e mais especificamente, contra o próprio movimento agroecológico. A agroecologia nasceu e sobrevive em muitos países apesar dos poderes públicos oficiais. Portanto, não é surpreendente que, para muitos ativistas, o Estado se apresente mais como um inimigo a ser derrotado ou um perigo a ser evitado do que uma instituição a ser politicamente conquistada. (MOLINA *et al*, 2023, p. 151- 152)

No Brasil, as perspectivas de sistematização da produção da agricultura atrelada ao campo tecnológico seguiu a lógica do campo capitalista e ganhou força a partir da década de 1970 no período militar, como exemplo temos a implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR); a construção das diretrizes da Embrapa em 1973; e a construção ideológica da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em 1974, que visava a uniformização das práticas pelos extensionistas (BRASIL, 1967). Estes direcionamentos e investimentos foram necessários para que a lógica do capital, na inserção de sementes melhoradas e adubos químicos, se impusesse em larga escala.

As circunstâncias atuais, indicam que as atividades de ATER, particularmente no setor público, precisam ganhar uma nova roupagem. Os agentes devem passar a adotar métodos participativos e uma perspectiva agroecológica, ou para sua transição, fortalecer o potencial dos saberes tradicionais dos territórios, comunidades ou agroecossistemas⁸, além de promover práticas inovadoras e sustentáveis nos processos de distribuição, transformação e consumo dos produtos.

Diferentemente do que tem sido difundido, se faz necessária a abordagem difusora de uma extensão rural contemporânea que exige abordagem baseada no entendimento e análise dos agroecossistemas, conhecimentos da agronomia que se conectem com a ecologia, os sistemas alimentares fomentados pelas alternativas e princípios para que se traga nova perspectiva holística e sistêmica.

A velha institucionalidade da extensão rural, com seus ranços corporativos e político-partidários, com modelos de gestão personalistas e hierarquicamente verticalizadas, deve dar lugar a novas formas institucionais e gerenciais, que sejam capazes de incorporar o discurso que fazem sobre democratização e busca de bem-estar e bem viver das populações rurais. Insistimos, aqui, que nem a crítica nem a proposta de Extensão Rural, uma nova extensão rural são novas, mas a sua institucionalização e hegemonia estão longe de serem uma verdade inconteste. (CAPORAL, 2020, p. 16-17)

⁸ O agroecossistema é um sistema socioecológico que considera a interação entre natureza e sociedade para o entendimento de sistemas complexos, com as propriedades emergentes que possuem e suas dinâmicas espaço-temporais.

Este novo enfoque requer mudanças de aplicação, e sobre quais conceitos utilizar, pois é através destes que de certa forma se perpetuam os conhecimentos passados. A práxis deve ser respeitada para fortalecer iniciativas de ação extensionista que estabeleçam o fortalecimento de sistemas culturais tradicionais e que contribuam para melhorar os patamares de conservação e preservação ambiental dos agroecossistemas e desenvolvimento comunitário.

Ainda na perspectiva do domínio do Estado, os sistemas alimentares são definidos em cumprir a função da alimentação humana. É necessário entendermos as etapas da produção até a mesa do consumidor. Ploeg (2008) cita os impérios alimentares como o aumento do poder econômico e político, em saber e o fazer em torno da produção, processamento e comercialização de alimentos para as grandes corporações agroalimentares. A compreensão dessa lógica é fundamental para construção de estratégias de resistência para promover segurança alimentar e nutricional que garantam direitos humanos.

A regulação da política e economia por parte dos impérios alimentares em conexão com o Estado, impõe à sociedade e à natureza sua lógica de funcionamento. As formas de se fazer agricultura interagem com dois diferentes modelos dominantes: circuitos curtos que aproximam a produção do consumo e império, formado por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos, operando em escala mundial. (PLOEG, 2008)

Independente do circuito, o império exerce pressões no sistema alimentar. Estabelece as regras que todos devem se alinhar, sendo sua relação com a sociedade coercitiva. O esforço está em conquistar e controlar a produção ao consumo de alimentos em escala global. Para isso há as desconexões com o ecossistema e territórios locais, controlando os processos técnicos e distanciando a forma de definição do que seria um alimento saudável. Essa desconexão é fruto da expropriação ou substituição aos modos de estruturação alternativos da uma comunidade: “extrai a riqueza produzida localmente para concentrá-la e reutilizá-la de acordo com sua lógica.” (Ploeg, 2008, p.91)

Ou seja, os impérios alimentares resumem a forma de organização da atividade agroalimentar centrada na concentração de capitais nas mais diversas etapas do sistema alimentar e produção de insumos: Sementes, adubos, agroquímicos e passando pelo processamento, transporte e processamento de alimentos.

2.1.1. Lutar e resistir: A agroecologia nas políticas públicas

O neoliberalismo implantado sob o olhar econômico na política propõe a redução do Estado em suas múltiplas camadas, ocasionando inúmeras consequências como a de não

garantia de direitos fundamentais. O resultado da caracterização da sociedade de mercado traz como solução a privatização dos bens públicos.

Há a contraposição sobre o que concerne o discurso neoliberal e a própria conquista da Constituição de 1988. Para isso, a criação das políticas públicas, para fazer jus à nossa constituição, sofre pressão do mercado interno e internacional para privatizar, reduzir recursos e políticas públicas.

Fernandes (2007) entende que a diferença na compreensão dos conceitos de agricultor familiar e camponês está na resolução da sua situação. Na lógica do conceito de agricultura familiar, a metamorfose do camponês irá salvá-lo do desaparecimento. A partir do conceito de campesinato, a esperança encontra-se na luta política e na organização. A condição de trabalho familiar encontra-se imbricada nos dois conceitos; assim, fica claro que todo camponês é um agricultor familiar, pois vive e trabalha com a sua família, no entanto, nem todo agricultor familiar é camponês. Assim, compreendemos que a categoria campesinato é mais abrangente na designação dos sujeitos, para além de uma profissão: agricultor, e do caráter familiar, há também um lugar geográfico que é o campo e um lugar social.

Esta lógica de transformação embasará as políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF em 1996, cujos projetos do Estado trazem a configuração que permitem a capitalização do agricultor. Ou seja, o camponês considerado “atrasado” com as técnicas produtivas de subsistência, passa por mudanças através de investimentos para o “agricultor familiar”, na visão do Estado, para concorrer juntamente com o mercado gerando maior eficiência.

Neste contexto de globalização dos mercados produtivos, as políticas públicas voltadas para a reforma agrária e para o campesinato são de certa forma entendidas como medidas compensatórias.

Os programas de crédito especificamente destinados à agricultura familiar (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Fundo Nacional Constitucional) alcançaram um público cada vez mais amplo. Assim, desde a posse do governo Lula, as tensões opõem dois modelos de desenvolvimento rural: um que tem por base o apoio à agricultura familiar e camponesa, o desenvolvimento do mercado interno e a luta contra a fome; e outro cuja única prioridade é o desenvolvimento das exportações agrícolas a partir do setor capitalista e da grande propriedade. (SABOURIN, 2009, p. 47)

Historicamente, embora recebam pouco suporte e apoio político em comparação com o agronegócio, multiplicam-se as experiências protagonizadas por grupos de agricultores e povos tradicionais na produção agrícola com maior diversidade de espécies de sementes crioulas. Com

elas, evidencia-se a relevância social e política das práticas locais de conservação da agrobiodiversidade para a promoção da segurança e soberania alimentar e nutricional na busca da resiliência dos cultivos no contexto das mudanças climáticas globais.

Todavia, os movimentos camponeses brasileiros têm de reconquistar sua autonomia a todo momento. Esse processo de reexistência tem em sua estrutura as práticas e regramento, nas vias de convivência. São compartilhadas durante estas lutas que deram origem a mecanismos de aprendizagem coletiva ou social Sabourin (2009). Através destas lutas em diferentes regiões do Brasil, muitas vezes isoladas e felizmente amplificadas, o Estado mudou de atitude no que diz respeito às políticas públicas agrícolas e à reforma agrária, mesmo atrelado ao mercado (uso de transgênicos e agrotóxicos), contemplando o aumento de renda do trabalhador rural.

A rápida expansão das plantações transgênicas nas últimas décadas tem sido um fator crucial para a redução da variedade dos recursos genéticos locais. A contaminação de cultivos crioulos de milho pelo pólen de variedades transgênicas cultivadas em fazendas próximas é um fenômeno frequente e documentado. O impacto desse processo no Brasil remonta ao período militar, com a promulgação da primeira Lei de Sementes (Lei nº 4.727), em 1965, que proibia a comercialização e a inclusão dos materiais crioulos em programas governamentais de aquisição, troca ou distribuição de sementes. Somente em 2003, com a edição da Lei nº 10.711, a terceira a regular o assunto no país, esse impedimento foi revogado. A partir dela, as variedades crioulas passaram a ser oficialmente reconhecidas como sementes, abrindo espaço para sua promoção por meio de políticas e programas governamentais (LONDRES, 2006).

Após a constituição de 1988, as instâncias de participação social passam a ser visibilizadas, dentre elas os movimentos sociais ligados à lógica contra-hegemônica que passou a contestar as consequências da modernização da agricultura.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAP) fazem parte do resultado destas ações com atuação do movimento agroecológico desde a década de 1980, atuando em diferentes instâncias como comercialização, pesquisa e extensão.

Protagonizadas pelas comunidades campesinas e movimentos sociais, uma das ações do Estado para que houvesse a transição agroecológica foi a implementação dos Projetos Demonstrativos (PDA) – redes de atuação importantes para a criação, por exemplo, da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A partir daí criaram-se condições para disputar, de fato, uma agenda política.

A partir de 2003, o tema de segurança alimentar veio com força durante os governos Lula (2003-2010), agregando a alimentação saudável e o combate à fome e à miséria a partir da criação do Fome Zero, sendo reestruturado o Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

Nas suas diretrizes encontram-se a promoção de abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados, de bases agroecológica e sustentável de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos. A partir desses preceitos e discussões vieram à tona o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE).

Em 2004, surge o primeiro diagnóstico de segurança e insegurança alimentar no Brasil, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia). Os dados para o ano de 2023 mostraram que o país tinha 27,6% (ou 21,6 milhões) dos seus domicílios em situação de insegurança alimentar, sendo 18,2% (ou 14,3 milhões) com insegurança alimentar leve, 5,3% (ou 4,2 milhões) com insegurança alimentar moderada e 4,1% (ou 3,2 milhões) com insegurança alimentar grave (IBGE, 2023).

A partir da implementação da PNAPO, em 2012, como uma política nacional, tem havido incerteza em relação à sua efetividade e continuidade, dependendo dos interesses dos atores políticos envolvidos.

Ao longo dos anos, houve cortes nos recursos destinados às políticas em agroecologia. Durante o governo Bolsonaro (2018-2022) a estrutura da gestão da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário foram extintos. Isso resultou no enfraquecimento da construção política participativa, na falta de apoio às produções agrárias alternativas e nas disputas pelo uso da terra.

Em 2024, o governo federal do governo Lula reestruturou o extinto PNAPO para o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e Plano Nacional de Abastecimento Alimentar. Já o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Planaab), conhecido popularmente como Alimento no Prato, que busca desenhar uma série de ações e instrumentos para viabilizar o acesso da população à alimentação adequada, com ajuda da participação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO⁹).

⁹ A CNAPO foi instituída pelo Decreto 7.794/2012 com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica.

Esta última, por sua vez, é a principal ferramenta de diálogo da agroecologia com o Estado brasileiro. A CNAPO é uma instância de participação social com foco nas políticas públicas de agroecologia e produção orgânica.

O fortalecimento dos espaços para fomentar ideias de diferentes modelos de produção mais saudável ligado ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) foram importantes, pois contribuíram para gerar e influenciar políticas na formulação e implementação assim como articular iniciativas na execução de transição agroecológica voltadas ao desenvolvimento rural.

As conferências nacionais de segurança alimentar e nutricional e as de desenvolvimento rural e sustentável também passaram a pauta da agroecologia nos governos do PT na presidência. Portanto, algumas diretrizes nas políticas públicas brasileiras passam a ser elaboradas para promoção da agroecologia.

Através da estruturação de políticas afirmativas e assistenciais, o país retirou 28 milhões de pessoas da pobreza absoluta (BRASIL, 2011) e saiu do mapa da fome em 2014. Nos últimos anos, com o desmonte da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o país caminha de volta ao mapa da fome.

Assim, a organização comunitária como forma de resistência e luta pela terra, é também provedora de serviços para essas políticas públicas, através de sua própria organização como instrumento de luta e melhoria nesse manejo da rede que envolve o campesinato, enquanto movimento e articulação dos grupos inseridos.

A metodologia de produção de alimentos saudáveis nos assentamentos, frutos da luta popular pela reforma agrária é promovida e realizada pelo campesinato. A luta de organizações como o MST, MPA, CPT e Via Campesina, além de outros movimentos rurais e urbanos que defendem a adoção de práticas baseadas na agroecologia servem de estrutura para que perpetue novas, porém antigas resistências de se fazer agricultura.

Essas alternativas não são restritas a produção de alimentos, abrangem também a cadeia produtiva do alimento. Contendo os aspectos logísticos da produção e venda, aspectos culturais que fazem parte da organização da comunidade e saúde, conforme sua identidade local, enquanto resistem aos modelos da agricultura convencional.

É observado, conforme a realização do trabalho de campo no Alto Juruá em território acreano, questões pertinentes que envolvem políticas voltadas à classe campesina, no caso o PNAE. São questões de resultados obtidos conforme análise no processo de implementação: Atuação do Estado (prefeitura de Marechal Thaumaturgo) sobre o mercado na compra dos

alimentos nas escolas do município; promoção de redes conjuntas entre setor público, produtores e consumidores; fortalecimento da aquisição pública de alimentos para os produtos do campo, no formato familiar e agroecológico.

Claro que dentro dessa perspectiva, podem ser melhorados e modificados, com maior apoio e defesa às comunidades com subsídios de preços e créditos; apoiar e viabilizar a pesquisa voltadas a educação ambiental protagonizadas por agricultores da floresta em temas como sementes e tecnologias e não algo vindo de fora; maior conscientização sobre os malefícios do uso de transgênicos e agrotóxicos como veremos no último capítulo.

Conforme levantado, é por intermédio de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, comunidades tradicionais e agricultores familiares passaram a fortalecer o fornecimento e a comercialização de alimentos para atender aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional. Há aqui, no caso do PNAE, vantagens da alimentação de produtos do campesinato da floresta, o que tem crescido nesse território, conforme iremos analisar a redução dos ultraprocessados nas escolas.

Porém, há certo impasse quanto à promoção de políticas públicas de forma geral na realidade brasileira. Dentro da perspectiva de redução do Estado, que é atrelada à corrente neoliberal na economia, não se provém as demandas da sociedade, tampouco seus instrumentos de luta por acesso à terra e por melhorias na perspectiva de vida, prolongando as principais mazelas sociais: a pobreza e a fome.

2.2 O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

A produção de alimentos está atrelada à acumulação de riquezas e à geração de lucro, não atendendo de fato as demandas sociais e pelo direito humano à alimentação. A superação dessa lógica deve retomar a construção da agroecologia, por priorizar necessidades humanas e a valorização das culturas na produção de alimentos saudáveis, bem como a aproximação da produção e consumo através de feiras locais, entregas de cestas e mercados públicos.

Abordaremos a respeito do PNAE, enquanto política que visa a ampliação da compra de alimentos provenientes do campesinato brasileiro. Possui como fato norteador o aumento da renda das comunidades rurais e urbanas, através da compra desses produtos. Além da inclusão é considerada como referência na política pública de combate a desnutrição na América Latina e Caribe.

A primeira vez que tive contato com o PNAE foi em Santarém, no Pará, na implementação de sistemas agroflorestais na RESEX Tapajós na Comunidade Carão, enquanto fazia parte da ONG Projeto Saúde e Alegria (PSA), no ano de 2022. Durante esse período foi possível vivenciar a logística de distribuição de alimentos das comunidades campesinas para as escolas dentro da cidade de Santarém e a valorização da comida agroecológica na política de compras da prefeitura de Santarém.

Dentro do que concerne esta pesquisa, abordaremos o PNAE como instrumento político para melhoria de renda do campesinato e para o acesso à comida de qualidade aos jovens matrículados em escolas públicas das cidades e zonas rurais. Segundo Melo (2021) hoje o plano atende cerca de 41 milhões de pessoas no Brasil, e os repasses federativos são para os 27 Estados e 5.570 municípios, que chegam à ordem de R\$ 4 bilhões anuais. Para muitos desses estudantes, a refeição que se faz na escola é a única ou a principal do dia.

2.2.1. Histórico do PNAE

A criação de um programa de alimentação para as escolas públicas já vinha sendo discutida nos fóruns desde o início da década de 1940. No então governo de Getúlio Vargas, instaurou-se a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) – que tinha como premissa o estudo das bases nutricionais no território brasileiro, visando modificar os possíveis defeitos e deficiências da alimentação por meio de campanhas educativas, aumentando o investimento em alimentos desidratados, também por conta da Segunda Guerra Mundial. Era necessário alcançar novos mercados após o seu término (SILVA, 2020).

Nos anos de 1950, foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição. Dele, apenas o Programa de Alimentação Escolar sobreviveu, principalmente por conta de recursos internacionais. As iniciativas eram de combate à fome e passaram por mudanças, pois as compras tinham caráter centralizado e padronizado para alimentos enlatados.

Nos anos de 1955 a 1970 foi-se construindo aos poucos a estrutura do Programa Nacional de Alimentação Escolar, sob a responsabilidade do governo federal. De início era precária e ineficiente, a entrega de alimentos era inconstante e não possuía adequação cultural (MELO, 2021). Apenas em 1976, é criado o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan), os seus moldes são parecidos com o do PNAE. Acaba por priorizar o abastecimento com produtos e fornecedores locais, em consequência da remoção gradativa de recursos internacionais por conta de crises econômicas. Nesse período, o abastecimento de gêneros alimentícios pela produção nacional começou a se tornar mais relevante.

Em 1979 surgiu o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), iniciativa que foi garantida pela Constituição de 1988 – “Direito universal a alimentação escolar e de todos os alunos matriculados em escolas públicas e municipais e estaduais no território brasileiro” (MELO, 2021).

Na constituição de 1988 houve o compartilhamento de responsabilidades entre governo federal, estados e municípios. Ganham destaque autarquias como o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a Frente Municipalista de Prefeitos. A municipalização da alimentação escolar trouxe protagonismo na sua implementação.

Mesmo assim, nesta época, houve uma grave crise na política pública envolvendo desvios de recursos, que resultou na Comissão Parlamentar de Inquérito – a CPI da Fome, em 1991.

Até 1993, o programa funcionou de modo centralizado, ou seja, o órgão gerenciador organizava todas as atividades: desde a elaboração dos cardápios, compra de alimentos e sua distribuição no território nacional. Em 1994 instituiu-se um funcionamento diferente: seria feito o repasse diretamente do Governo Federal para as escolas, que seriam as responsáveis por gerenciar esses recursos e as compras.

Os municípios poderiam ter maior autonomia para vincular o repasse da esfera federativa. Tornando-se responsáveis pela elaboração de cardápios, compra de alimentos e pelo controle de qualidade (vigilância sanitária e inspeção agrícola), mapeando as escolas e redes de ensino.

Essa lei (Lei nº 8.913/1994) dispõe também sobre a promoção do controle social¹⁰, por meio da constituição dos conselhos de alimentação escolar. Com isso, o governo federal reforçou as recomendações voltadas à realização de compras locais, observando a sazonalidade da produção agrícola. No início da década seguinte, em 2001, o PNAE passou a determinar a aquisição de, no mínimo, 70% de alimentos básicos in natura. (ELIAS *et al.* 2024, p. 9)

A consolidação da administração descentralizada possibilitada por essa lei foi um marco na trajetória do PNAE. O movimento de adesão por parte dos municípios foi imediato. Segundo Bonduki (2017), em 1994, havia 1.532 municípios conveniados; em 1998, esse número quase triplicou, chegando a 4.314; e, em 2012, já eram 5.526 municípios conveniados com o programa, representando mais de 99% do total.

O PNAE se apresenta com enorme potencial na promoção do acesso à alimentação saudável, ao mesmo tempo em que contribui para o fomento à produção de alimentos de base

¹⁰ O controle social está associado à participação da sociedade na gestão do Estado, fiscalizando e monitorando as ações do governo. O objetivo é garantir a manutenção dos serviços públicos e solucionar problemas.

familiar e agroecológica e para a valorização da cultura alimentar local (SCHOTZZ, 2023). Neste mesmo ano foi estabelecido que pelo menos 30% dos recursos do PNAE deveriam ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar local.

Uma das motivações para a inclusão do público da agricultura familiar na Lei nº 11.947/2009 foi fazer com que o PNAE funcionasse como vetor de inclusão produtiva e desenvolvimento local, algo que já era mencionado desde o II Pronan nos anos 1970. Nesse sentido, embora a obrigação de comprar alimentos de agricultores familiares constasse no processo histórico do programa, até então não havia nenhum mecanismo explícito de apoio a produtores locais. As normas previstas na Lei nº 8.666/1993 – intitulada Lei Geral de Licitações e Contratos – eram bastante desfavoráveis à participação desse público, sobretudo em razão da burocracia exigida (documentação e certificações semelhantes às grandes empresas) e da morosidade dos processos licitatórios. (SILVA, 2020, p. 31)

Apesar de ser uma mudança que complexifica o processo de execução do programa, ao incluir novos atores em suas etapas, os números recentes indicam uma adesão crescente dos municípios, impactando na elevação do percentual de compra da agricultura familiar.

Após atingir no primeiro ano de vigência da nova lei, em 2010, apenas 4,9% dos repasses previstos para esses produtos, o percentual foi se elevando até atingir 25,1% em 2016, o que representa algo em torno de R\$ 900 milhões. (SILVA, 2020, p. 35)

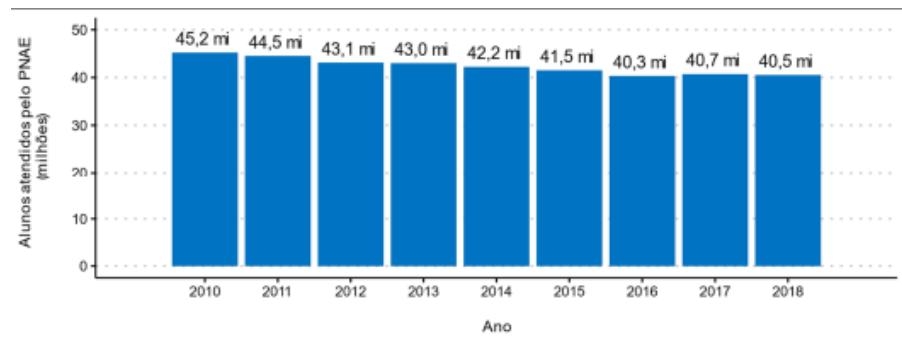
Nesse sentido, pode-se considerar que há uma evolução dos indicadores desde o início de sua vigência, o que denota um esforço por parte dos gestores locais em caminhar na direção prevista pela Lei nº 11.947/2009.3.

Segundo Peixinho (2013), no período de 1995 a 2010, houve grande salto de recursos do PNAE, como também a ampliação da cobertura populacional. Passou de 33,2 milhões para 45,6 milhões de pessoas, e o direcionamento de recursos financiados passou de 590,1 milhões para 3 bilhões de reais. Contribuindo também no desenvolvimento da segurança alimentar de outros países.

Ressalta-se ainda que, em função da experiência exitosa no campo da política nacional de alimentar escolar, a partir de 2003, o governo brasileiro começou a trabalhar intensamente no sentido de viabilizar o apoio ao desenvolvimento de Programas de Alimentação Escolar no âmbito da América Latina, Caribe, África e Ásia. Para tanto, em julho de 2005, o FNDE, assinou um Memorando de Entendimento com a FAO e o PMA com o objetivo de estabelecer um regime de colaboração/cooperação para a implantação de programas similares ao PNAE brasileiro em países em desenvolvimento. (PEIXINHO, 2013, p. 914)

Entre 2010 e 2018, a quantidade total de alunos beneficiados pelo programa em território brasileiro sofreu queda de 10,3%, passando de 45,2 milhões em 2010 para 40,5 milhões em 2018 (Gráfico 1).

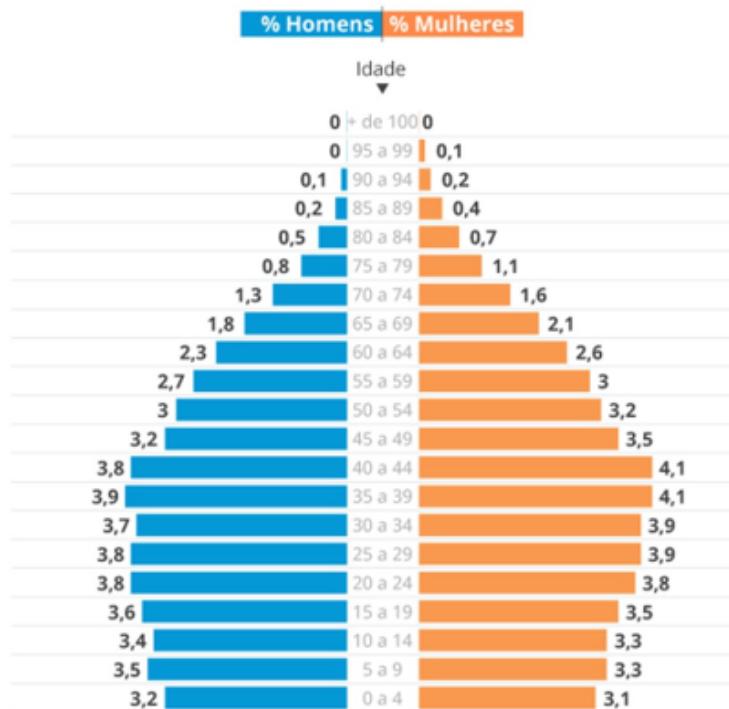
Gráfico 1. Alunos atendidos pelo PNAE (em milhões)



Fonte: Dados abertos do FNDE. Elaboração: SOF/ME, 2018.

Essas informações estão atreladas à pirâmide etária brasileira, que passa por um processo de diminuição do número de nascimentos relacionada aos anos posteriores dos alunos que usufruem da política do PNAE durante o período letivo escolar (Gráfico 2).

Gráfico 2. Pirâmide etária do Brasil de 2022



Fonte: IBGE. Pirâmide etária do Brasil de 2022.

Essas ações contribuem para a promulgação e fortalecimento da construção das bases voltadas à agroecologia em alguns aspectos, como a possibilidade de crescimento das práticas extrativistas e da reprodução social.

Os produtos adquiridos pelo PAA e PNAE apresentam enraizamento cultural nos territórios, uma vez que contribuem para valorizar os conhecimentos tradicionais e as práticas culturais com alimentação saudável para as populações em situação de insegurança alimentar.

Destacaram-se na nova leva de políticas agrícolas com viés pró-camponeses e pró-ambiente, implantadas a partir da ascensão dos governos progressistas, medidas como a criação de variantes do PRONAF que incorporaram explicitamente os aspectos ambientais em sua concepção e desenho (Pronaf Bioeconomia, Pronaf Agroecologia) e especialmente a remodelação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Estes últimos serviram para, utilizando-se do poder de compra do Estado, induzir modelos produtivos agroecológicos através da compra direcionada da agricultura familiar, seja para o fornecimento de alimentação escolar, seja para a formação de estoques reguladores, programas de cestas básicas e alimentação de órgãos públicos (Universidades, quartéis, hospitais). (CHRISTOFFOLI *et al*, 2021, p .5)

Dentre essas políticas em vigência, podemos destacar o PNAE, que destina a compra de 30% do total de alimentos diretamente de produtores da agricultura familiar. Há a mudança da trajetória da qualidade de compras públicas: passa-se a não só adquirir compras de qualquer produtor ou empresa, como também a beneficiar a renda do campesinato, de povos originários e assentados da reforma agrária, quilombolas e demais povos tradicionais.

Há o aumento da valorização da própria cultura e a luta pela permanência na terra, e com isso, atendem-se as características heterogêneas da diversidade cultural e socioeconômica dos povos diante de seus territórios.

O funcionamento do PNAE ocorre através dos repasses de alimentos dos campesinos beneficiados pelo programa. O ciclo de PNAE funciona através do governo federal que repassa aos estados, municípios e escolas federais, valores em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro). O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

Segundo Elias (*et al*, 2004), o direcionamento do PNAE na compra de alimentos do campesinato e agricultura familiar a partir de 2009, buscou combinar alimentação saudável aos alunos da rede pública com produção agrícola sustentável, a partir da aquisição de alimentos *in natura* de produtores locais. O regramento existente no PNAE passa também por um processo de aprendizagem quanto à aderência administrativa burocrática, passando por estruturas de poder e pelas formas de organização dos agricultores. Sobre os regramento para estes:

Para acessar os mercados de compras públicas de alimentos, os interessados precisam estar registrados no Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) do governo federal brasileiro, que substituiu o registro anterior da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Há um limite máximo de comercialização por ano relacionado a cada CAF, cujos valores variaram ao longo dos anos, e atualmente estão em R\$ 15 mil/ano para o PAA-CDS e R\$ 40 mil/ano para o PNAE. (ELIAS, *et al.* 2024, p. 8)

Seguem os valores fixados que cada escola recebe, correspondente a 200 dias letivos por aluno, segundo tabela pré-fixada dos dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (Tabela 1):

Tabela 1. Preço PNAE repassado por aluno de acordo com a modalidade e etapa.

Creches:	R\$ 1,07
Pré-escola:	R\$ 0,53
Escolas indígenas e quilombolas:	R\$ 0,64
Ensino fundamental e médio:	R\$ 0,36
Educação de jovens e adultos:	R\$ 0,32
Ensino integral:	R\$ 1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral:	R\$ 2,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno:	R\$ 0,53

Fonte: Site da FNDE, visitado em julho 2024.

O PNAE envolve outras esferas para além de apenas um programa de alimentação, pois visa a valorização da compra de produtos de produtores locais, englobando a cultura produtiva e alimentar regional. A agroecologia como carro chefe dentro da aquisição das compras vinculadas aos produtores do campesinato estabelece conexões de relações virtuosas no fortalecimento da segurança e soberania alimentar, além do fortalecimento nutricional da população de seu território.

2.2.2. A presença do PNAE no território acreano

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Acre tem como objetivo garantir a alimentação escolar dos estudantes da educação básica pública. O PNAE também conta com iniciativas para gerar renda nas aldeias indígenas e valorizar as suas contribuições

para o campesinato da floresta e o meio ambiente. Porém, dentro da perspectiva acreana, bem como no Brasil como um todo, há alguns entraves:

A oferta atual de alimentos orgânicos e agroecológicos do Acre não atende à demanda da população em geral, consequentemente, há limitação dos programas federais de incentivo ao consumo de alimentos produzidos em sistemas agroecológicos e orgânicos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (SANTOS; SIVIERO, 2015, p. 39)

Por um lado, para atender as políticas públicas do Estado, suprir as demandas sociais de alimento e gerar renda ao produtor para permanência no território se faz necessário entender os processos de acesso e tomada de conhecimento dos camponeses da floresta sobre estas políticas públicas, além de vontade dos agentes políticos para que o programa funcione e fortaleça a agricultura acreana.

Podemos observar o crescimento do montante total de pagamento da merenda escolar vinculado ao PNAE nos municípios do Acre desde o ano de 2012 ao ano de 2019. As cidades de Rio Branco e Cruzeiro do Sul são as que mais pagaram pela merenda, seguida por Tarauacá e Marechal Thaumaturgo, no ano de 2019. (Tabela 2)

Tabela 2. Pagamento da merenda escolar dos municípios do estado do Acre (2012-19)

Pagamento da Merenda Escolar PNAE - ACRE								
Cidades	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Acrelândia	R\$ 174.168,00	R\$ 202.180,00	R\$ 222.564,00	R\$ 272.764,00	R\$ 287.928,00	R\$ 246.950,00	R\$ 244.218,00	R\$ 225.212,00
Assis Brasil:	R\$ 108.444,00	R\$ 35.382,00	R\$ 0,00	R\$ 94.212,00	R\$ 126.968,00	R\$ 116.102,00	R\$ 107.411,20	R\$ 128.098,00
Brasileia	R\$ 452.556,00	R\$ 469.278,00	R\$ 289.088,00	R\$ 418.346,00	R\$ 431.010,00	R\$ 326.176,00	R\$ 337.720,00	R\$ 287.574,00
Bujari	R\$ 162.876,00	R\$ 83.332,00	R\$ 125.680,00	R\$ 28.348,00	R\$ 0,00	R\$ 135.315,20	R\$ 161.234,00	R\$ 163.882,00
Capixaba	R\$ 132.816,00	R\$ 92.484,00	R\$ 126.828,00	R\$ 166.320,00	R\$ 199.932,00	R\$ 198.070,00	R\$ 185.936,40	R\$ 190.894,00
Cruzeiro do Sul	R\$ 808.920,00	R\$ 937.660,00	R\$ 884.544,00	R\$ 1.133.004,00	R\$ 1.327.172,00	R\$ 1.364.404,40	R\$ 1.441.098,00	R\$ 1.473.684,00
Epitaciolândia	R\$ 185.880,00	R\$ 205.720,00	R\$ 199.104,00	R\$ 191.844,00	R\$ 286.956,00	R\$ 211.190,00	R\$ 216.170,00	R\$ 281.248,80
Feijó	R\$ 400.080,00	R\$ 398.996,00	R\$ 428.904,00	R\$ 453.492,00	R\$ 487.348,00	R\$ 442.232,40	R\$ 413.452,00	R\$ 394.309,20
Jordão	R\$ 324.816,00	R\$ 332.988,00	R\$ 281.880,00	R\$ 398.160,00	R\$ 349.560,00	R\$ 391.436,00	R\$ 308.920,00	R\$ 278.494,00
Mâncio Lima	R\$ 255.468,00	R\$ 310.480,00	R\$ 257.456,00	R\$ 373.638,00	R\$ 446.002,00	R\$ 372.082,00	R\$ 393.262,00	R\$ 365.254,00
Manoel Urbano	R\$ 153.804,00	R\$ 170.660,00	R\$ 130.068,00	R\$ 149.008,00	R\$ 155.024,00	R\$ 123.171,20	R\$ 163.548,00	R\$ 176.212,00
Marechal Thaumaturgo	R\$ 496.764,00	R\$ 510.940,00	R\$ 509.352,00	R\$ 698.474,00	R\$ 912.854,00	R\$ 439.555,20	R\$ 660.305,20	R\$ 805.981,20
Plácido de Castro	R\$ 179.916,00	R\$ 179.380,00	R\$ 216.642,00	R\$ 275.052,00	R\$ 287.914,00	R\$ 240.246,80	R\$ 260.782,40	R\$ 257.992,40
Porto Acre	R\$ 121.968,00	R\$ 134.960,00	R\$ 126.522,00	R\$ 144.144,00	R\$ 153.434,00	R\$ 161.098,00	R\$ 117.907,20	R\$ 210.802,00

Porto Walter	R\$ 155.124,00	R\$ 180.520,00	R\$ 235.298,00	R\$ 287.008,00	R\$ 156.160,00	R\$ 233.740,00	R\$ 245.388,00	R\$ 337.746,00
Rio Branco	R\$ 1.574.196,00	R\$ 1.871.916,00	R\$ 2.133.204,00	R\$ 2.388.674,00	R\$ 2.714.234,00	R\$ 2.959.617,60	R\$ 3.156.044,00	R\$ 3.000.702,00
Rodrigues Alves	R\$ 222.324,00	R\$ 243.122,00	R\$ 475.408,00	R\$ 496.338,00	R\$ 612.054,00	R\$ 429.202,00	R\$ 375.755,80	R\$ 432.626,00
Santa Rosa dos Purus	R\$ 246.660,00	R\$ 251.520,00	R\$ 231.024,00	R\$ 254.202,00	R\$ 288.402,00	R\$ 232.501,31	R\$ 252.592,00	R\$ 234.486,34
Sena Madureira	R\$ 528.744,00	R\$ 545.828,00	R\$ 448.064,00	R\$ 674.042,00	R\$ 603.778,00	R\$ 624.217,60	R\$ 651.764,00	R\$ 491.864,00
Senador Guiomard	R\$ 205.524,00	R\$ 186.808,00	R\$ 344.284,00	R\$ 361.350,00	R\$ 383.042,00	R\$ 268.088,00	R\$ 388.918,00	R\$ 316.972,00
Tarauacá	R\$ 494.292,00	R\$ 571.828,00	R\$ 602.790,00	R\$ 737.208,00	R\$ 804.286,00	R\$ 841.024,00	R\$ 927.088,00	R\$ 841.431,60
Xapuri	R\$ 99.108,00	R\$ 218.206,00	R\$ 96.480,00	R\$ 95.986,00	R\$ 104.434,00	R\$ 143.656,00	R\$ 122.770,00	R\$ 112.168,03
TOTAL	R\$ 7.484.448,00	R\$ 8.134.188,00	R\$ 8.365.184,00	R\$ 10.091.614,00	R\$ 11.118.492,00	R\$ 10.500.075,71	R\$ 11.132.284,20	R\$ 11.007.633,57

Fonte: FNDE. Elaborado por JORQUEIRA,2024.

Os fatores que geraram o não pagamento em Assis Brasil em 2014, Bujari em 2016 e Acrelândia em 2022 foram questões administrativas da chamada e a prévia do edital. Segundo MELO (2021), há alguns desafios burocráticos para serem sanados.

Os municípios por terem novos gestores, nos ciclos de troca de prefeito, não estão habituados à logística de execução do PNAE e possuem dificuldade na abertura de editais para contratação de novos produtores, acaba não sendo simples para quem não está acostumado com o manuseio das tecnologias, ou até mesmo avisado da existência de tal política.

O mesmo ocorreu em Marechal Thaumaturgo para alimentação PNAE Indígena nesse ano de 2024, segundo a prefeitura a equipe da chamada do edital do PNAE da prefeitura foi trocada, perdendo o prazo para chamamento público.

Durante a pandemia da COVID-19 (2020-2022) não houve grandes alterações no repasse financeiro para os municípios, mas nas entregas nas escolas, uma vez que a produção dos camponeses tiveram a segurança em risco para que a distribuição ocorresse. (Tabelas 3 e 4)

Tabela 3. Pagamento da merenda escolar dos municípios do estado do Acre no período da pandemia da COVID-19 (2020-2022).

Pagamento da merenda escolar PNAE			
Cidades	2020	2021	2022
Acrelândia	R\$ 222.638,44	R\$ 255.373,80	R\$ 0,00
Assis Brasil:	R\$ 144.887,60	R\$ 137.033,60	R\$ 105.525,00
Brasileia	R\$ 329.566,60	R\$ 328.688,80	R\$ 295.558,00
Bujari	R\$ 189.079,00	R\$ 182.355,80	R\$ 148.337,60
Capixaba	R\$ 189.409,00	R\$ 221.555,40	R\$ 158.528,00
Cruzeiro do Sul	R\$ 1.502.129,20	R\$ 1.481.869,40	R\$ 1.292.096,00

Epitaciolândia	R\$ 319.726,00	R\$ 217.260,80	R\$ 190.803,72
Feijó	R\$ 421.178,12	R\$ 423.574,80	R\$ 384.182,00
Jordão	R\$ 305.560,20	R\$ 307.870,20	R\$ 128.169,41
Mâncio Lima	R\$ 381.948,60	R\$ 388.201,00	R\$ 330.690,00
Manoel Urbano	R\$ 191.098,60	R\$ 198.851,40	R\$ 198.314,00
Marechal Thaumaturgo	R\$ 405.351,00	R\$ 562.634,60	R\$ 474.066,00
Placido de Castro	R\$ 245.885,20	R\$ 235.551,80	R\$ 201.872,00
Porto Acre	R\$ 196.715,20	R\$ 197.058,40	R\$ 249.008,00
Porto Walter	R\$ 319.600,60	R\$ 305.938,60	R\$ 283.975,95
Rio Branco	R\$ 3.295.527,40	R\$ 3.213.812,80	R\$ 2.638.358,00
Rodrigues Alves	R\$ 486.684,00	R\$ 489.436,20	R\$ 130.251,00
Santa Rosa dos Purus	R\$ 396.096,80	R\$ 379.517,60	R\$ 256.654,00
Sena Madureira	R\$ 543.105,20	R\$ 542.977,60	R\$ 460.126,00
Senador	R\$ 302.293,20	R\$ 305.910,00	R\$ 219.793,64
Tarauacá	R\$ 703.045,20	R\$ 683.390,40	R\$ 45.516,80
Xapuri	R\$ 169.052,40	R\$ 168.256,00	R\$ 137.014,00
TOTAL	R\$ 11.260.577,56	R\$ 11.227.119,00	R\$ 8.328.839,12

Fonte: FNDE. Elaborado por JORQUEIRA, 2024.

Tabela 4. Repasse PNAE estadual e municipal no Acre (2012-2022)

Total do repasse do estado e municípios do Acre			
Ano	Estado (Acre)	Municípios	Total
2012	R\$ 10.818.504,00	R\$ 7.484.448,00	R\$ 18.302.952,00
2013	R\$ 11.672.124,00	R\$ 8.134.188,00	R\$ 19.806.312,00
2014	R\$ 9.827.649,60	R\$ 8.365.184,00	R\$ 18.192.833,60
2015	R\$ 12.324.225,60	R\$ 10.091.614,00	R\$ 22.415.839,60
2016	R\$ 13.507.391,60	R\$ 11.118.492,00	R\$ 24.625.883,60
2017	R\$ 13.065.704,00	R\$ 10.500.075,71	R\$ 23.565.779,71
2018	R\$ 15.026.696,00	R\$ 11.132.284,20	R\$ 26.158.980,20
2019	R\$ 14.309.060,00	R\$ 11.007.633,57	R\$ 25.316.693,57
2020	R\$ 14.070.639,00	R\$ 11.260.577,56	R\$ 25.331.216,56
2021	R\$ 13.866.212,80	R\$ 11.227.119,00	R\$ 25.093.331,80
2022	0	R\$ 8.328.839,12	R\$ 8.328.839,12

Fonte: FNDE. Elaborado por JORQUEIRA, 2024.

Vemos, portanto, que há necessidade de disponibilizar acesso para estas chamadas públicas, pois muitos dos produtores não possuem habilidades ou as informações necessárias para se candidatar ao processo. Para isso se faz necessária abordagem com técnicos e pessoas qualificadas para mapear as áreas produtivas e para elaborar projetos de escoamento do produto.

Ou seja, a burocracia impede os produtores de acessar, tornando-se mais prático vender para distribuidores e ao mercado.

Segundo dados da prefeitura de Rio Branco, no ano de 2023, o Governo Federal investiu R\$ 10,6 milhões nos primeiros seis meses na merenda escolar dos estudantes das escolas públicas. O repasse, feito por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atendeu 251.910 alunos de 1.480 escolas das redes estadual e municipal.

No primeiro semestre de 2024, os três municípios que mais receberam recursos foram: Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Tarauacá. A prefeitura de Rio Branco foi atendida com R\$ 1,2 milhão, que atendeu 22.559 alunos em 81 escolas. Já Cruzeiro do Sul, com R\$ 450 mil, distribuídos em 102 escolas que ofereceram alimentação a 11.847 estudantes. Tarauacá recebeu R\$ 408 mil para 41 unidades educacionais com 7.632 alunos atendidos.

Para além da perspectiva de compra de alimentos do campesinato da floresta, a produção também sofre alterações por conta das mudanças climáticas que o estado do Acre sofre em períodos específicos do ano, como as grandes secas durante o inverno e períodos de cheia durante o verão, que é a realidade de praticamente todos os municípios.

Um exemplo sobre as perdas de roçado provenientes das consequências das ações climáticas, foi o retrato pontuado pela camponesa beneficiária Maria Arlete da Comunidade Cinco Voltas, vinculada ao PNAE já há três anos, residente da Resex Alto Juruá no território acreano: “*Deu prejuizo, a gente perdeu a bananeira, o bananal, perdeu o milho. Foi e é isso. A gente teve que comprar milho pra dar de comer as galinha né, e as banana a gente comeu algumas bananas, algum bananalzinho [...] matou todo bananal.*”(informação verbal).¹¹

2.2.3. Contexto da produção agrícola indígena no Acre

Os povos originários da Amazônia trouxeram grande conhecimento para a humanidade. Desde a sua domesticação e perpetuação de espécies de plantas, hoje consumidas em todo planeta. “A lista é grande e será aqui parcialmente mencionada, em ordem alfabética: Abacate, abacaxi, abóbora, amendoim, batata, caju, feijão, mamão, mandioca, maracujá, milho, pimenta vermelha, pupunha, tabaco e tomate” (Neves, 2006, p. 31 e 32)

O início do século XX é marcado pelo processo de ocupação, urbanização e industrialização do espaço. Neste período, o tecido social brasileiro passou por diversas e profundas transformações – entre as quais destaca-se o fenômeno do êxodo rural e a rápida

¹¹ Entrevista concedida por A. [out. 2024]. Entrevistador: Victor Souza Jorqueira. Marechal Thaumaturgo, 2024.

aceleração do processo de mecanização do campo brasileiro, conforme explicitado no período de implementação da Revolução Verde.

Neste período do avanço da pecuária e monoculturas houve o processo de expropriação de terras comunais indígenas, a marginalização dos indígenas nas grandes cidades e utilização da sua mão de obra barata. Posteriormente, no campo, a troca da mão de obra dos agricultores por máquinas com tecnologia incorporada trouxe melhorias para uma pequena parte da sociedade, a elite rural daquele período, em prejuízo dos vários grupos de residentes e trabalhadores que habitavam as áreas rurais e florestais.

O chamado tempo das correrias, que seria o período em que os indígenas adentravam as matas para não serem dominados, foi sucedido pelo tempo de cativeiro (PILNIK; ARGENTIN, 2023). O trabalho incorporado nos seringais era precedido pela captura das populações indígenas, nas décadas de 1920 a 1970.

A partir da segunda metade do século XX, ainda a visão colonialista de dominação do Estado se fazia presente frente aos territórios indígenas. O projeto de educação baseado na catequese girava em torno de um projeto nacional de integração, no qual se baseava o letramento e a alfabetização. Nesta perspectiva, não existia nenhuma política governamental que valorizasse a diversidade sociocultural e que considerasse uma educação específica para e entre os indígenas.

Portanto, os povos indígenas viviam sob um regime de dominação política, econômica e social, que modificou seu modo de vida, impedindo a prática de rituais e celebrações culturais. Além do enfraquecimento da língua nativa e dos saberes e conhecimentos do manejo de campos tradicionais.

Ocorre uma mudança sobre este paradigma a partir da década de 1970, com o fortalecimento dos movimentos sociais indígenas e o aumento das demandas por direitos sociais e coletivos. (LUCIANO, 2011)

A partir da década de 1970, com o auxílio do poder público (por meio da Fundação Nacional do Índio – Funai) e da sociedade civil organizada (por meio da Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC e do Conselho Indigenista Missionário – Cimi), os povos indígenas da região acreana iniciam um processo de reorganização política. Em síntese, os objetivos dessa articulação consistiam no respeito aos direitos originários, na demarcação de terras, na expulsão dos invasores nelas estabelecidos e na denúncia dos abusos e injustiças cometidos pela sociedade não indígena. (PILNIK; ARGENTIN, 2023, p. 288-299)

Tinha como objetivo garantir a segurança e a soberania alimentar da comunidade indígena. Neste sentido, os SAFs colaboram para a manutenção da biodiversidade silvestre nas redondezas.

Desde a sua fundação em 1979, a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre) vem apoiando os povos indígenas do Acre em algumas de suas lutas pela conquista e o exercício de seus direitos coletivos por meio de ações que articulem a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, a educação intercultural e bilíngue e as políticas públicas. No ano de 1996, iniciou-se o curso de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs), como consequência do projeto “Uma Experiência de Autoria”, que se tornou marca registrada dos processos educativos desenvolvidos pela CPI-Acre desde a década de 80 com professores e agentes de saúde. (ROCHA, 2016. p. XX)

Um ponto a se aprimorar na gestão da municipalização do processo de compra institucional de gêneros alimentícios às escolas da rede pública parece advir de uma evidente contradição: as espécies frutíferas nativas, pertencentes à cultura alimentar ancestral, ainda são pouco utilizadas na alimentação regionalizada. Em que pese o aparente contrassenso, para melhor apreensão dessa realidade, é preciso analisá-la em seus diferentes aspectos históricos, ambientais e socioculturais para entender o processo de favorecer o protagonismo indígena.

Frente a tais desafios, entende-se que a diversificação do cardápio da alimentação escolar está atrelada ao fortalecimento do consumo de espécies frutíferas autóctones – sobretudo para as crianças e jovens. Para que as instituições parceiras possam contribuir com essa demanda, parece fundamental que técnicos (governamentais e não governamentais) e responsáveis por projetos de pesquisa e extensão se envolvam de forma sistêmica, ou seja, pensando e agindo a partir do ponto de vista cultural dos próprios grupos indígenas. Para tanto, torna-se imprescindível alinhar os estudos científicos ao etnoconhecimento a partir da ótica do diálogo de saberes. Em outras palavras, é um dever ético reconhecer a validade dos pressupostos epistemológicos indígenas (que abrange o universo existente de plantas nativas alimentícias, mas não só) na abertura de novos caminhos para a sustentabilidade alimentar e a conservação da sociobiodiversidade. (PILNIK; ARGENTIN, 2023, p. 320)

2.2.4. O PNAE indígena em Marechal Thaumaturgo

A localidade de Marechal Thaumaturgo é uma das mais isoladas do estado, acessível apenas por aviões de pequeno porte ou por meio fluvial após dias de viagem. O município abriga em seu território algumas zonas protegidas pelo poder público, incluindo terras indígenas, áreas de conservação federais e reservas extrativistas que se estendem por grande parte do território.

A vivência com o PNAE teve seu início com maior reciprocidade na implementação ao final dos anos 1990, inserida no Programa de Capacitação de Agentes Agroflorestais que foi promovido pela organização não governamental Comissão Pró-Índigenas do Acre (CPI Acre).

Os ashaninka desempenham papel fundamental nesse processo, defendendo a sua cultura, territórios e sistemas tradicionais de produção. Os extrativistas, as comunidades ribeirinhas e a comunidades indígenas que compõem o campesinato da floresta começaram a aproveitar essas práticas e saberes, resultando em avanços na qualidade de vida das populações. Isso ocorreu por meio de iniciativas próprias, em colaboração com organizações não governamentais e os governos local e federal.

A articulação do programa se torna ainda mais próxima com a eleição da liderança da etnia Ashaninka para prefeito, Isaac Piyāko¹², no ano de 2016, conferindo maior visibilidade, prioridade e divulgação na propagação do programa, uma vez que há aumento na compra de alimentos de povos indígenas, ribeirinhos e extrativistas.

O objetivo da continuidade do mandato foi de concentrar-se mais no ambiente rural, estabelecendo parcerias necessárias para continuação do projeto, com associações, cooperativas, ribeirinhos e indígenas da área. Desde que vivia em sua aldeia, o prefeito observava que a alimentação era baseada em alimentos industrializados. Passou então a coordenar os agricultores e as agricultoras com o objetivo de regionalizar a alimentação escolar dos indígenas. Ao assumir pela primeira vez a prefeitura em 2017, incentivou as entidades locais a fornecer alimentos pelo programa PAA e PNAE.

É através de iniciativas próprias da comunidade em colaboração com organizações não-governamentais, os governos locais e federal que há a garantia da segurança alimentar e nutricional através da diversificação da produção e da busca por melhorias na alimentação oferecida nas escolas. Dessa forma, inicia-se um movimento para incentivar o poder público local a adquirir produtos da região para servir nas escolas das vilas e outras comunidades.

Assim, as merendas das escola indígenas são focadas nas produções dos próprios roçados indígenas. São compras de alimentos culturalmente utilizados de forma cotidiana na alimentação das famílias acreanas, cuja regionalidade das preparações são importantes. Por exemplo, nas escolas indígenas das T.I. do Acre há fornecimento do mingau Bani Mutxa, presente na cultura alimentar indígena. A prefeitura nos disponibilizou o controle da merenda regionalizada que haviam feito especificamente no ano de 2023 (Tabela 5).

¹² Isaac Piyāko: O primeiro prefeito indígena da história do Acre. O professor Isaac Piyāko (PMDB), de 44 anos, da etnia Ashaninka, concorreu pela primeira vez em 2016. Apesar de abrigar cinco etnias, foi a primeira vez que a cidade, criada em 1992 em uma antiga área ocupada por seringueiros, teve um indígena na disputa. Isaac recebeu 4.094 votos, alcançando 56,6% da preferência nas urnas.

Tabela 5. Quantitativo de compra de produtos e preços unitários das escolas vinculados ao PNAE indígena em 2023.

MERENDA ESCOLAR REGIONALIZADA - ESCOLAS INDÍGENAS MUNICIPIO DE MARECHAL THAUMATURGO				
Produtos	Unidade	Quantidade	V. Unit	Valor Total
Arroz Doce	Quilos	635	R\$ 5,63	R\$ 3.571,88
Arroz Regional	Quilos	292	R\$ 5,31	R\$ 1.551,25
Banana Pequena	Quilos	483	R\$ 3,03	R\$ 1.464,70
Banana Grande	Quilos	572	R\$ 3,93	R\$ 2.246,53
Tubérculos (Inhame, batata doce e Dali-dali)	Quilos	126	R\$ 4,88	R\$ 614,25
Cheiro Verde	Maço	84	R\$ 3,00	R\$ 252,00
Couve	Maço	194	R\$ 2,94	R\$ 569,88
Coco seco	Und.	46	R\$ 2,94	R\$ 135,13
Chá	Quilos	295	R\$ 8,13	R\$ 2.396,88
Caiçuma doce	Litros	1.182	R\$ 4,00	R\$ 4.728,00
Cuscuz	Quilos	295	R\$ 8,13	R\$ 2.396,88
Feijão Peruano Amarelo	Quilos	328	R\$ 10,13	R\$ 3.321,00
Farinha de Mandioca	Quilos	112	R\$ 35	R\$ 486,64
Frango Caipira	Quilos	126	R\$ 28,63	R\$ 3.606,75
Jerimum	Quilos	48	R\$ 4,88	R\$ 234,00
Mandioca	Quilos	543	R\$ 3,69	R\$ 2.002,31
Melancia	Quilos	111	R\$ 3,31	R\$ 367,69
Mingau Bani Mutxa	Litros	482,5	R\$ 6,00	R\$ 2.895,00
Mungunzá	Litros	177	R\$ 5,63	R\$ 995,63
Ovos	Dúzia	204	R\$ 14,81	R\$ 3.021,75
Pato	Quilos	118	R\$ 28,94	R\$ 3.414,63
Peixe	Quilos	195	R\$ 18,56	R\$ 3.619,69
Pimenta de cheiro	Quilos	80	R\$ 9,00	R\$ 720,00
Poupa de fruta congelada	Quilos	865	R\$ 11,75	R\$ 10.163,75
Tapioca Pronta	Quilos	406	R\$ 8,00	R\$ 3.248,00
Vinho (Açaí, Buriti e Patoá)	Litros	161	R\$ 7,88	R\$ 1.267,88
TOTAL				R\$ 58.940,06

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Marechal Thaumaturgo, 2024.

É possível observar a diversidade de produção de acordo com a disponibilidade no ambiente e a sazonalidade, como é o caso de produtos extrativistas: peixes, vinhos de açaí, buriti e patoá. Há também as hortaliças e leguminosas que abastecem as escolas, assim como frutas e outros alimentos disponíveis.

É por meio da compra de alimentos diversos que se asseguram os benefícios necessários para a nutrição das crianças e da juventude que vão ingerir alimentos de qualidade e em menor quantidade os processados.

Dentro deste regramento há a necessidade de atendimento às demandas nutricionais da população e de garantia a logística de comercialização dos produtores, respeitando a sazonalidade das culturas e da vitalidade do alimento produzido, em sua maioria de forma orgânica e livre de agrotóxicos. Conforme vemos no Manual do PNAE:

O apoio ao desenvolvimento sustentável local ocorre pela priorização da compra de produtos diversificados, orgânicos ou agroecológicos, e que sejam produzidos no próprio município onde está localizada a escola, ou na mesma região, com especial atenção aos assentamentos rurais e comunidades indígenas e quilombolas. Nesse sentido, para o município, significa a geração de emprego e renda, fortalecendo e diversificando a economia local, e valorizando as especificidades e os hábitos alimentares locais. (BRASIL, 2013, N.P.)

A análise do que concerne à segurança alimentar e nutricional dos estudantes indígenas que são beneficiados pela alimentação escolar está diretamente relacionada com a gestão adequada da biodiversidade e dos recursos naturais nas aldeias, uma vez que o bem viver das relações atua a seu favor, no que diz respeito à autonomia e ao conhecimento da floresta.

O foco sempre foi a segurança alimentar e nutricional através da diversificação da produção, além de exigir melhorias na alimentação escolar. Dessa forma, inicia-se a conscientização do poder executivo local sobre a importância de adquirir produtos da produção local para as escolas das aldeias e outras comunidades (SÁ, 2022).

Da mesma forma, uma vida melhor também se desenvolve em teia: esforço de professores, produtores agrícolas; o conhecimento de manejo na agricultura, floresta; juventude, mulheres e outras entidades sociais envolvidas. Para valorizar o conhecimento étnico e aumentar dietas ricas em compostos bioativos, vitaminas e elementos minerais, é necessário diversificar os cardápios através da inclusão de frutas e alimentos dos povos originários.

O elemento central para concretizar essa integração baseia-se no que tange a Agroecologia. As trocas de conhecimentos, a elaboração de técnicas locais acessíveis para as comunidades indígenas e de ações colaborativas caminham na mesma direção que a agrobiodiversidade e a gestão cultural e ambiental dos territórios, para enfrentar os desafios presentes visando a sustentabilidade, a preservação da diversidade de espécies e, em particular, o fortalecimento das práticas e saberes dos povos indígenas e tradicionais do Acre.

2.3. O PNAE na RESEX Alto Juruá e PAE Triunfo Porangaba

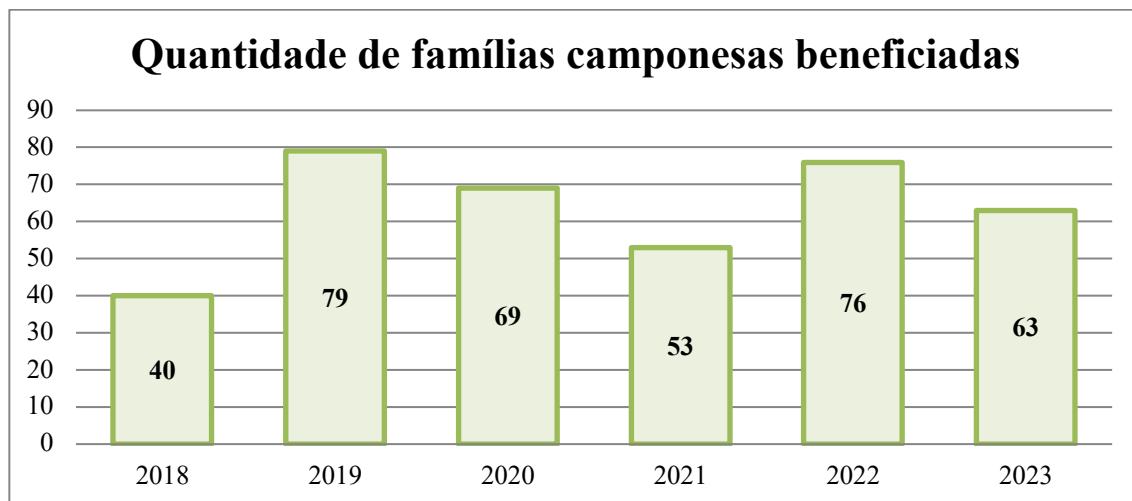
O estímulo à compra da produção do campesinato na cidade de Marechal Thaumaturgo é função da política estabelecida pela parceria da prefeitura com os produtores. No ano de 2024, a cidade atendeu 4.838 de crianças e adolescentes matriculadas nas escolas conveniadas ao PNAE, segundo dados da prefeitura.

O PNAE prevê o mínimo de 30% do orçamento do programa na compra dos alimentos diversos dos campesinato. Na cidade de Marechal Thaumaturgo, essa realidade foi ampliada, 48% do total de alimentos comprados para as escolas do PNAE são provenientes do campesinato e por consequência dos alimentos agroecológicos, incluindo o aporte financeiro do Fundo de Participação do Município (FPM), segundo dados fornecidos pela prefeitura (SÁ, 2022).

A alimentação a partir da produção do próprio cultivo da comunidade, proveniente dos agricultores da região, enriquece o cardápio semanal das refeições nas escolas, que ficam mais saudáveis e completas.

Dos dados coletados, tivemos acesso ao quantitativo de famílias camponesas a partir de 2018 que aderiram ao PNAE, antes desse período não houve acesso a esses dados por parte da prefeitura. Pode-se observar um aumento entre os anos de 2018 a 2023 (Gráfico 3).

Gráfico 3. Balanço anual do quantitativo de famílias beneficiadas pelo PNAE no município de Marechal Thaumaturgo (2018-2023).



Fonte: Dados da Secretaria de Educação de Marechal Thaumaturgo, 2024, adaptado por Jorqueira.

No início desse milênio era basicamente produção para autoconsumo e sustento das famílias. Conforme dito anteriormente a reperito da prefeitura de Marechal Thaumaturgo, a partir do ano de 2017, com o mandato de Pyianko, houve maior estímulo para aderência ao PNAE, primeiramente nas escolas indígenas e posteriormente em outras escolas.

Atualmente a maior parte das aquisições de produtos da agricultura familiar está vinculada aos programas PAA e PNAE. O comércio local compra farinha, feijão e hortaliças em poucas quantidades em comparação a estas políticas.

A aquisição de alimentos provindos da agricultura familiar promove o aumento da variedade e inclusão de alimentos in natura ou minimamente processados na alimentação escolar, os quais promovem a formação de hábitos alimentares saudáveis. O consumo de produtos orgânicos e/ou agroecológicos tem sido descrito como uma prática alimentar saudável, conceito este que converge com a premissa central do PNAE, que é contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis. As diretrizes do PNAE incentivam o emprego de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos como ações de promoção e implementação da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada. (MACHADO *et al*, 2018, p. 103)

A prefeitura tem levado os conhecimentos necessários aos territórios para a elaboração do projeto de vendas, mapeamento das áreas produtivas, entre outras assistências necessárias para vinculação ao PNAE do município.

Porém há algumas demandas vindas por parte do campesinato da floresta que acabam resultando em dificuldades na entrega como o transporte, ferramentas e máquinários, sementes e auxílio na assistência técnica rural.

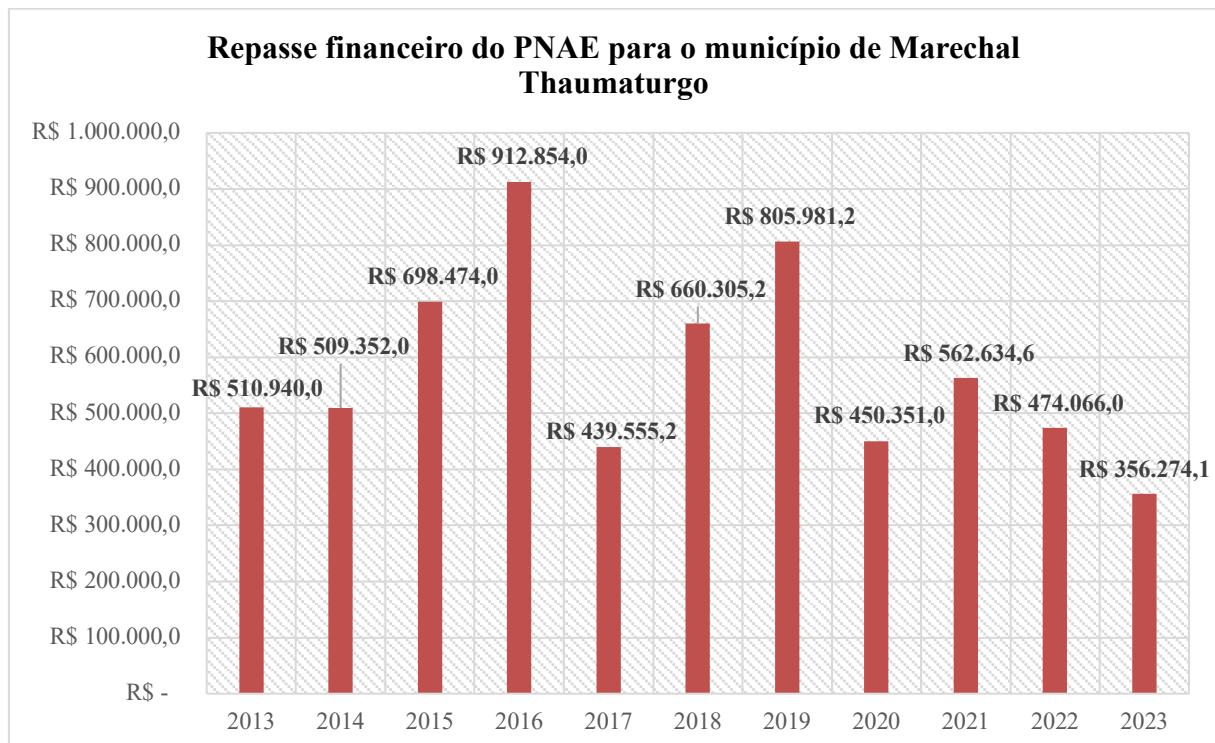
Mesmo com essas questões, Marechal Thaumaturgo tem se tornado referência na vinculação e estruturação de redes da prefeitura, profissionais articuladores que trabalham em conjunto muitas vezes com a ONG SOS Amazônia e a Comissão Pró Indígena (CPI), professores, diretores de escolas, merendeiras e profissionais da educação e da limpeza auxiliam no transporte, armazenamento e produção culinária, o que garante o circuito logístico das compras.

Neste contexto é possível observar o aumento do valor vinculado à distribuição da receita do PNAE no município nos anos de 2013 a 2016. A partir do ano de 2017, com a mudança da prefeitura e num contexto de mudanças climáticas, como a seca no verão e cheia no inverno, muitos produtores perderam seus roçados.

Outra importante observação é a queda nas vendas, como no ano de 2023, em que abaixou o nível do manancial, afetando o transporte de mercadorias. Nos anos de 2020 a 2023,

que compreende a epidemia da Covid, e entre períodos de cheia e seca houve variações consideráveis no volume de entregas (Gráfico 4).

Gráfico 4. Balanço anual do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município de Marechal Thaumaturgo (2013 -2023)



Fonte: FNDE, adaptado por Jorqueira, V. S., 2024.

Conforme os dados anteriores, há a movimentação de um mercado voltado para a agricultura produtiva campesina da floresta, e o aumento gradativo do número de famílias agricultoras vinculadas ao PNAE tem como base o aumento da capacidade de pagamento para que ocorra o que é fruto de uma boa organização dos processos existentes dentro da prefeitura no que tange o PNAE.

A melhoria de renda é uma realidade no campesinato da floresta na cidade de Marechal Thaumaturgo, assim como muitas cidades no território brasileiro. De acordo com os dados expressos anteriormente no Gráfico 3, sobre o número de famílias vinculadas ao PNAE nos anos anteriores e nas informações contidas Gráfico 4, sobre o repasse total do programa para as famílias campesinas, conseguimos observar a média anual de renda destinada as famílias contribuintes para a entrega da merenda escolar. (Tabela 6)

Tabela 6. Renda por Família camponesa vinculada ao PNAE na cidade de Marechal Thaumaturgo

Ano	Número de Famílias (PNAE)	Repasso Total PNAE	Renda Anual por Família	Renda Mensal por Família
2018	40	R\$ 660.305,2	R\$ 16.507,63	R\$ 1375,63
2019	79	R\$ 805.981,2	R\$ 10.202,29	R\$ 850,19
2020	69	R\$ 450.351,0	R\$ 65.26,82	R\$ 543,9
2021	53	R\$ 562.634,6	R\$ 10.615,74	R\$ 884,64
2022	76	R\$ 474.066,0	R\$ 6.237,71	R\$ 519,8
2023	63	R\$ 356.274,1	R\$ 5655,14	R\$ 471,26
Média de Renda			R\$ 9.290,83	R\$ 774,24

Fonte: FNDE e Prefeitura de Marechal Thaumaturgo. Elaborado por JORQUEIRA, 2024.

Durante a análise amostral destes seis anos, a renda do campesinato vinculada ao PNAE esteve na média de R\$ 774,24 por mês o que ajuda na garantia da proteção social e melhoria da qualidade de vida, redução das desigualdades sociais e na mitigação da pobreza, o que garante condições de dignidade e cidadania por promover maior autonomia e inclusão social dos beneficiários, por haver inserção no mercado de trabalho e na educação para as famílias em situação de vulnerabilidade.

Além do PNAE há também outras políticas de acesso de melhoria de renda ao campesinato da floresta. Nas entrevistas, muitos que faziam parte do programa, também eram vinculados ao PAA o que aumenta a demanda pela compra de alimentos.

2.3.1 Funcionamento da entrega de alimentos

A prefeitura trabalha com contratos individuais fechados. Quando os produtores enfrentam problemas externos, como um determinado tipo de praga, ou enchente, ou mesmo não conseguem entregar os alimentos, a escola acaba ficando sem eles. Caso haja outros produtores que moram próximo da escola e consigam suprir a demanda do produto faltante, a prefeitura pode abrir compra por dispensa de licitação, mesmo não cumprindo os requerimentos do contrato.

Quando não há disponibilidade de determinado alimento solicitado pelo nutricionista da escola, seja por problemas na entrega ou pela falta do produto, a prefeitura faz a compra de algum alimento semelhante, que pode ser industrializado ou processado.

Antigamente havia maior dificuldade com o PNAE e o contrato junto com o campesino/fornecedor. A declaração de aptidão ao Pronaf (DAP) era centralizada com o governo estadual. A Secretaria do Estado de Agricultura e agora a SEAGRI não funcionou muito bem, marcada por burocracia excessiva que acarreta na demora das emissões da DAP.

Com esses desdobramentos, o sindicato dos trabalhadores rurais de Marechal Thaumaturgo passou a ter autonomia em relação a esse processo e inciou o credenciamento diretamente. Assim houve maior aderência do campesinato, com menor burocracia para efetivar o contrato, porém ainda assim, dependendo da localidade do agricultor pode ser trabalhoso efetivar o vínculo com o PNAE.

Somente com a mudança do DAP para a CAF foi possível o credenciamento via prefeitura. Nesse quesito, Marechal Thaumaturgo foi pioneiro em relação aos demais municípios do Acre, segundo Leonarda (Coordenadora do MEC e FNDE do município).

Para que o sistema produtivo seja completo, é necessário o fechamento da cadeia de cultura¹³ na produção até o escoamento do produto, podendo ou não ser beneficiado, até a logística de distribuição para chegar na mesa dos jovens estudantes de escolas públicas do município de Marechal Thaumaturgo.

Para isso, a presença de uma rede logística é fundamental, com ciclo fechado na rede de circulação de alimentos, dando prioridade ao tempo de produção, manejo, colheita e distribuição.

Para se vincular ao PNAE, é necessário que através da chamada aberta da prefeitura, a família campesina solicitante tenha em mãos CPF, identidade CAF, dados da conta bancária e da produção do alimento a ser oferecido dentro do cronograma do contrato individual com a prefeitura.

Nesses novos mercados institucionais, para além das missões governamentais e necessidades técnicas, há o potencial econômico com objetivos sociais, culturais e ambientais, valorando o camponês e suas potencialidades de crescimento frente à lógica hegemônica do capital e sua territorialização.

Portanto, as estratégias de desenvolvimento rural ligada a assistência técnica devem priorizar o aumento da oferta de alimentos, e de boa qualidade. Porém, conforme vimos

¹³ Cadeia de cultura: A cadeia de cultura agrícola é o conjunto de processos que envolvem a produção agrícola, desde a aquisição de insumos até a comercialização do produto.

anteriormente, a falta de assistência gera diminuição do desenvolvimento da agricultura, impactando na produção, na qualidade dos produtos e na renda.

A responsabilidade produtiva fica a cargo do campesinato, independente de fatores externos que ocorram, como mudanças climáticas ou pragas. Sobre os compromissos assumidos no contrato com a prefeitura há também a questão da higienização dos produtos para as entregas nas escolas. A obrigação é que deve ter condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.

O campesino da floresta Adelino Batista da Silva, morador do PAE Triunfo/Porangaba e vinculado ao PNAE desde 2015 nos contou sobre as entregas:

Essa entrega já foi uma boa ajuda que eles deram para o agricultor. Porque antes não tinha isso. Se estragava mamão, se estragava banana, ninguém vendia mandioca, nada disso nós vendia. E hoje a gente já tem aquele dinheirinho que a prefeitura compra e paga. Paga e paga mesmo. (informação verbal)¹⁴

Nas entregas da merenda, José Gomes de Oliveira morador da comunidade Foz do São João da RESEX Alto Juruá, relata o processo de transporte dos alimentos:

Em junho que a gente começa a entregar. Daí os alunos ficam assim [...] a maioria é da minha família né, a gente chega e: Tio, tio, não vai entregar produto não, pra nós comer? Digo meu filho, não posso não, só posso quando eles autorizam né. E ainda não autorizaram pra mim não. E daí vem o bichinho, que ele não gosta né, da merenda, eles gostam mesmo é da região. E daí ficam [...] se você vê como é os bichinho ficam interessado. Ai quando a gente começa a entregar, a alegria deles, Ave Maria, quando eles vê a baciada de banana, sacolada de Beiju e tapioca tudo feitinha, aquelas pamonhas que eu faço pra entregar, daí rapaz eles vem plantar na porta. E fica todo mundo satisfeito os bichinho.

Eles gostam mesmo é do suco da região, aí é com eles mesmo, aí pode deixar. Tem dia que os menino chega aqui em casa, a mãe deles pergunta “Meu filho tu quer almoçar?” Quero de jeito nenhum, tô com o buxo cheio, cheio, cheio já almocei já, lá é almoço não é merenda não. Lá é almoço.

Eu que planto e que faço a entrega, quando eu vou tirar a banana é assim, a gente entrega, mas já fica um monte de madura aqui, aí de toda verdura tem. Aí eles me procuram mais assim porque a gente de tudo a gente tem plantado né. Aí tem umas pessoas que não é que não tem a terra, porque terra pra plantar tem, mas não é todo mundo que planta de tudo né? (informação verbal)¹⁵

Antes do PNAE existia a produção, mas não a demanda para compra dos alimentos. O produtor plantava, mas não tinha para quem vender. Evanilson, proprietário da casa de

¹⁴ Entrevista concedida por Adelino Batista da Silva [out. 2024]. Entrevistador: Victor Souza Jorqueira. Marechal Thaumaturgo, 2024.

¹⁵ Entrevista concedida por José Gomes de Oliveira [out. 2024]. Entrevistador: Victor Souza Jorqueira. Marechal Thaumaturgo, 2024.

sementes, da comunidade Acuriá nos conta sobre a venda dos alimentos antes de serem entregues à merenda escolar:

Antigamente esse produto que nós entrega na merenda da escola, isso daí se estragava, porque não tinha onde vendesse né? Não tinha não. Eu acho assim, que é um grande resultado para nós aqui. O mamão se estragava e quem comia era o bicho né? A banana também ninguém vendia, agora não, agora tem solução. O dinheiro que vem é empregado mesmo aqui na nossa comunidade né, não sai pra fora que nem saía. O primeiro que pegava aqui era o marreteiro né, o feijão que a gente colhia nem sempre vendia, era muito difícil. Vinha lá de Cruzeiro o marreteiro pra vim buscar aqui era o mesmo que a gente pegar e dar né, porque não tinha valor. (informação verbal)¹⁶

Assim que o campesinato realiza as entregas, uma funcionária da escola fica responsável pela fiscalização dos alimentos, de acordo com o contrato estabelecido anteriormente entre prefeitura e produtor. É de sua responsabilidade também o seu armazenamento, como é o caso da escola Praxedes Brandão no PAE Triunfo Porangaba. (Foto 2)

Foto 2. Responsável pelo depósito de alimentos da merenda Escolar da escola Praxedes Brandão – P.A.E. Triunfo/Porangaba



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

¹⁶ Entrevista concedida por E. [out. 2024]. Entrevistador: Victor Souza Jorqueira. Marechal Thaumaturgo, 2024.

2.3.2. Melhoria da renda e total de produção do campesinato ao PNAE

Tanto o PAA como o PNAE são rendas estruturais para as famílias campesinas. Fazem parte de seu cotidiano a produção voltada para estas políticas, além da subsistência. Também é de se observar a quantidade e variedade disponível de alimentos para as escolas, uma vez que se trata de trabalho comunitário, pois envolve toda a família. Seja no roçado ou na casa de farinha.

Ao longo das visitas nas casas, roçado e casas de farinha, constatamos que as famílias campesinas da floresta também fazem o uso de outros meios para geração de renda, como a pecuária, a pesca, caça, trabalhos como professor e funcionários da rede pública de ensino ou da prefeitura, babá de crianças, diárias de equipamentos ou arrendamentos, e auxílios como bolsa família.

Quando abordamos sobre o campesinato da floresta, Silva (2015) coloca que sua compreensão é multifacetada conforme especificidade de populações amazônicas pós-extrativistas, para além de populações tradicionais, são reconhecidas pela busca da soberania alimentar e produtiva.

Tratar de um campesinato na floresta que se formou na região amazônica-acreana parece-nos ser peça fundamental para compreender a realidade atual destes dos diversos tipos de trabalhadores do campo que povoam o agrário desta parte do Brasil. Neste sentido a posição do seringueiro sempre nos “intrigou”, por vê-lo em suas dificuldades socioeconômicas e na persistência em suas lutas que vão além da simples reivindicação pela terra, o que os diferem dos colonos que busca a propriedade da terra que trabalham. Neste sentido, vemos ambos campesinos, porém bastante diversos. (SILVA, 2015, p. 59)

Neste ano, o campesino da floresta Adelino Batista da Silva, morador do PAE Triunfo/Porangaba e vinculado ao PNAE desde 2015 recebeu da merenda escolar destinada o valor de R\$12.070,00. A entrega é realizada durante o ano inteiro para a escola, os produtos da sua entrega são: banana pequena, banana grande, mamão, cheiro verde, alface, couve, coco seco, feijão peruano amarelo, farinha de mandioca, jerimum, mandioca e melancia.

Cada comunidade tem sua própria autonomia para o funcionamento logístico para a chegada das merendas. A produção do campesinato no PAE Triunfo/Porangaba no ano de 2024 teve grande quantidade e diversidade de produtos (Tabela 7).

Tabela 7. Produção do campesinato do PAE Triunfo/Porangaba para o PNAE em 2024.

Produção do campesinato do PAE Triunfo/Porangaba para o PNAE em 2024		
Produtores	Entrega de alimentos (Anual)	Valor anual da renda do PNAE:
Adelino Batista da Silva	200 kg de banana pequena, 300 kg de banana grande, 250 kg de mamão, 100 maços de cheiro verde, 100 maços de alface, 100 maços de couve, 200 unid. de coco seco, 250 kg de feijão peruano amarelo, 250 kg de farinha de mandioca, 250 kg de jerimum, 200 kg de mandioca, 300 kg de melancia	R\$ 12.070,00
Francisca Samila Costa Maia	150 maços de cheiro verde, 400 maços de alface, 200 kg de pepino, 400 maços de couve	R\$ 4.850,00
Francisco Teles de Lima	250 kg de polpa de fruta congelada de cupuaçu e 200 L de chá	R\$ 3.800,00
Maria Ainda Vieira de Oliveira	400 kg de banana pequena, 500 kg de banana grande, 200 kg de mamão, 50 unid. Coco seco, 150 kg de farinha de mandioca, 50 kg de Jerimum	R\$ 5.465,00
Maria Cleidimar Saboia da Silva	300 kg de banana pequena, 150 maços de cheiro verde, 200 maços de alface, 100 kg de pepino, 100 kg de feijão peruano amarelo, 400 kg de melancia	R\$ 5.480,00
Marison Firmino da Silva	1000kg de banana grande	R\$ 4.000,00
Moacir Gomes de Lima	100 kg de banana pequena, 200 kg de tubérculos (Inhame batata doce e dali-dali), 200 kg de pepino, 60 kg de tomate, 250 kg de farinha de mandioca, 200 kg de mandioca	R\$ 7.945,00
TOTAL		R\$ 43.610,00

Fonte: Entrevistas realizadas na visita de campo em 2024.

Já a produção do campesinato na Resex Alto Juruá, difere quanto às localidades. A aplicação metodológica através das visitas de campo foi a base para realização do levantamento das informações.

Assim como na tabela anterior, para as famílias produtoras das comunidades Adão e Eva, Belfort, Cinco Voltas, Estirão do Tejo, Foz do Acuriá, Foz do Arara, Foz do São João e Foz do

Tejo na Resex Alto Juruá há a diversidade de produtos agroecológicos e em grande quantidade para suprir as necessidades das escolas. (Tabela 8)

Tabela 8. Produção do campesinato da RESEX Alto Juruá para o PNAE em 2024.

Produção do campesinato da RESEX Alto Juruá para o PNAE em 2024			
Produtores	Comunidade	Entrega de alimentos (Anual)	Total:
A. L. da S.	Adão e Eva (Rio Juruá)	30 kg de arroz integral, 50 kg de banana pequena, 50 kg de banana grande, 20 kg de abacate, 40 kg de mamão, 20 kg de tubérculos (inhame batata-deco e dali-dali), 70 maços de cheiro verde, 60 maços de alface, 20 kg de pepino, 15 kg de tomate, 35 maços de couve, 10und. de coco seco, 18 kg de feijão peruano amarelo, 10 kg de farinha de mandioca, 18 kg de frango caipira, 10 kg de jerimum, 10 kg de mandioca, 30 kg de melancia, 7 dúzias de ovo caipira, 20 kg de tapioca pronta, 50 litros de vinho (Açaí, buriti e patuá), 30 L de chá	R\$3.860,00
M. A. S.	Adão e Eva (Rio Juruá)	30 kg de arroz regional, 57 kg de banana pequena, 50 kg de banana grande, 40 kg de abacaxi, 40 kg de abacate, 40 kg de mamão, 25 kg de tubérculos (Inhame, batata doce e dali-dali), 70 maços de cheiro verde, 30 maços de alface, 60 kg de pepino, 19 kg de tomate, 35 maços de couve, 20und. de coco seco, 18 kg de feijão peruano amarelo, 10 kg de farinha de mandioca, 18 kg de frango caipira, 10 kg de jerimum, 10 kg de mandioca, 37 kg de melancia, 7 dúzias de ovos caipira, 10 kg de pimenta de cheiro, 50 kg de polpa da fruta de cupuaçu, 32 L de chá	R\$ 5.177,20
Maria do Nascimento Azevedo	Belfort (Rio Juruá)	33 kg de arroz integral, 55 kg de banana pequena, 50 kg de banana grande, 40 kg de abacaxi, 40 kg de mamão, 25 kg de tubérculos (Inhame, batata doce e dali-dali), 70 maços de cheiro verde, 25 kg de pepino, 18 kg de tomate, 30 maços de couve, 18 kg de feijão peruano amarelo, 10 kg de farinha de mandioca, 18 kg de frango caipira, 10 kg de jerimum, 10 kg de mandioca, 30 kg de melancia, 5 dúzias de ovos de galinha caipira, 10 kg de pimenta de cheiro, 51 kg de polpa de fruta de cupuaçu, 50 L de vinho (Açaí, buriti e Patoá), 30 L de chá.	R\$ 4.230,00
Maria Gerlene Barros da Silva	Belfort (Rio Juruá)	30 kg de arroz regional, 50 kg de banana pequena, 50 kg de banana grande, 40 kg de abacaxi, 20 kg de abacate, 70 maços de cheiro verde, 20 kg de pepino, 37 maços de couve, 10und. de coco seco, 18 kg de feijão peruano amarelo, 10 kg de farinha de mandioca, 18 kg de frango caipira, 10 kg de jerimum, 10 kg de mandioca, 30 kg de melancia, 7 dúzias de ovos caipira, 10 kg de pimenta de cheiro, 50 kg de polpa de fruta congelada de cupuaçu, 20 kg de tapioca pronta, 30 L de chá.	R\$ 3.756,00
Benedito da Silva Barbosa	Cinco Voltas (Rio Tejo)	100 kg de arroz regional, 50 kg de abacate, 100 kg de mamão, 100 kg de tubérculos (Inhame, batata doce, dali-dali), 30 kg de pepino, 80 maços de couve, 100 kg de feijão peruano amarelo, 80 kg de farinha de mandioca, 120 kg de frango caipira, 30 kg de jerimum, 50 kg de mandioca, 200 kg de melancia, 40 dúzias de ovos caipira, 10 kg de pimenta de cheiro, 120 L de vinho (açaí, buriti e patoá), 100 L de chá.	R\$ 10.860,00

Produção do campesinato da RESEX Alto Juruá para o PNAE em 2024			
Maria Arlete Barbosa da Silva	Cinco Voltas (Rio Tejo)	400 kg de arroz integral, 70 kg de tubérculos (Inhame, batata doce, dali-dali), 100 kg de farinha de mandioca, 10 kg de polpa de fruta congelada, 100 kg de mandioca, 10 kg de pimenta de cheiro, 520 kg de tapioca pronta.	R\$ 7.780,00
Ronairo Oliveira Silva	Estirão do Tejo (Rio Tejo)	150 kg de banana pequena, 100kg de abacaxi, 100 kg de abacate, 60 maços de cheiro verde, 30 kg de pepino, 100 maços de couve, 100 kg de mandioca, 200 kg de melancia, 10 kg de pimenta de cheiro e 30L de vinho (Açaí, buriti e patoá)	R\$ 4.075,00
Itajone de Souza dos Santos	Foz do Acuriá (Rio Juruá)	300 kg de banana pequena, 250 kg de banana grande, 35 unid. de coco seco, 40 kg de frango caipira, 22 kg de melancia, 30 dúzias de ovos de galinha caipira, 140 kg de polpa congelada da fruta de cupuaçu, 150 L de vinho (Açaí, buriti e Patoá)	R\$ 6.937,00
Maria Janete da Silva Santos	Foz do Arara (Rio Juruá)	150 maços de cheiro verde, 250 maços de alface, 400 maços de couve, 30 kg de pimenta de cheiro.	R\$ 3.200,00
Marinês Nogueira de Souza	Foz do Arara (Rio Juruá)	200 maços de cheiro verde, 200 maços de alface, 400 maços de couve	R\$ 2.800,00
Evanilson Souza de Oliveira	Foz do São João (Rio Juruá)	100 kg de banana pequena, 100 kg de banana grande, 40 kg de tubérculos (Inhame, batata-doce, dali-dali), 80 maços de cheiro verde, 100 maços de alface, 30 kg de pepino, 10 kg de tomate, 50 maços de couve, 10 unid. De coco seco, 30 kg de feijão peruano amarelo, 20 kg de farinha de mandioca, 37 kg de frango caipira, 10 kg de jerimum, 20 kg de mandioca, 75 kg de melancia, 15 dúzias de ovos de galinha caipira, 10 kg de pimenta do reino, 50 kg de poupa de fruta congelada de cupuaçu, 40 kg de tapioca pronta, 50 L de chá	R\$ 5.470,00
José Gomes de Oliveira	Foz do São João (Rio Juruá)	100 kg de banana pequena, 95 kg de banana grande, 80 kg de mamão, 40 kg de tubérculos (inhame, batata doce, dali-dali), 80 maços de cheiro verde, 60 maços de alface, 10 kg de pepino, 10 kg de tomate, 50 maços de couve, 10und. de coco seco, 30 kg de feijão peruano amarelo, 20 kg de farinha de mandioca, 30 kg de frango caipira, 10 kg de jerimum, 20 kg de mandioca, 75 kg de melancia, 15 dúzias de ovos de galinha caipira, 8 kg de pimenta do cheiro, 50 kg de polpa congelada de cupuaçu, 40 kg de tapioca pronta, 45 kg de chá.	R\$5.327,50
Maria José Moura de Andrade	Foz do Tejo (Rio Tejo)	300 kg de banana pequena, 70 maços de cheiro verde, 50 kg de pepino, 100 maços de couve, 80und. de coco seco, 180 kg de feijão peruano amarelo, 50 kg de jerimum, 100 kg de mandioca, 300 kg de melancia, 30 kg de pimenta de cheiro.	R\$ 6.040,00
TOTAL			R\$ 63.472,70

Fonte: Entrevistas realizadas na visita de campo em 2024.

A produção no roçado do campesinato destinadas a entrega de alimentos conta com variedades produtivas inerentes da classe campesina. Essa variedade é distribuída nas escolas

do município, onde são destinadas à alimentação de cerca de 4.838 crianças e jovens, conforme dados do municípios.

São produtos que alimentam jovens das escolas de ensino básico da cidade de Marechal Thaumaturgo, produzindo a cultura alimentar diversificada de acordo com o cardápio estipulado pelo nutricionista responsável pela alimentação escolar.

Com relação ao total da compra de alimentos distribuídos nas escolas de Marechal Thaumaturgo no ano de 2023, vemos que a banana da terra ou grande (10,05%) e a nanica, prata ou pequena (11,8%) possuem grande destaque, assim como o feijão peruano amarelo (10,44%) sendo estes produtos os carros-chefes na distribuição de alimentos (Tabela 9).

Tabela 9. Quantitativo da compra de alimentos e preço unitário vinculado ao PNAE em 2023.

MERENDA ESCOLAR REGIONALIZADA				
MUNICIPIO DE MARECHAL THAUMATURGO				
Produtos	Unidade	Quantidade	V. Unit	Valor Total
Açúcar Gramixó	Quilos	1.552	R\$ 12,00	R\$ 18.624,00
Banana Pequena	Quilos	12.010,50	R\$ 2,94	R\$ 35.280,84
Banana Grande	Quilos	8.389,25	R\$ 3,56	R\$ 29.886,70
Tubérculos (Inhame, batata doce e Dali-dali)	Quilos	906	R\$ 5,85	R\$ 5.295,57
Cheiro Verde	Maço	3.850	R\$ 3,78	R\$ 14.562,63
Couve	Maço	5.789	R\$ 3,78	R\$ 21.896,89
Coco seco	Unidade	829	R\$ 3,00	R\$ 2.487,00
Coloral	Quilos	247	R\$ 30,00	R\$ 7.410,00
Feijão peruano amarelo	Quilos	3.268	R\$ 9,50	R\$ 31.046,00
Farinha de mandioca	Quilos	2.186	R\$ 4,91	R\$ 10.729,02
Frango Caipira	Quilos	586,3	R\$ 30,31	R\$ 17.772,22
Jerimum	Quilos	854	R\$ 5,25	R\$ 4.483,50
Mandioca	Quilos	2.250	R\$ 4,24	R\$ 9.534,38
Melancia	Quilos	4.563	R\$ 2,94	R\$ 13.403,81
Mamão	Unidade	1.347	R\$ 4,17	R\$ 5.616,99
Ovos	Dúzia	791,5	R\$ 18,56	R\$ 14.692,22
Pimenta de cheiro	Quilos	538	R\$ 8,25	R\$ 4.438,50
Pepino	Quilos	997	R\$ 6,10	R\$ 6.076,72
Poupa de Fruta	Quilos	1.005	R\$ 13,25	R\$ 13.316,25
Tapioca	Quilos	2.474	R\$ 7,47	R\$ 18.480,78
TOTAL				R\$ 297.334,02

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Marechal Thaumaturgo 2024.

2.3.3. A chegada do PNAE: Mudanças e Desafios

No contexto da aderência ao programa PNAE, pode-se observar que por se tratar de comunidades ribeirinhas e extrativistas, dentro da classe social campesina, a logística para transporte de alimentos é de certa forma dificultosa, uma vez que as comunidades são separadas por distância considerável em quilômetros, a serem percorridos em sua maioria pelos rios Alto Juruá, Rio Tejo ou Rio Bagé.

Há também, conforme o estipulado do quantitativo de alimentos para a alimentação escolar, a organização por parte da rede campesina da floresta para a produção anual da entrega, de acordo com as datas estipuladas durante o ano conforme contrato firmado com a prefeitura, ou seja, há as produções sazonais de alimentos e as que produzem o ano inteiro, e cabe a rede campesina a organização para as entregas de acordo com os alimentos a serem ofertados.

O fomento para realização de pagamento aos produtores rurais filiados ao PNAE por intermédio da prefeitura de Marechal Thaumaturgo representa a valorização da política pública, assim como uma ferramenta para que as escolas municipais e estaduais possam ser atendidas com produção vinda do campesinato da floresta (BRASIL, 2009).

Havia uma intencionalidade explícita em utilizar o poder de compra do Estado para criar mercados e assegurar que uma parcela da renda desse segmento de agricultores fosse oriunda de compras governamentais e, com isso, incrementar seu posicionamento competitivo e condições de vida. Isso pôde ser comprovado, ainda que uma pequena parcela deste público tenha obtido acesso aos programas, visto o volume reduzido de recursos disponibilizados para esses programas, em comparação com outros, por exemplo, o crédito rural. (CRISTOFOLLI, 2021, p. 2)

A moradora da comunidade Cinco Voltas da RESEX Alto Juruá, Maria Arlete Barbosa da Silva, através de sua vivência e realidade na produção, aderiu ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. No quintal da sua casa, possui a horta que usa para subsistência e para a produção para as merendas na escola (Foto 3).

Melhorou muito na renda né, porque antes a gente vendia um, dois, três cachinho de banana assim, pras pessoas mesmo, pros consumidor da cidade né? A farinha também [...] o inhame a gente quase nem vendia, agora a gente vende o inhame, vende o jerimum, a farinha, a tapioca, já vende a tapioca pronta, na escola. Aí melhorou tudo, melhorou de mais. Esse ano não melhorou mais mesmo porque de não ter aumentado o preço, fez foi quebrado, foi descer. Ainda assim mesmo é melhor do que era antes, tem essa renda né. (informação verbal)¹⁷

¹⁷ Entrevista concedida por Maria Arlete Barbosa da Silva [out. 2024]. Entrevistador: Victor Souza Jorqueira. Marechal Thaumaturgo, 2024.

Foto 3. Campesina Maria Arlete Barbosa da Silva na sua horta destinada ao PNAE



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

As iniciativas em políticas agrícolas como o PAA e PNAE, quando bem sucedidas, são também difundidas nas comunidades. No caso do Alto Juruá, muitos campesinos passaram a produzir para a merenda escolar por conta da oportunidade de uma nova fonte de renda.

Conforme o que foi levantado, as dificuldades encontradas no manejo, produção e logística precisam ser sancionadas para melhora na entrega de alimentos e na vida do campesinato e sua mão de obra (Quadro 1).

Quadro 1. Desafios para o plantio e entrega da merenda escolar

PAE Triunfo Porangaba e RESEX Alto Juruá
Melhorar com auxílio no transporte na entrega dos produtos
Manejo de pragas: Mandarová
Aumentar valor de compra no contrato com a prefeitura de alguns produtos
Falta de assistência técnica
Falta de equipamentos como cestas para levar o alimento, lonas, sementes
Mudanças climáticas: Altos períodos de cheias e secas

Fonte: Jorqueira, 2024.

A chegada do PNAE no território trouxe também o fortalecimento das relações campesinas geracionais. Como é o caso da Micaeli e sua mãe Maria que vivem na comuidade

Adão e Eva na Resex Alto Juruá, que já trabalhavam com atividades produtivas relacionadas à terra, mas esse é o primeiro ano de vínculo com o programa PNAE.

As duas utilizam o tempo de trabalho no roçado para poder compartilhar conhecimentos que se perpetuam por gerações a respeito dos manejos de roçados agroecológicos e saberes empíricos. (Foto 4)

Foto 4. Mãe Maria Azevedo e filha Micaeli Azevedo Soares na sua horta comunitária destinada ao PNAE



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Ainda existem impedimentos para melhoria desta política no quesito informativo. Os modelos de combate de pragas ainda são ligados à aspectos hegemônicos de pacotes tecnológicos da Revolução Verde, no caso o uso de agrotóxicos, conforme veremos mais a frente. A falta de auxílio financeiro para além da compra de alimentos, como no caso da logística de transporte e para maquinários faz com que os produtores tenham que utilizar da força de trabalho manual e artesanal para que consiga persistir e re-existir no processo de continuar a produzir o volume de alimentos demandados.

CAPÍTULO 3. RESISTÊNCIA CAMPESINA: AGROECOLOGIA NO ALTO JURUÁ

Na contra-hegemonia do modelo de produção existe a perspectiva agroecológica, cientificamente na academia como recente modelo, porém com antigas técnicas e métodos empíricos de conhecimento popular aplicados em situações que trazem soluções efetivas para os problemas no campo, seja pela classe camponesa ou comunidades sociais.

Seu papel é em favor do fortalecimento das relações naturais de produção. Serão abordados nesse capítulo a importância do conhecimento da agroecologia como permanência no território, as sementes crioulas e o resgate de conhecimentos ancestrais de produção. A importância de acesso à alimentos saudáveis nas refeições escolares e a perspectiva de outro olhar para além das commodities e do agronegócio.

Neste capítulo abordaremos as práticas agroecológicas encontradas no campesinato da floresta no PAE Triunfo/Porangaba e na RESEX Alto Juruá no município de Marechal Taumaturgo (AC), dentro das comunidades: Acuriá, Foz do São João, Lago do Ceará, Adão e Eva, Foz do Tejo, Cinco voltas, Estirão do Tejo e Foz do Arara. Dentro das visitas de campo, foram realizados levantamentos da produção de 20 famílias vinculadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Consideramos como modelo de produção voltado para a agroecologia dentro do território, o uso de sementes crioulas, a farinhada, as trocas de alimentos, adubos naturais e remédios caseiros. A partir desta perspectiva trataremos da valoração dos saberes da terra que o campesinato da floresta possui dentro dos sistemas agroecológicos de produção e modos de vida, seja o roçado em terra firme, nas várzeas ou barrancos.

Serão abordados a importância do conhecimento da agroecologia como permanência no território, as sementes crioulas e o resgate de conhecimentos ancestrais de produção. A importância de acesso à alimentos saudáveis nas refeições escolares e perspectivas de outro olhar para além das commodities e do agronegócio.

3.1. O papel da agroecologia na contra-hegemonia

A construção de saberes ecológicos possui na sua gênese elementos que fazem emergir o que chamamos de agroecologia, e que posteriormente passa a ser expressa como ciência a partir desta fundição. Detentores destes saberes, os camponeses, expropriados pela acumulação

primitiva capitalista, se configuram na práxis de um manejo da agricultura em princípios fundantes na agroecologia, como forma de emancipar o protagonismo de sua própria existência.

É o direcionamento de uma vida autônoma e de melhor qualidade por estar vinculada a uma construção histórica e ancestral. Além de disciplina científica na teoria, possui como processo prático e de movimento o símbolo da luta de povos camponeses e movimentos sociais em todo o globo.

A agroecologia como disciplina científica é reafirmada como prática nos movimentos sociais e nas lutas políticas (Molina et al., 2023). Trata-se também do campo de cultivo agrícola, como um agroecossistema mais complexo (assentamento ou unidade de produção). Aborda-se também, segundo Altieri (2012) o sistema agroalimentar, ou seja, de repensar o metabolismo sociedade-natureza e suas relações. Para entender o contexto atual do conceito de agroecologia é necessário compreender as classes sociais em luta no campo, enquanto sujeitos principais deste conceito: os camponeses, quilombolas e povos tradicionais. A agroecologia possui também o propósito de se diferenciar da agricultura convencional com bases agroquímicas, pois suas práticas são tão antigas quanto o surgimento da própria agricultura.

A primeira dimensão da Agroecologia é a ecológica e técnico-produtiva centrada no desenho dos agroecossistemas, sendo a ecologia o marco científico de referência que, em diálogo com o conhecimento tradicional campesino e indígena propõe a redefinição dos fundamentos técnicos da agronomia, da veterinária e das ciências florestais. A segunda dimensão, a socioeconômica, se caracteriza por um forte conteúdo endógeno, prioritariamente através da análise das sociedades locais, das estratégias produtivas e dos processos de desenvolvimento rural. Finalmente, a dimensão política da Agroecologia se traduz na implicação prática, na construção de alternativas à globalização agroalimentar, mediante o apoio e acompanhamento de ações coletivas, tanto produtivas ou de comercialização como de luta política. Nesta última dimensão, a Agroecologia se articula com a proposta política da Soberania Alimentar (SEVILLA GUZMÁN et al, 2012, p. 37)

Para entender o cenário contemporâneo, deve-se entender que sua história abrange mais de 12.000 anos, desde as produções e reconstruções nas terras agrícolas. No processo de criação e desenvolvimento de seus ideais, os conhecimentos orientados para a produção, sob uma perspectiva eurocêntrica, surgiram a partir do século XVII, seguindo as narrativas dos povos colonizadores europeus, com ascensões, tensões e reconstruções constantes no formato de domínio. Neste caminho, os contrastes do capitalismo geram a oposição dos campesinos por uma saída possível, no enfrentamento da deterioração das bases materiais de produção: a natureza e o trabalhador.

O processo de mercantilização do manejo dos agroecossistemas significou a subordinação do campesinato ao capitalismo, convertendo-o em fornecedor de alimentos baratos. Por meio de regulações de mercado e outras políticas públicas, o sistema externalizou o custo real da produção de alimentos, deixando de contabilizar os custos totais das reproduções das famílias camponesas e de seus sistemas de produção. A flexibilidade das famílias camponesas, isto é, sua capacidade de seguir se reproduzindo mesmo obtendo preços baixos por seus produtos, é uma das chaves para a compreensão da persistência do campesinato sob o capitalismo. Outro fator de igual importância refere-se à dificuldade encontrada pelo sistema para industrializar plenamente processos produtivos tão dependentes dos ciclos naturais. (MOLINA et al, 2023, p. 218-219)

Para que o agroecossistema funcione de acordo com os moldes de funcionamento com a natureza, diferentemente dos moldes de produção capitalista, em vista da monocultura e do agronegócio, se faz necessário observarmos sob a ótica de alguns conceitos básicos de agroecologia:

[...] a reciclagem de nutrientes e energia; a substituição de insumos externos; a melhoria da matéria orgânica e da atividade biológica do solo; a diversificação das espécies de plantas e dos recursos genéticos dos agroecossistemas no tempo e no espaço; a integração de culturas com a pecuária; e a otimização das interações e da produtividade do sistema agrícola como um todo, em vez de rendimentos isolados obtidos com uma única espécie. (ALTIERI, 2012, p. 16).

Um dos precursores dos saberes da agroecologia na academia, Gliessman (2000) mostra que os métodos agroecológicos podem ser definidos como a aplicação de princípios e conceitos ecológicos na gestão e concepção de ecossistemas agrícolas mais sustentáveis. A adesão a uma abordagem agroecológica não significa, portanto, um apelo ou defesa de uma nova “revolução de modernização”, mas certa ação dialética transformadora, a qual integra a modernização como parte do conhecimento local e respeita o conhecimento popular, integrando-se ao conhecimento científico o lugar de construção e expansão de novos conhecimentos sociais e ambientais, promovendo assim a transformação agroecológica. Estes conceitos da ecologia são conectados ao estudo sobre como é coordenada a rede de funcionamento da natureza, promovendo a diversidade, o que favorece a interação biológica e as sinergias que trazem benefícios entre os diferentes componentes estruturais do agroecossistema, permitindo a regeneração da fertilidade dos terrenos, transições agroecológicas, a manutenção da produtividade de uma determinada cultura, além de sua própria proteção.

Através do estudo dos agroecossistemas de modelos tradicionais, entendemos que a agroecologia se trata, portanto, de um reencontro. Em muitas comunidades latino-americanas, a prática deste tipo de agricultura ancestral utiliza princípios ecológicos na gestão do que é chamado de agroecossistemas sustentáveis.

Assim, tanto Altieri (2001) como Gliessman (2000), amplificam os princípios da agroecologia como maior visibilidade, promovendo o diálogo entre o conhecimento científico de produção e o conhecimento popular de saberes adquiridos. Como já visto anteriormente, estes sistemas de produções agrícolas de modelos tradicionais são resultado do processo da evolução biológica e cultural, com as técnicas do conhecimento prático acumuladas pelo campesinato e sua própria interação com o meio ambiente, sem acesso a insumos externos, capital ou conhecimento científico propriamente dito.

Segundo Altieri (2012), a sustentabilidade de um agroecossistema tem como base três principais critérios: a manutenção da capacidade produtiva, a preservação da diversidade de flora e fauna e a capacidade do agroecossistema em manter-se.

Para manter-se há a necessidade da biodiversidade, conforme a liderança ecofeminista Vandana Shiva (2003), referência na luta pelo acesso e pela permanência dos princípios da agroecologia no campo e das sementes crioulas nos mostra que há um equívoco generalizado de que os sistemas de produção diversificados são sistemas de baixa produtividade. No entanto, a alta produtividade dos sistemas homogêneos é uma categoria construída contextual e teoricamente, que tem como base apenas o rendimento e produção unidimensionais de commodities. A produção multinacional dos sistemas baseados em diversidade de produção de espécies não é levada em consideração.

Os sistemas de cultivo que comunidades tradicionais utilizam consistem em sua maioria de safras mistas, com rotação de culturas de cereais, legumes e semente oleaginosas, com diversas variedades de cada safra.

Todos os sistemas de agricultura sustentável, quer do passado, quer do futuro, funcionam com base nos princípios perenes da diversidade e da reciprocidade. Esses dois princípios não são independentes, são inter-relacionados. A diversidade gera o espaço ecológico para dar e tomar, para a mutualidade e a reciprocidade. A destruição da diversidade está vinculada a criação de monoculturas e, com a criação de monoculturas, a organização autorregulada e descentralizada dos diversos sistemas dá lugar a insumos externos e controle centralizado externo. A sustentabilidade e a diversidade estão ecologicamente ligadas porque a diversidade oferece a multiplicidade de interações com as quais reequilibrar as perturbações ecológicas de qualquer parte do sistema. (SHIVA, 2013. p. 175)

O pacote da Revolução Verde baseia-se em monoculturas geneticamente uniformes, ou seja, a transformação da agricultura sob olhar capitalista se espalha pelo mundo. A não avaliação ou não desejo avaliativo realista da produtividade dos sistemas de safras mistas e rotação de culturas, gera facilidade e comodidade no rendimento por ser mais rentável.

A intensificação dos modelos de produção na agricultura gerou a escassez dos solos dentro da narrativa de maximização de produção. Dentro dessa realidade, no século XX surgiram as bases científicas e de tecnologia da Revolução Verde, assim como conceitos antagônicos a esse movimento, como iremos explicitar neste trabalho, a agroecologia.

Inserido neste movimento de uma agricultura sustentável, encontramos alguns expoentes, como a agricultura biodinâmica na Alemanha por Steiner (1924); a natural fundada por Okada no Japão (1935); a biológica fundada na França por Aubert (1970); e a permacultura fundada por Mollison na Austrália, no final da década de 1970. Entretanto, o avanço das revoluções agrícolas dentro do contexto de Revolução Verde fez com que essas formas de lidar com os cultivos do campo fossem marginalizadas.

A agricultura atrelada à indústria dividiu o campo e a cidade e fragmentou as necessidades humanas, subvertendo sua relação com a natureza e transformando-a em valor de troca.

No decorrer do século XX, o processo de luta por alimentos saudáveis passa a ser sistematizado como perspectiva de resistência aos modelos predatórios e por melhores condições de saúde e bem-estar da população, desde a segurança alimentar e soberania dos povos. A mobilização de vários setores da sociedade a favor da erradicação da fome resultou em políticas públicas complexas.

O desenvolvimento da sociedade camponesa está estritamente ligado a um formato de resistência, ou seja, para que sua reprodução socioespacial seja atendida, uma forma de construção é possuir uma gama de repertórios ativos que busquem atingir o caminho da autonomia e da independência em relação ao modelo implantado do sistema agrícola voltado ao capital. Para tanto, o viés encontrado é a prática agroecológica.

A resistência encontra-se no enfrentamento dos conflitos, pela negação do conjunto de subordinações e degradações impostas pela lógica do capital ao homem, à mulher e à natureza, por meio da reinvenção das formas de existência (IKUTA, 2008). Ou seja, respeitar os modelos de existência buscando o controle e a autonomia sobre os meios de produção, sobre a jornada de trabalho e o resultado de sua produção, o respeito aos ritmos e aos processos da natureza etc., significa resistir frente à agricultura capitalista.

Pensar outra agricultura à luz da ecologia e dos princípios da natureza traz consigo a necessidade de reconstrução da relação ser humano-natureza para além da dominação da natureza, substituindo-a por uma relação de cooperação e complementaridade. Portanto, pretende-se partir da proposta da agroecologia como possibilidade de produção de alimentos saudáveis, redução de danos ambientais, geração de trabalho e renda nas comunidades rurais, protagonismo dos camponeses, mesmo entendendo que é uma proposta contra-hegemônica.

Por sua vez, os camponeses agroecologistas, para além da prática de uma agricultura alternativa, em última instância, se somam a outros sujeitos e movimentos sociais na tecitura de repertórios de ação política que tem como horizonte a construção de um projeto popular de sociedade. Nesse sentido, a negação da lógica subalternizante do capital está presente na maior autonomia que os camponeses procuram ter por meio da reinvenção de formas que assegurem o controle das técnicas produtivas, dos insumos (por exemplo, via a manutenção da cultura do cultivo das sementes crioulas) e da organização. (IKUTA, 2018, p. 19-20)

E é justamente no intento de resistir a esse processo de degradação e subordinação da natureza e do trabalho impostos pelas agroindústrias capitalistas que parte das famílias buscam saídas pela agroecologia. Porto-Gonçalves (2010, p. 51) nos mostra que não é algo a ser criado, a forma de resistir aos modelos do agronegócio da monocultura ou pecuária. Faz-se através do resgate de algo pré-existente, seja a ancestralidade ou do conhecimento popular dos povos tradicionais: “Por isso, mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo preexiste e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo.”

Ikuta (2018), nos mostra que esse modelo de resistência pela agroecologia leva em consideração o modelo de agricultura hegemônico, pautado por um Estado que facilita os imperativos do capital a partir da configuração e planejamento de mecanismos de controle, exploração e subordinação ao campesinato e de toda a classe que vive do trabalho.

Há uma constante ofensiva sobre o acesso à terra, como tratamos anteriormente, através da alienação do Estado frente às políticas e de sua não fiscalização no território em geral, e não obstante, sobre as coletividades e as formas de organização popular construídas pelos movimentos sociais.

Por outro lado, os agricultores agroecológicos, além da prática da agricultura alternativa, acabam se unindo a outros sujeitos e movimentos sociais para tecer repertórios de ação política cujo horizonte é a construção de um projeto social popular.

Nesse sentido, a negação da lógica subalternizante do capital está presente na maior autonomia que os camponeses procuram ter através da reinvenção dos meios que garantem o controle das técnicas de produção e dos insumos (por exemplo, através da manutenção da cultura e manejo e conservação das sementes crioulas). Para isso, a importância da domesticação de espécies se faz presente:

Para entendê-lo, (domesticação de plantas) é necessário diferenciar os termos “domesticação e “agricultura”, já que, embora estejam intimamente relacionados, referem-se a atividades ou processos distintos. Domesticação é o processo pelo qual características genéticas de plantas selvagens são intencionalmente modificadas até o surgimento de novas espécies, em muitos casos dependentes de intervenções humanas para sua reprodução. Ou seja, algumas dessas plantas perdem a capacidade de se reproduzir naturalmente. Agricultura, para a discussão aqui apresentada, refere-se ao estabelecimento de um modo de vida totalmente dependente do cultivo de plantas domesticadas. (NEVES, 2006, p. 37-38)

Segundo Neves (2006), a seleção de sementes que leva à domesticação de uma planta atravessa um longo período, com duração de muitas décadas ou mesmo séculos. De forma coletiva e através de saberes cumulativos, a “seleção intencional” das sementes que irão ao solo acarreta o surgimento de novas espécies, por conta de mutações. Atualmente, temos uma nova configuração, visto que a quantidade massiva de investimentos em laboratórios internacionais resultou em espécies transgênicas, pós a modificação de sua estrutura originária.

Por ser algo inerente à classe camponesa, a domesticação de plantas é condição estruturante para o estabelecimento de modos de vida agrícola e de alimentação para sustento. Os camponeses indígenas da floresta, com economias baseadas em caça, pesca e coleta também utilizaram plantas domesticadas, sem que se tornassem completamente agrícolas. “Esse padrão ainda é verificado entre populações indígenas amazônicas como os Maku, Nukak, Parakanã, Sirionó, entre outras” (NEVES, 2006, p. 38).

A agricultura ecológica tem sido construída pelo interesse das famílias camponesas, motivadas a produzir alimentos saudáveis para subsistência e para um mercado crescente, com foco na redução de dependência de insumos externos, como estabelecimento de outras práticas na agricultura e no modo de vida.

Esta prática, com viés ecológico, tem evoluído a partir da ação de agricultores que estão buscando estabelecer uma conexão mais estreita com a natureza, produzir alimentos sem agroquímicos e aumentar sua independência e autonomia em relação às imposições externas, tendo como base a alimentação da própria família e para atender à crescente demanda por alimentos desse tipo.

A dimensão ecológica da vida ao ser social, ou seja, as dinâmicas complexas como o trabalho, a cadeia alimentar de consumo, a cultura, a estética, e a luta pela reforma agrária enquanto conceito de acesso a esses saberes, possui uma característica integrativa que extrapola a prática e técnica de produção agrícola, dentro da perspectiva dos povos originários e campesinos, é compreendida como resgate de saberes e do modo de vida.

É a ação consciente sobre a natureza que transforma também o sujeito, caracterizada como “modo de vida” (Fórum Internacional de Agroecologia, 2015).

Diante desse aspecto, sobre o modo de vida, podemos analisar na perspectiva camponesa de produção:

Nota-se que as questões práticas da economia camponesa vinculam-se à motivação de trabalho e produção de alimentos para a sociedade. Assim, a grande energia de produção que representa em si e para si pode ser limitada pelas concepções das políticas públicas que impõem a adequação tecnológica ao mercado, sem o devido conhecimento do funcionamento do universo desta classe social. Tal situação nos leva entender que os sistemas de produção camponeses não respondem o suficiente, pois suas bases contrapõem a lógica agroquímica, mercantil e escalar da agricultura convencional. É nesta dimensão que a lógica camponesa de produção abre amplo espaço para ser pensada numa perspectiva agroecológica, sobretudo quando estes estão bem localizados com relação à circulação e ao mercado. (SILVA, 2015, p. 51)

Faz-se necessário o reconhecimento da produção de conhecimento dos povos originários e camponeses como sujeitos protagonistas da esfera prática do saber e produtores de conhecimento.

A organização, sistematização e validação própria são somadas com os saberes científicos, e os saberes tradicionais exercem grande participação nessa construção, por ser este último o saber na prático.

Por ser esta classe em luta, por território e autonomia, seus próprios saberes não devem ser apropriados por outros, devem ser detentores desse saber e do papel criativo envolvido nesse processo.

Crescem as iniciativas lideradas por agricultores e comunidades tradicionais na produção de alimentos utilizando uma ampla variedade de sementes crioulas. No entanto, esses grupos recebem muito pouco apoio e suporte do governo, em contraste com as grandes empresas do agronegócio.

Isso ressalta a importância social e política das práticas locais de preservação da diversidade agrícola para garantir a segurança alimentar, promover a soberania alimentar, fortalecer a autonomia tecnológica e econômica dos agricultores familiares e aumentar a resistência das plantações às mudanças climáticas em todo o mundo.

Não obstante, o que gera clareza na prática agroecológica é estar ligada ao interesse dos pesquisadores pelo seu estudo, e aliada aos movimentos sociais com fortes críticas ao modelo de agricultura industrial, o que em um contexto de América Latina permite elementos para a formação de um movimento agroecológico de grande expressão e resistência.

Dentre eles, um dos mais expressivos, que está presente em diferentes países, é a Via Campesina, movimento social de caráter global que, desde o início do século XXI, passou a adotar a agroecologia como referência para pensar a produção de alimentos, sem excluir outras

formas tradicionais de agricultura. Muito pelo contrário, integra diferentes frentes que trazem olhares diferentes dos convencionais para serem resistência ao modelo hegemônico imposto.

Dentro desse contexto de análise de produção, Michael Lowy, (2009) traz em sua pesquisa o conceito de ecossocialismo. A quebra da ideologia produtivista do capitalismo enquanto modelo de expansão de produção que não possui uma limitação enquanto os impactos ao meio ambiente. Essa comunidade baseia-se na posse compartilhada dos meios de produção e na organização democrática, possibilitando que a sociedade estabeleça metas de produção e alocação de recursos, utilizando novas tecnologias produtivas. A lógica de acumulação ilimitada das nações capitalistas do Norte resultou na exaustão dos recursos e intensificou a degradação do meio ambiente, uma vez que essa prática causou desigualdades ainda mais acentuadas na distribuição de riqueza, ganhos e produtos em relação aos países capitalistas do Sul. É, assim, uma abordagem de investigação e intervenção político-ecológica que integra princípios do marxismo, ao mesmo tempo em que se desvincula das bases produtivistas do sistema capitalista.

Seguindo esta lógica da construção do desenvolvimento do capitalismo e do crescimento da sociedade baseada na economia voltada ao mercado, geram-se formas desiguais de distribuição onde a preservação do ambiente natural é um imperativo humanístico para a sobrevivência humana.

De uma perspectiva racional, o mercado capitalista de lucros e perdas é logicamente contraditório aos tempos e ciclos naturais da Terra. Portanto, surgem questões em relação ao sistema de competição que visa lucros rápidos e destrói os equilíbrios naturais.

Seria substituir a microrracionalidade do lucro pela macrorracionalidade social e ecológica – mudança de civilização. Para tanto se faz necessária a estratégia entre os verdes e vermelhos, movimento operário e movimento ecológico, onde a ecológica social se torna um dos ingredientes mais importantes contra a globalização capitalista neoliberal. (LOWY, 2009) Este embate coloca a dicotomia entre a mercantilização do mundo e a transformação da natureza em recursos naturais em contraponto à defesa do meio ambiente, a resistência à ditadura das multinacionais. O combate pela ecologia está intimamente ligado na reflexão e na prática do movimento mundial contra a mundialização capitalista liberal.

A crise ecológica, ao ameaçar o equilíbrio natural do meio ambiente, põe em perigo não apenas a fauna e a flora, mas também e sobretudo, a saúde, as condições de vida, a própria sobrevivência da nossa espécie. Portanto não há necessidade alguma de ir guerrear contra o humanismo ou “o antropocentrismo” para ver na defesa da biodiversidade ou das espécies animais em vias de extinção uma exigência ética e política. (LOWY, 2009, p. 66)

Esta ética ou a busca dela coincide com o fato de que as decisões econômicas e as escolhas produtivas estão nas mãos de uma oligarquia de capitalistas, ou em sistemas econômicos setorizados, onde a burocracia escapa do controle democrático, valorando os sistemas capitalistas do produtivismo cíclico, da exploração dos trabalhadores e da destruição do ambiente.

Para que haja de certa forma mudança nas engrenagens se faz necessária a democratização econômica, que significa a socialização das forças produtivas: uma decisão não do mercado, mas da própria sociedade, de debates democráticos e pluralistas.

Para o marxismo ecológico, a base para quebrar as determinações destrutivas do capital é através do movimento de conscientização e, posteriormente, pela emancipação dos trabalhadores, a superação de todo e qualquer tipo de alienação do trabalho e do fetiche da mercadoria existente na sociedade capitalista que ainda produzimos e colhemos os frutos nos dias de hoje.

Neste propósito temos a compreensão fundamental da problemática de classe e da natureza do capital na crise ecológica que vivemos.

3.1.1. O bem viver

Dentro deste contexto, o bem viver se faz presente na forma de vida e das relações dos povos originários latino-americanos, antes, durante e pós ao surgimento e advento do capitalismo. Este modelo é resgatado como ruptura ao atual modelo econômico de desenvolvimento e sua compreensão é de relacionar-se com o meio natural, baseado na cosmovisão dos povos originários, tradicionais e campesinos. A partir deste modelo originário de se viver, visto pelos colonizadores como primitivo, surge uma esperança para novos formatos de uma sociedade com práticas mais sustentáveis.

Os termos Sumak Kawsai em Quechua, Suma Qamaã em Aymara ou Buen Vivir/Vivir Bien, na tradução mais difundida, representam uma cosmovisão construída por meio de muitos anos pelos povos altiplânicos dos Andes, que se tornaram invisíveis frente ao colonialismo, patriarcalismo e capitalismo. Existem outros significados para o termo: em guarani, “Teko Kavi” significa vida boa e viver bem (respeitar a vida). “Buen Vivir”, para los Embera de Colômbia, é estar em harmonia entre todos. (ALCANTARA&SAMPAIO, 2017, p. 234)

A lógica do bem viver vivenciada no campesinato em alguns territórios possui a busca pela geração de autonomia, autogestão e ação direta. Traz a solidariedade e cooperação como

premissas de organização: as relações diretas com a natureza e seus ciclos fazem parte de sua práxis dos grupos vinculados ao campo, uma vez que o pensamento crítico traz também fatores a serem questionados como a colonialidade.

Para que haja a estruturação das redes campesinas, os cultivos do conhecimento são necessários para que haja proliferação em suas estruturas para gerar fortalecimento destas redes. As trocas de saberes populares e científicos entre comunidades, como em feiras de troca de sementes crioulas, devem ser incentivadas; assim como valorar e ressignificar o protagonismo das tecnologias sociais como forma de resistência dentro das comunidades.

As sementes crioulas possuem tamanha potência em sua estrutura e identidade, o que fortalece o processo de enraizamento de maior diversidade na forma ancestral de produção, carregada de ancestralidade, espiritualidade e força dos povos tradicionais e originários, conseguindo atingir novos territórios e antigos saberes.

Segundo Acosta (2016), o bem viver focado em um futuro distinto daquele apresentado, não será alcançado apenas com palavras sem um plano a ser seguido, ou seja a integração entre produção, troca e colaboração que garantem suficiência passam a servir como bases eficientes para gerar a solidariedade de forma coerente. Conforme vemos, a opção é a de não subjugar ao que concerne o “desenvolvimento” imposto verticalmente no âmbito econômico e de acumulação do capital, é possível afirmar conforme o autor:

Negamos inclusive nossas raízes históricas e culturais para modernizar-nos imitando os países adiantados. Assim, negamos as possibilidades de uma modernização própria. O âmbito econômico, visto a partir da lógica da acumulação do capital, domina o cenário. A ciência e a tecnologia importadas normatizam a organização das sociedades. Neste caminho de mercantilização implacável aceitamos que tudo se compra, tudo se vende. Para que o pobre saia de sua pobreza, o rico estabeleceu que, para ser como ele, o pobre deve agora pagar para imitá-lo: comprar até seu conhecimento, marginalizando suas próprias sabedorias e práticas ancestrais. (ACOSTA, 2016. p. 51-52)

As técnicas ancestrais de tecnologias sociais dentro das rodas circulares podem ser reafirmadas como processos estruturantes e formadores para as comunidades de origem, uma forma de “agroecologizar a educação”, uma vez que podem ser acrescentadas novas abordagens produtivas importantes no modo de vida tradicional e para quem estiver presente em uma forma dialógica de horizontalidade, uma vez que o alcance do processo da autonomia alimentar possui interseccionalidades para atingir tal objetivo.

Para se concretizar este enfrentamento quanto ao acesso e troca de saberes voltado à agroecologia, há a necessidade de se fazer por outras bases, como “Diálogo de saberes” como compromisso ético e político, de classe, para refletir criticamente e gerar certa reflexão quanto

ao agir sobre o mundo a ser modificado e humanizado, sem negar o conhecimento entre diferentes saberes e culturas para desenvolvê-los comunitariamente (FREIRE, 2005).

Dentro deste contexto:

[...] o latifúndio, como estrutura vertical e fechada, é, em si mesmo antidialógico. Sendo uma estrutura fechada que obstaculiza a mobilidade social vertical ascendente, o latifúndio implica uma hierarquia de camadas sociais em que os estratos mais ‘baixos’ são considerados em regra geral, como naturalmente inferiores. (FREIRE, 1985, p. 37-38)

É necessário que se respeitem certas premissas: o acesso à terra; reforma agrária; acesso à direitos fundamentais como educação contextualizada intercultural; saúde; saneamento e infraestrutura, tendo como base primordial o reconhecimento desses territórios diante do histórico de enfrentamento dos quilombos, terras indígenas, assentamentos, acampamentos e terras de uso comum nesse processo.

No marco da cosmovisão, no que concerne o bem viver, ocorreu o Fórum Permanente para as questões Indígenas das Nações Unidas, em 22 de abril de 2002 na ONU, o presidente da Bolívia, na época Evo Morales, propôs o chamado “Dez mandamentos para salvar o Planeta, a humanidade e a vida” (GONÇALVES, 2022).

1. Acabar com o sistema capitalista;
2. Renunciar à guerra;
3. Um mundo sem imperialismo e sem colonialismo;
4. A água é vida;
5. Energias limpas e amistosas com a natureza;
6. Respeito à Mãe Terra;
7. Serviços básicos como direito humano;
8. Consumir o necessário, priorizar o que consumimos localmente;
9. Promover a diversidade de culturas e economias;
10. Viver bem

Estes elementos descritos são o que fazem parte do povo e as suas raízes na cosmovisão. Adquirem importância em situações de dominação e opressão, a identidade é transmitida de geração para geração como forma de luta e resistência popular, sendo fonte de energia para o acesso à dignidade coletiva.

Não há uma maneira absoluta para acharmos a sua definição. Há a aproximação da sua essência, sendo os elementos centrais na relação os seres humanos e a natureza: Visão do todo,

ou da Pacha¹⁸, a convivência na multipolaridade, a busca do equilíbrio, a complementaridade da diversidade e por último e não obstante a descolonização. Para construir o Bem Viver é necessário descolonizar os territórios e nosso ser. O primeiro passo é olhar com os próprios olhos, sonhar os próprios sonhos. O encontro com as raízes, a identidade, a história e a própria dignidade. É em suma recuperar o passado para redimir o futuro, amplificando as vozes ignoradas das comunidades e da Mãe Terra (SOLÓN, 2019).

Quando há a abordagem sobre a compreensão do todo, falamos a respeito do ponto de partida de análise alternativa sistêmica. Maneira mais democrática, holística e humanizante.

A descolonização da visão eurocêntrica do “progresso”, persegue a visão do equilíbrio, em oposição ao crescimento permanente. Equilíbrio esse que nem sempre permanece, pois há contradições e desencontros, que demandam ações para um reequilíbrio para se viver em harmonia.

O equilíbrio sempre é dinâmico, por isso o objetivo não é de chegar em um equilíbrio perfeito, sem contradições, que claramente não existe. Tudo se move em ciclos, como um ponto de chegada e de partida para novos desequilíbrios, novas e mais complexas contradições e complementariedades. O bem viver não quer alcançar um paraíso, mas buscar o bem-estar e o equilíbrio ativo e transformador do todo. (SOLÓN, 2019, p. 29)

Na contemporaneidade do plano sistêmico do capital, para que haja o direcionamento da governança democrática voltada a uma transição agroecológica se faz necessária a cooperação e coordenação de atores sociais, movimentos sociais e atores políticos. O desenho institucional em seu funcionamento tem acontecido em escala focal de micropolíticas ou ações específicas do território, organizadas e orquestradas pelos movimentos organizados, de forma comunitária e autogestionária, tendo dificuldade de adentrar disputas na arena do Estado.

Tal relutância política pode ser explicada pela guerra que o Estado travou historicamente e segue travando contra os povos indígenas, a agricultura camponesa e mais especificamente, contra o próprio movimento agroecológico. A agroecologia nasceu e sobrevive em muitos países apesar dos poderes públicos oficiais. Portanto, não é surpreendente que, para muitos ativistas, o Estado se apresente mais como um inimigo a ser derrotado ou um perigo a ser evitado do que uma instituição a ser politicamente conquistada. (MOLINA *et al*, 2023, p. 151- 152)

¹⁸ Pacha: Para o Bem viver, o “todo” é a Pacha, conceito andino que muitas vezes foi traduzido simplesmente como Terra – referenciando a Mãe Terra. No entanto, tem um sentido muito mais amplo, com uma compreensão indissolúvel entre tempo e espaço. É o “todo” em movimento constante, o cosmos em permanente evolução. Não se refere apenas ao mundo dos humanos, dos animais e das plantas, mas ao mundo de cima (Hanaq Pacha) habitado pelo sol, pela lua e pelas estrelas, e o mundo de baixo (Ukhu Pacha), onde vivem os mortos e os espíritos. Tudo está conectado e forma uma unidade. (Solón, 2019, p. 24)

3.2. Aspectos da produção agroecológica do campesinato da floresta

As entrevistas realizadas nas casas das famílias camponesas serviram como levantamento do conhecimento da agricultura. Essas foram beneficiadas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar no ano de 2023 que perdura também neste ano de 2024.

Nas visitas às comunidades foram observadas as práticas agroecológicas comuns ao modo de vida do campesinato da floresta. A produção agrícola é algo inerente às famílias camponesas, uma vez que representa a sobrevivência para permanência em uma determinada localidade distante de um grande centro urbano, como ocorre em Marechal Thaumaturgo.

Nesta perspectiva de resistência, o conhecimento é passado de forma ancestral, desde sua chegada ao território da RESEX Alto Juruá e PAE Triunfo/Porangaba, no final do século XX.

Na entrevista uma das questões levantadas foi sobre os conhecimentos do manejo da terra e sobre a produção: Quais são os principais conhecimentos agroecológicos utilizados no manejo do roçado e qual a fonte desses saberes? (Gráfico 5)

Gráfico 5. Origens dos saberes relacionados ao manuseio da terra



Fonte: Trabalho de campo, Arquivo pessoal, 2024.

A agricultura praticada pelas comunidades da RESEX Alto Juruá e PAE Triunfo Porangaba é respaldada em elementos que são recorrentes em povos e comunidades tradicionais.

Destaca-se o amplo conhecimento tradicional empírico de saberes e fazeres ancestrais sobre uso, manejo e conservação da floresta. Podemos atestar esse fato no relato do agricultor José Gomes do Oliveira da RESEX Alto Juruá, que é referência na entrega de alimentos do PNAE e PAA, morador da comunidade Foz do São João:

Cada um tem um jeito de plantar né, aí eles me procuram assim, porque eles acham que o meu produto aqui dá melhor do que o deles né. Daí eles vem me procurar saber que época é que eu planto e que tipo de terra é que eu vou escolher pra plantar também. Por que não é toda terra que é boa, o produto né? E quem já é acostumado sabe né. E aquelas pessoas que faz 1 ou 2 anos que plantam eles não têm a prática da pessoa que nasceu e se criou. Que nem hoje eu tenho 56 anos e nunca deixei de plantar. Toda vida plantei. Vivo da roça mesmo. Não tem outro meio de sobreviver não, é só o plantio mesmo. (informação verbal)¹⁹

Os saberes empíricos são transmitidos de geração em geração e se modificam através das interações contextualizadas nas diversas conjunturas socioambientais e políticas. As tradições agrícolas comunitárias se formaram ao longo do tempo e do espaço, a partir de formas estratégicas de vida no campo, o que fazem base da agroecologia.

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. (ALTIERI, 2021, p.23)

Os sistemas agroalimentares são uma resposta aos desafios e potencialidades de diversas ordens, necessidades e anseios. Para as comunidades, o procedimento de cortar e queimar tocos em plantações possibilitou aumento na fertilidade dos solos – geralmente rasos e arenosos – além de permitir a manutenção dos cultivos a partir da biomassa.

A técnica de cultivo tradicionalmente utilizada na Amazônia e também na Mata Atlântica no Brasil central é a agricultura “de coivara”, “de toco” ou “de corte queima”, que consiste na derrubada e queima de áreas de floresta realizadas na época da seca, e posterior cultivo nesses locais. As cinzas resultantes contribuem para fertilizar os normalmente pouco férteis solos das áreas de terra firme da Amazônia. (NEVES, 2006, p. 36)

A utilização da Mucuna²⁰ gera modificação também na aplicação do corte e queima. Seu plantio é realizado no início do período da chuva. Passado o processo de maturação que dura entre 4 a 5 meses, prestes a entrar no período da seca, é realizado o corte e o manejo para cobertura de solo. Assim, os nutrientes permanecem no solo, reduzindo a possibilidade de queimadas que possam alastrar no roçado, na floresta ou no território vizinho (Foto 5).

¹⁹ Entrevista concedida por José Gomes de Oliveira [out. 2024]. Entrevistador: Victor Souza Jorqueira. Marechal Thaumaturgo, 2024.

²⁰ A Mucuna é uma leguminosa que tem importantes usos na agroecologia, como adubo verde, fixação de nitrogênio e recuperação de solos degradados.

Foto 5. Secagem de Mucuna no quintal da Maria Azevedo– Comunidade Adão e Eva



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

A moradora Maria José Moura de Andrade residente da comunidade Foz do Tejo, aborda como é realizado o plantio do seu roçado, utilizando o conhecimento dos ciclos da lua e da sazonalidade.

Aqui a gente só planta assim ó: Porque quando a lua é cheia, a noite passa todinha no claro né e o dia passa o dia todinho em que a lua tá assentada, aí o mês de fazer a plantação tanto na praia como em roçado é no mês de junho. Mês de junho é o mês de fazer as plantações pra colher em julho ou em agosto, vai depender da planta que dá ligeiro né. Porque tem umas que dá ligeiro. Se plantar quando a lua estiver de fora, porque agora ela pode até tá de fora, mas a gente não vê né? O bicho fica, as produções ficam toda brocada, o pepino fica brocado, a cebola dá lagarta, o maxixe da lagarta, a pimenta dá lagarta, o milho não presta de jeito nenhum, de repente dá o bicho e fica todo só o pó. (informação verbal)²¹

Além disso, Maria José trabalhou com a família no roçado desde criança e nos conta a respeito do conhecimento do manejo das sementes. Do cuidado ao manter em ambiente apropriado, seco, seguro e que não tenha ar entrando, para combater roedores, insetos e outros microrganismos. (Foto 6)

²¹ Entrevista concedida por Maria José Moura de Andrade [out. 2024]. Entrevistador: Victor Souza Jorqueira. Marechal Thaumaturgo, 2024.

A semente do feijão, por exemplo, pra mim plantar no outro ano eu ponho nesses tubos de refrigerante, daí põe uma sacola na boca, daí tampa bem tampado acochado. Daí dá pro outro ano. O milho a gente põe no tambor ou a gente põe no saco mesmo. O milho é assim né, todos os anos a gente já guarda, é aquilo: Quebra, guarda e planta no outro ano e assim ninguém nunca vai atrás em nenhum outro canto não. É só daqui mesmo, é da região mesmo. Pra colheita, debulha, guarda e no outro ano já vai de novo. (informação verbal)²²

Foto 6. Entrevista com Maria José Moura de Andrade na comunidade Foz do Tejo na RESEX Alto Juruá.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

O campesino Marilson do PAE Triunfo/Porangaba fala sobre o conhecimento do uso de adubos, de manejos relacionados ao solo e novamente da sazonalidade: “Não usa nenhum tipo de adubo, é assim mesmo. Quando a terra é mais velha assim, tipo capoeira, mais baixa, ela sempre dá. Não usa nenhum tipo de adubo não. No inverno a gente começa plantando e no verão é pra gente limpar já né”.

Já a Francisca moradora do PAE Triunfo/ Porangaba nos conta sobre o método para melhor rendimento das hortaliças: “Usa o Paú e esterco de boi. A areia é bom para plantar alface, além do capim seco para a cobertura de solo”.

²² Entrevista concedida por Maria José Moura de Andrade [out. 2024]. Entrevistador: Victor Souza Jorqueira. Marechal Thaumaturgo, 2024.

Segundo Franciso Teles, também campesino da floresta da comunidade PAE Triunfo/Porangaba nos elucida:

A gente trabalha aqui sempre no conhecimento passado dos mais velhos que já produziam antes né, quando a gente planta uma roça aqui que não tá muito boa, a gente derruba que foi a terra né? Ai a gente usa um outro tipo de solo né. Quando a gente vai fazer o plantio por exemplo do inhame e não dá certo, a gente vê a questão da muda, se a gente plantou a batata, a questão do broto do jeito certo, esse tipo de conhecimento né. Tem que plantar em época de chuva, se tá muito na seca dá muito bicho. (informação verbal)²³

Os saberes práticos da agroecologia envolvidos na forma de resistência para a produção da alimentação de subsistência em seus roçados e distribuição da merenda dos jovens nas escolas, assim como a produção da farinha identificados são:

- O cultivo de sementes crioulas pelas 20 famílias entrevistadas, em sua maioria o feijão, arroz, milho, jerimum, melancia, couve;
- O uso do Paú²⁴ para cobertura de solo;
- Uso da Mucuna para recuperação e manutenção da fertilidade de solo;
- Utilização do calendário Lunar;
- Conhecimento de plantio nos roçados em terra firme, nas praias, várzeas ou barrancos;
- Rotação de culturas: consorciamento e alternância de diferentes plantações em uma mesma área de produção, num determinado período;
- Adubos verdes: cultivo de plantas que posteriormente serão incorporadas ao solo;
- Mutirão para fabricação de farinha;
- Sociobioeconomia: troca de produtos como farinha, maniva, sementes.
- Festa anual do Feijão crioulo – Encontro e troca de sementes.
- Uso de tecnologias socias como a casa de farinha e maquinários para beneficiamento como a quebra da casca do arroz.
- Conhecimentos farmacológicos de espécies da floresta: Maior a diversidade ecológica - maior diversidade cultural. (TOLEDO, 2009)

²³ Entrevista concedida por Francisco Teles de Lima [out. 2024]. Entrevistador: Victor Souza Jorqueira. Marechal Thaumaturgo, 2024.

²⁴ O Paú é um composto orgânico sem custo proveniente da decomposição natural de estipes de palmeiras caídos ao solo. Para seu uso, recomenda-se que ele seja peneirado, principalmente quando utilizado para produção de mudas.

3.2.1. O uso de agrotóxicos

O uso de agrotóxicos é um problema de saúde pública e ambiental no Brasil e que pode ter consequências com relação à forma de manuseio, quantidade utilizada e o uso de E.P.I na sua aplicação, podendo contaminar solo, igarapés e a própria água utilizada nas refeições diárias da famílias dos trabalhadores agricultores e comunidade envolvida.

A extração das águas subterrâneas, a poluição de um ecossistema além de sua capacidade de absorção e a deterioração da saúde humana pelos agrotóxicos são, da mesma maneira, insustentáveis. Todos são formas de consumo de capital e deveriam ser tratados como tal nos sistemas de contabilidade. De fato, se as mudanças ocorridas na produtividade dos recursos naturais forem ignoradas, a degradação dos mesmos também será ignorada, se não garantida. (ALTIERI, 2001, p.84)

Fruto da narrativa da Revolução Verde do século XX, tem como premissa a questão de “desenvolver” melhor um determinado tipo de cultura ou roçado. Os impactos dos agrotóxicos incluem: Contaminação do solo, que se torna estéril; Desequilíbrio ambiental, com a proliferação de pragas e insetos; Erosão genética, com a substituição de variedades vegetais por poucas; Impactos na saúde da população e dos trabalhadores rurais; Contaminação de alimentos e da água; Casos crescentes de câncer; Contaminação e morte de abelhas e outros insetos. (ALTIERI, 2001)

A produção agrícola deveria sujeitar-se ao princípio do “pagamento pelo poluidor”. Os danos externos da agricultura poderiam ser reduzidos se os agricultores tivessem de pagar para limpar suas próprias ações poluentes. Um primeiro passo seria a taxação ou abolição dos agrotóxicos mais perigosos e o corte de subsídios para sua utilização. (ALTIERI, 2001, P. 101)

Alguns camponeses da floresta fazem o uso do seu território para monocultura ou pecuária e são persuadidos na promessa de trazer rápido retorno financeiro, uma vez que podem ser arrendados por terceiros.

Gera-se comodidade para os proprietários da terra. Porém, a dependência de insumos agrícolas, como agrotóxicos, sementes (em suas maiorias transgênicas) de braquiara, milho e soja são cíclicos, ou seja, acabou um ciclo de cultura ou abate, entra outro com novas demandas e complexidades de insumos ocorrendo a dependência des insumos.

Para este tipo de manejo, alguns agricultores, no total de três dos vinte entrevistados utilizam o agrotóxico fipronil – chamado “Poderoso” – em suas plantações, para diminuir a insidência do mandaravá (Foto 7).

Foto 7. Mandarová na mandioca: Roçado do Marison Firmino da Silva no PAE Triunfo/Porangaba.



Fonte: PAE Triunfo/Porangaba, arquivo pessoal, 2024.

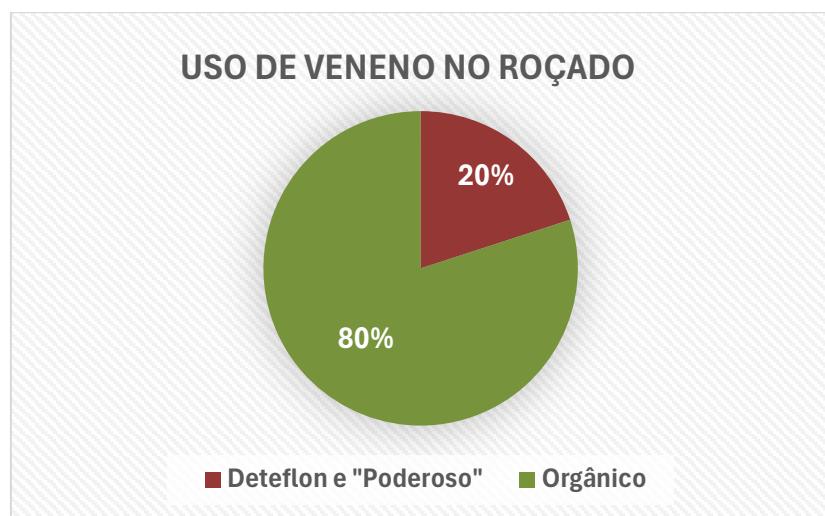
O fipronil é um bactericida que mata por contaminação, e é um agrotóxico inseticida que foi suspenso pelo Ibama em janeiro de 2024. Além de provocar sintomas como náusea, vômito e diarreia caso ingerido, gera também manifestações no sistema nervoso central como agitação, tremores e crises convulsivas. A suspensão foi feita para proteger insetos polinizadores, como as abelhas, que são fundamentais para a polinização e produção de alimentos em até 70%. (BRASIL, 2024).

Sobre o uso de agrotóxicos dentro do território analisado, observa-se que a grande maioria não faz a utilização de veneno nas culturas locais, são comercializadas de forma orgânica²⁵. Não deixa de ser uma forma de resistência frente ao uso intensivo de agrotóxicos no estado acreano, mas há também a necessidade de gerar conhecimento sobre os malefícios na produção, uma vez perguntada sobre o uso de veneno nos roçados, muitos responderam que não tem acesso, por isso não utilizam.

²⁵ Agricultura orgânica. Este é um sistema que sustenta a produção agrícola evitando ou excluindo em grande parte o uso dos fertilizantes e agrotóxicos sintéticos. Sempre que possível, recursos externos, tais como os químicos e combustíveis adquiridos por via comercial, são substituídos por recursos encontrados na unidade de produção agrícola ou próximo a ela. Esses recursos internos incluem energia solar ou eólica, controles biológicos de pragas, o nitrogênio fixado biologicamente, e outros nutrientes liberados da matéria orgânica ou das reservas do solo. As opções específicas nas quais a agricultura orgânica encontra-se baseada, tanto quanto possível, incluem rotações de cultura, resíduos de lavouras, esterco animal, uso de leguminosas e adubos verdes, resíduos externos à unidade produtiva, cultivo mecânico e rochas moídas que contenham minerais, etc. (ALTIERI, 2001, p.74)

O levantamento realizado sobre a análise quantitativa do uso de agrotóxicos nos roçados dos lotes visitados segundo os questionários realizados no território da pesquisa encontram-se no Gráfico 6.

Gráfico 6. Utilização de Agrotóxicos no roçado



Fonte: Entrevistas realizadas na visita de campo. Arquivo pessoal, 2024.

O uso de agrotóxicos faz parte da realidade campesina no Brasil e no mundo. E isso não é diferente no estado do Acre. A obrigatoriedade do fornecimento de dados oferecidos pelo IDAF²⁶ e pela fiscalização agropecuária inclui a quantidade de agrotóxicos prescritos por cultura, praga e município.

Segundo estudo realizado por Machado (2024), em 2024, foram prescritos 1.804.43 kg ou litros de agrotóxicos no estado do Acre, sendo a pastagem para gado bovino 71% deste montante, seguido pela soja (14,60%) e pelo milho (10,62%).

Estes valores são resultados do processo de pecuarização e monoculturas presente no processo de territorialização do capital no Acre. O agronegócio e o pacote da revolução verde fazem parte do processo de modernização da agricultura com as bases de produção voltadas para as exportações.

Observa-se também que Marechal Thaumaturgo, mesmo ocupando o último lugar no ranking de agrotóxicos no Acre, ainda assim utiliza grandes quantidades, na necessidade de “abrir pastos” frente ao impeditivo que a floresta proporciona. É uma região na qual o desmatamento para a monocultura e pecuária não é tão alarmante como em cidades vizinhas (Tabela 10).

²⁶ IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre.

Tabela 10. Quantidade de agrotóxicos destinados ao uso em propriedades rurais no estado do Acre, por município, no ano de 2024.

Município	Quantidade (kg ou L)	%
Xapuri	287.262,44	15,92%
Plácido de Castro	261.244,54	14,48%
Rio Branco	255.639,62	14,17%
Senador Guiomard	220.284,21	12,21%
Acrelândia	138.782,46	7,69%
Bujari	129.839,91	7,20%
Porto Acre	127.377,93	7,06%
Capixaba	124.046,04	6,87%
Sena Madureira	66.452,02	3,68%
Brasiléia	47.391,67	2,63%
Epitaciolândia	43.849,98	2,43%
Manoel Urbano	27.408,33	1,52%
Tarauacá	21.390,65	1,19%
Cruzeiro do Sul	21.052,78	1,17%
Feijó	16.509,32	0,91%
Rodrigues Alves	5.238,35	0,29%
Mâncio Lima	4.278,97	0,24%
Assis Brasil	3.938,58	0,22%
Porto Walter	1.641,64	0,09%
Jordão	370,00	0,02%
Santa Rosa do Purus	257,00	0,01%
Marechal Thaumaturgo	181,43	0,01%
Total	1.804.437,86	100%

Fonte: Elaborado por MACHADO/ Dados do IDAF, 2024.

Os dados são importantes para realizar o levantamento do que realmente está sendo planejado em relação aos produtos utilizados para a lavoura, e implementado diante daquilo que foi coletado em definitivo. Porém, admite-se que pode existir diferenças percentuais no quantitativo de dosagem e utilização destes produtos, uma vez que não há a devida fiscalização. (MACHADO,2024)

O monitoramento constante das densidades populacionais de pragas, aliado a um planejamento estratégico de uso dos agrotóxicos, pode reduzir os riscos ao meio ambiente e à saúde pública, ao mesmo tempo em que garante maior produtividade e segurança nas atividades agropecuárias. Portanto, a continuidade das ações de fiscalização, o aprimoramento das ferramentas de controle e a disseminação de boas práticas agrícolas são essenciais para garantir a sustentabilidade das práticas agropecuárias no Estado do Acre. (MACHADO, 2024, p. 9)

Mesmo com a crescente utilização de veneno nas produções, há também práticas de saberes da terra para o manejo de pragas. Como observamos no caso do agricultor José Gomes, durante o trabalho de campo, afirmou fazer o próprio manejo de mandarová que tem infestado nas mandiocas, com o conhecimento que já havia aprendido com seu pai. A mistura é feita com mandioca brava, assapeixe e margarida em um litro de água.

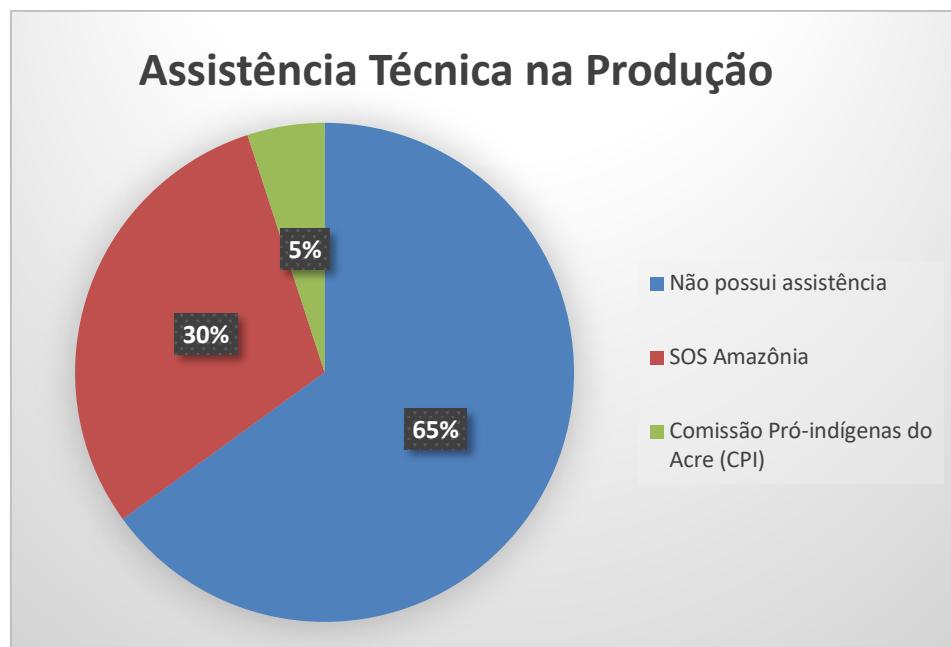
Segundo o agricultor, outros técnicos não sabiam desse tipo de manejo. Disse: “[...] Ai eles vieram com veneno, que era pro borrhifar né? Que era para as verduras, ai nós achemos assim que não é conveniente né?” Z. também afirma que quando coloca esse veneno, nenhum outro animal come as folhas. “[...] Ai é um veneno para as pragas que come o próprio legume. Ai nós fizemos, testemos e deu certo. Para larvas”. (informação verbal)²⁷

3.2.2. A falta de assistência técnica

Há inúmeros entraves para o desenvolvimento da produção e do conhecimento voltados às práticas agroecológicas, muitas vezes para atingir tal objetivo se faz necessária a troca de saberes.

Uma das realidades dentro da RESEX Alto Juruá e PAE Triunfo/Porangaba é a falta de assistência técnica, o que pode ocasionar em perda da produção, muitas vezes pela falta de alguns conhecimentos de manejo que a assistência técnica poderia sanar (Gráfico 7).

Gráfico 7. Assistência Técnica na produção de Alimentos na RESEX Alto Juruá e PAE Triunfo/Porangaba



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

²⁷ Entrevista concedida por José Gomes de Oliveira [out. 2024]. Entrevistador: Victor Souza Jorqueira. Marechal Thaumaturgo, 2024.

A realidade da falta de assistência técnica é observada conforme relato de Francisco Teles do PAE Triunfo/Porangaba, quando perguntado se havia assistência técnica no processo de produção:

A reclamação é em cima disso daí mesmo, da assistência técnica. Falta ainda do melhoramento né, por exemplo nesse ano poderiam dar mais junto da gente e dando uma assistência, como mudas, como manejar a terra pra produção ser melhor. É em cima disso daí, a reclamação mais acentuada é a questão de assistência mesmo como manejo. Ensinar como manejar, adubação, ensinar qual tipo de inseticida e agrotóxico que a gente pode usar, melhorar o atendimento junto com a nossa produção. (informação verbal)²⁸

Antes da chegada da pandemia da COVID 19, a prefeitura ainda auxiliava com lonas, sementes e algumas ferramentas para os campesinos da floresta, porém esta política foi modificada principalmente pós pandemia e pós a chegada das cheias dos rios. Essa modificação alterou de certa forma a fiscalização e o auxílio para capacitação de alguns conhecimentos específicos para o manejo do roçado.

Fica evidente a importância da agricultura que produza alimentos básicos e de qualidade biológica adequada, sem poluentes e que possa estabelecer mecanismos que os tornem acessíveis a todos os cidadãos.

Este conceito também mostra a necessidade de estratégias e formas de produção que garantam a sustentabilidade contínua do agroecossistema, muitas já difundidas e conhecidas por povos tradicionais e originários ao longo dos anos.

A garantia de que as gerações futuras também possam utilizar a mesma (e única) base de recursos naturais necessária para que ocorra a alimentação saudável, está estreitamente ligada ao modo de produção deste alimento.

Para diminuir a deficiência da fiscalização, assistência técnica e auxílio na extensão rural, a organização não governamental SOS Amazônia elaborou um projeto de construção de viveiros de mudas frutíferas, no qual já consta a implementação de 6 diferentes viveiros dentro da RESEX Alto Juruá, nas comunidades Belfort, Cinco Voltas, de Fronteira, Nove Voltas, Alegria e Vila Restauração.

Os viveiros atendem cerca de 160 famílias, na distribuição de mudas e no auxílio para a implementação de agroflorestas em locais delimitados nos terrenos das famílias que foram beneficiadas (Foto 8).

²⁸ Entrevista concedida por Francisco Teles de Lima [out. 2024]. Entrevistador: Victor Souza Jorqueira. Marechal Thaumaturgo, 2024.

Foto 8. Viveiro de Mudas Frutíferas implementado pela ONG SOS Amazônia – Comunidade Belfort RESEX Alto Juruá



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

O trabalho de assistência técnica com a SOS Amazônia já perdura desde 2016, em parceria com o INCRA, onde foram iniciadas reuniões com os agricultores para trocar experiências e ensinar o manejo e cultivo da Mucuna, por exemplo. Por se tratar de uma leguminosa muito agressiva, precisa ter o manejo correto, pois aquilo que era pra ser uma solução pode também ser um problema.

O primeiro foco para implementação e aderência das famílias é a identificação dos espaços geográficos que possuem alteração da paisagem. Como áreas de pastagem, de capoeiras com até dois anos e outras áreas alteradas. Depois de identificadas, as áreas são selecionadas e junto com as famílias inicia-se o processo de planejamento e implementação.

3.2.3. A importância da transição agroecológica

Pensar a transição agroecológica a partir da realidade concreta implica compreender os passos dados de quem decidiu realizá-la. Em muitos casos há o uso demasiado do solo, ou a falta de nutrientes necessários disponíveis na natureza para que comece a ser introduzida no agroecossistema.

A conscientização agroecológica é o ponto de partida para que se inicie tal processo. Quais as mudanças necessárias para iniciar tal tarefa? O que precisa mudar na prática cotidiana das famílias em seu agroecossistema, comunidade e sociedade para viabilizar tal transição?

A partir da discussão teórica, a transição para a agroecologia tem por objetivo a ampliação da capacidade de sustentação de um agroecossistema, portanto, visa alcançar a integração da comunidade junto com a natureza, tendo como base a conservação e preservação das espécies, do solo e da vida.

No entanto no mundo rural de hoje, verifica-se globalmente uma enorme diversidade de situações peculiares que refletem em maior ou menor grau as características definidoras do campesinato. Essa variedade resulta da degradação dos traços camponeses até o ponto de praticamente ocorrer a sua desaparição ou transformação em categorias sociais relacionadas, típicas da agroecologia industrializada. Em absoluto, isso significa que tais categorias relacionadas tenham perdido definitivamente sua condição camponesa e que esse processo de degradação seja irreversível. Nessas situações, a transição agroecológica representa exatamente a reversão desse processo. As teorias clássicas analisaram o desenvolvimento do capitalismo na agricultura com base na competição das pequenas e das grandes unidades de produção, processo que culminaria no desaparecimento da pequena e do triunfo em definitivo das grandes e do trabalho assalariado. Entretanto essas teorias captaram apenas uma parte do ocorrido. E talvez parte menos relevante. Não nos parece que a questão do avanço do capitalismo possa ser explicada exclusivamente pela escala das produções, isto é, pelo tamanho dos estabelecimentos e pela competição entre eles dentro do setor agrícola. Avaliamos ser mais adequado compreender a degradação (ou a desativação) dos traços camponeses pela progressiva mercantilização nas estratégias de produção e reprodução da agricultura camponesa, com a adoção de estilos empresariais de gestão econômico-ecológica dos agroecossistemas. (MOLINA *et al*, 2023, p. 214-215)

O vasto conhecimento heterogêneo da agroecologia, no que tange a transição de manejo ecológico em escala manual até o manejo industrial, se apresenta na vanguarda pela agricultura sustentável. A agroecologia precisa se apoiar na complexidade de uma teoria geral do campesinato, ou seja, a abordagem do caráter social e sua evolução histórica objetivando as formas que concorrem à subordinação da lógica de mercado capitalista, evitando a perda de sua identidade camponesa. A fundamentação teórica de estratégias agroecológicas é essencial para reverter a descampenização da agricultura (MOLINA *et al*, 2023, p. 205).

Assim, para abordarmos essa transição, não se trata apenas da ecologia. É preciso abordar aspectos culturais e socioeconômicos, como o metabolismo social à economia familiar (economias fundamentadas na gestão de bens ecológicos e não nos recursos de mercado propriamente ditos) e as práticas empíricas que ao longo do processo de fixação na terra, surtiram bons frutos no convívio social, respeitando ciclos naturais e mecanismos de recuperação de fertilidade para a existência da racionalidade ecológica camponesa.

A agricultura camponesa depende de meios intelectuais próprios para organizar seu trabalho de apropriação da natureza. No contexto de uma economia camponesa, o conhecimento da natureza configura-se como um componente decisivo no desenho e na implementação de estratégias de implementação social. Em sociedades camponesas do passado, esses saberes eram transmitidos oralmente, de geração em geração, em processo por meio do qual as relações com o meio ambiente eram continuamente aperfeiçoadas. (MOLINA *et al*, 2023, p. 210.)

Os processos de transição agroecológica se caracterizam pela passagem de formas mais degradantes de agricultura, do uso de agrotóxicos ou adubos sintéticos decorrentes da narrativa da Revolução Verde que tornam sistemas agroalimentares insustentáveis para estilos de agriculturas e sistemas agroalimentares comprometidos com a não artificialidade da vida.

Assim, a agroecologia contém conhecimentos vitais a serem difundidos, como a capacidade dos sistemas agrícolas e agroalimentares de se manterem produtivos e diversos no curto, médio e longo prazo. Isto é, preservando a base de recursos dos quais dependem as atuais e as futuras gerações.

Para isso, a transição agroecológica possui alguns eixos importantes de sustentação: Adaptar-se às características dos territórios, cuidar bem dos problemas históricos não resolvidos, garantir o acesso e redistribuição de terra e construir um modelo baseado na soberania alimentar.

Os movimentos sociais e organizações comunitárias defendem uma agroecologia política e de base, que desafie e transforme as estruturas de poder, recolocando o controle das sementes, dos territórios, da água e de outros bens comuns nas mãos dos mais diferentes povos, para retomar o protagonismo da própria existência.

De acordo com Schimidt (2009), a transição agroecológica é um processo ecológico e social de múltipla abordagem. Não é apenas esverdear a produção de alimentos. Trata-se de transformar de forma positiva os agroecossistemas na direção de segurança alimentar, tendo como base a conservação e preservação socioambiental como um todo.

[...] a transição para formas sustentáveis de agricultura implica em um movimento complexo e não linear de incorporação dos princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas, mobilizando múltiplas dimensões da vida social, colocando em confronto visões de mundo, forjando identidades e ativando processos de conflito e negociação entre distintos atores. O conceito de transição agroecológica está em construção, no entanto, não pode ser resumido a um percurso técnico de conversão dos sistemas produtivos, deve ser considerado como uma construção social entre diferentes sujeitos, recursos disponíveis, atividades e lugares em que acontece. (SCHMIDT, 2009, p. 178)

Não está resumida apenas em um processo de selo ou certificação como é o processo de controle, subordinação que o mercado faz muitas vezes. A agroecologia traz de certa forma uma

espécie de utopia na busca em primeira instância da segurança alimentar para produção de alimentos saudáveis, nutritivos e sadios para todos, com menos danos ao meio ambiente e de forma a manter a base de recursos ambientais necessários para as futuras gerações.

Assim, a transição agroecológica não pode ser confundida com a simples conversão para sistemas orgânicos baseados apenas na substituição de insumos. Aliás, a realidade empírica tem demonstrado que estão sendo impulsionadas práticas de extensão convencional-difusionista que agora simplesmente trocaram o pacote da Revolução Verde pelo Pacote Orgânico, mantendo o mesmo modelo de educação bancária e de persuasão denunciado na década de 1960 do século passado por Paulo Freire (1983). A diferença é que agora a persuasão é para que agricultores adotem a agricultura orgânica. (CAPORAL, 2020, p.18)

3.2.4. As sementes crioulas como patrimônio genético

As sementes crioulas possuem em sua natureza não artificial, a capacidade de crescerem em diferentes qualidades de solo e o seu uso é inerente ao processo de permanência, sobrevivência e segurança alimentar.

Ocorre anualmente em Marechal Thaumaturgo o chamado Festival do Feijão, um evento cultural da região que promove troca de sementes crioulas e de saberes dos produtores agroecológicos. A região é conhecida pela diversidade do feijão, com mais de 20 variedades de espécies utilizadas no plantio.

São elas: Corujinha, Arigó, Barrigudinho, Manteiguinha, Manteiguinha Roxo, Mudubim de Rama, Preto de Praia, Roxinho de Praia, Quarentão, Peruano Branco, Peruano Amarelo, Carioca, Enxofre, Mudubim de Vara, Preto de Arranque, Rosinha Pitoco, Gorgutuba Amarelo, Gorgutuba Beje, Gorgutuba Branco, Gorgutuba Rajado Amarelo, Gorgutuba Rajado, Gorgutuba Vermelho, Mineirinho, Roxo de Thaumaturgo e Preto do Alto Juruá.

O poder público local, juntamente com apoio da cooperativa Coopersonhos e de organizações não governamentais, já realizaram sete edições do Festival do feijão crioulo do Alto Juruá. Além de fomentar a economia, fortalece as redes do campesinato da floresta através do encontro de agricultores de diferentes comunidades da cidade de Marechal Thaumaturgo.

A região é considerada o berço de diferentes tipos de feijão, cultivados de diferentes formas: em várzea, barranca de rio, terra firme e no sistema abafado.

O vale do Juruá como um todo é visto como centro de diversidade e de conservação *on farm* de *P. Vulgaris*²⁹ e *V. Unguiculata*³⁰, devido à alta ocorrência de variedades locais de feijão

²⁹ *P. Vulgaris*: Também é conhecido como feijão comum ou feijão francês.

³⁰ *V. Unguiculata*: Popularmente conhecida como feijão-frade,[1] feijão-fradinho,[2] feijão-miúdo ou feijão-de-corda, é uma planta da família das leguminosas A espécie apresenta muitas variedades cultivadas, podendo variar,

comum vindos do Peru e de caupi³¹, introduzidas pelos nordestinos quando anexaram-se ao território na época dos seringais (DINIZ *et al*, 2019).

O feijão carioca é a variedade de maior preferência entre consumidores locais notadamente pelo baixo preço no mercado, resultado da importação do produto de outros estados. As variedades Carioca Marrom e Rosinha são as mais cultivadas entre agricultores por vários anos nas microrregiões do Alto e Baixo Acre, podendo ser consideradas variedades acriouladas localmente. (DINIZ *et al*, 2019, p. 487)

Os feijões acreanos podem ser utilizados na culinária das mais diversas formas: saladas e feijão com ou sem derivados de origem animal e vegetal, baião de dois, preparado apenas com feijão e arroz, com ovo de galinha caipira ou leite de castanha. A mesma diversidade utilizada na produção, é observada na culinária em diversas maneiras de preparar os cardápios a partir do feijão na mesa do agricultor e das escolas.

As sementes crioulas são adaptadas às condições locais e possuem, internamente, maior variabilidade genética quando comparadas às variedades obtidas por outros métodos. Além disso, elas atendem a um dos princípios básicos da agroecologia, o de desenvolver plantas adaptadas às condições locais da propriedade, capazes de tolerar variações ambientais e ataques de organismos prejudiciais. Outro aspecto importante consiste na maior autonomia do agricultor, que pode coletar as sementes dessas variedades e replantá-las no ano seguinte, adquirindo maior independência do mercado de insumos e gerando um material que, com toda sua variabilidade genética, se torna cada vez mais vigoroso e adaptado ao seu tipo de solo e clima. (MARCOS, 2007, p. 191)

As sementes crioulas são herança da sabedoria ancestral e estão constantemente envolvidas nas atividades sociais de que participam. Contribuindo para a valorização da tradição rural e, desse modo, estabelecendo a propriedade intelectual sobre o que cultivam, o que determina o direito de uso para essa comunidade.

As variedades nativas usadas na agricultura evoluíram ao longo de milênios de seleção natural e humana. Essas variedades produzidas e usadas pelos agricultores de todo o terceiro mundo são chamadas de “sementes primitivas”. As variedades criadas pelos modernos fabricantes de sementes em centros de pesquisa internacionais, ou pelas transnacionais das sementes, são chamadas de “sementes avançadas” ou “de elite”. A hierarquia em palavras como “primitivo” e “de elite” tem raízes culturais profundas, mesmo quando essas palavras são usadas em esferas científicas. Por baixo dessas categorizações está um preconceito inerente que pressupõe que as tecnologias surgidas no norte industrializado são superiores num sentido absoluto. No entanto, a experiência da Revolução Verde nos diz que no domínio da biodiversidade, o desenvolvimento da tecnologia pode levar ao progresso para um grupo de interesses, mas cria subdesenvolvimento para outros. (SHIVA, 2003, p.171)

por exemplo, o padrão de cores das sementes ou o tamanho das vagens, que podem ser curtas ou muito longas, dependo da variedade.

³¹ Caupi: Também conhecido como feijão de corda.

As sementes crioulas fazem parte do cultivo campesino da floresta no Alto Juruá. Na comunidade Acuriá na Resex Alto Juruá, o campesino Evanilson possui em seu lote a casa de sementes, um depósito do qual é organizado as variedades de sementes de feijão e estocado e selecionado as melhores para a próxima safra (Foto 9).

Foto 9. Casa de sementes do Evanilson Souza de Oliveira na comunidade Acuriá



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

No bojo da agroecologia está contida a autonomia e emancipação política na convergência para a soberania alimentar, ou seja, é através de práticas ancestrais, desde a domesticação de sementes, as formas de adubação verde e produção da diversidade de sementes crioulas, bem como a prática tradicional de trocas de sementes, que se gera a autonomia política e emancipação do sujeito no processo político e econômico.

Portanto, o domínio do controle das sementes para o campesinato da floresta é estratégico para pensar qualquer tipo de transição produtiva e desenvolvimento comunitário voltado para o bem viver.

A emancipação ocorre principalmente pelo fato de exerceram sua produção agrícola, mas sem a subjugação à lógica da industrialização e modernização do capitalismo no campo.

3.2.5. A produção da mandioca e a farinhada

Os povos originários que viveram no território amazônico desenvolveram tecnologia avançada no cultivo e produção da farinhada. É baseada no uso de alguns instrumentos que revolucionaram o modo de fazer e utilizar a mandioca. Segundo Neves (2006), o ralador e o tipiti acabam por transformar uma planta venenosa em produtos de consumo (Foto 10).

Foto 10. Utilização do Tipiti na Casa de Farinha



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Estamos falando do beiju, a farinha, a tapioca e o caxiri. Domesticar a planta da mandioca é um exemplo de como as antigas populações amazônicas desenvolveram técnicas avançadas de cultivo.

Essas técnicas são tecnologias sociais cujo resultado são os conhecimentos empíricos em que é passado de forma geracional para as próximas linhagens.

Pode-se considerar a emergência da agricultura como um processo coevolutivo no qual seres humanos e plantas desenvolveram uma dependência mútua que tornou a vida de ambos impossíveis sem a presença do outro. A mandioca é um bom exemplo: foi domesticada na Amazônia e atualmente é consumida em larga escala pela América Latina, Caribe, África e Ásia. Ela é tão dependente dos seres humanos para se reproduzir que muitas variedades já perderam a capacidade de lançar sementes ao solo. Nesses casos é necessário que talos do galho sejam quebrados e plantados pelos agricultores. Por outro lado, é correto afirmar que muitas populações do mundo em desenvolvimento provavelmente teriam dificuldades nutricionais ainda piores sem o cultivo da mandioca. (NEVES, 2006, p. 33)

A função da mandioca e os métodos de cultivo e de fabricação da farinha são bastante parecidos: as plantações de mandioca geralmente ficam próximas à floresta. Os agricultores, de maneira tradicional, adotam o sistema de corte e queima, além de deixar a terra em repouso, expandindo-se sobre a mata virgem em busca de solos férteis para o cultivo.

Apenas algumas famílias utilizam produtos químicos, como fertilizantes e adubos aplicados nessas culturas, muitas vezes resultado da lógica desenvolvimentista de controle de pragas por veneno, ou da falta de técnicas para utilizar meios alternativos de controle.

A farinha de mandioca faz parte no dia a dia das famílias campesinas: pela manhã a mistura da água com farinha (em outros estados da Amazônia essa mistura é chamada de tibé, que é o caso do Pará), sendo consumida com alguma proteína como carne de charque ou peixe. Pode ser preparada também junto com o vinho de buriti, açaí e até mesmo misturada com frutas para dar de alimentação para as crianças.

Muitos agricultores dizem “hoje não tem comida, só arroz e feijão”, sendo que há farinha servida. Esse tipo de comentário ocorre porque se espera que sempre haja farinha nas refeições. A farinha ocupa um papel central na vida alimentar dessas famílias. Quando falta farinha na casa de um agricultor, por exemplo, ele sabe que pode recorrer aos vizinhos para assegurar esse alimento. Farinha é um item que não se nega a quem precisa. (CARVALHO, 2017, p. 178)

A base da atividade agrícola, pecuária e florestal do estado do Acre é a produção familiar, resultante de um processo de instauração de modelos de estruturas agrárias iniciado na década de 1970. As culturas de maior relevância econômica e social na Regional do Juruá são a banana e a mandioca que é utilizada para fabricação de farinha (ÁLVARES, 2022).

A plantação do roçado de mandioca é realizada apenas com enxadas, baldes ou cestos com as manivas retiradas do plantio feitas anteriormente. Muitas vezes há também a troca de manivas entre familiares e a rede campesina da floresta.

Muitas vezes é realizada a coivara para que o solo fique rico em nutrientes. Este método consiste em utilizar uma enxada para abrir pequenas covas no solo, alguns usam a maniva

deitada e outros em pé, cada qual com a sua própria metodologia empírica de plantio. Após isso, empurra-se a terra pelos próprios pés dos agricultores.

Mesmo assim, existe certo padrão com relação à abertura de covas. Elas não podem estar muito afastadas entre si, para que haja uma distância segura para o crescimento dos tubérculos.

A farinha de mandioca tem uma produção de destaque na região Norte (60,7%), seguida da região Nordeste (27,9%). No que concerne à concentração das casas de farinha ou estabelecimentos com agroindústria, o Nordeste representa 48% do total e o Norte 44% (IBGE, 2017).

Em alguns roçados de mandioca existe o consorciamento do milho para o melhor uso do espaço produtivo, como é o caso do roçado da campesina Maria José da comunidade Foz do Tejo, na RESEX Alto Juruá (Foto 11).

Foto 11. Roçado consorciado de mandioca e milho na plantação da Maria José no Foz do Tejo



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Embora seja um alimento difundido em todo o país, acredita-se que a farinha produzida artesanalmente é encontrada, logicamente, nas regiões de maior consumo, com diversas variações de formatos e tipos de estruturas, sendo muitas vezes de uso comunitário como falaremos mais a frente.

O uso da casa de farinha por uma determinada família é sempre uma relação de troca. Claro que isso vai depender de como é a relação do produtor com o dono da casa de farinha. Em algumas comunidades visitadas, como no PAE Triunfo/Porangaba há outras famílias que fazem o uso da casa de farinha, porém é necessária uma troca por sacas de farinha pronta. Os donos da estrutura não costumam cobrar quando se trata de alguém da mesma família.

Este processo de “troca” lembra muito o processo já vivenciado nos tempos de seringal do extrativismo da borracha, em que cobrava-se uma determinada quantia da produção total daquela safra.

As manivas podem ser compartilhadas por várias famílias da mesma comunidade, com parentesco ou não, mas sempre possuem um proprietário. A produção de farinha de mandioca artesanal é realizada em pequenas agroindústrias familiares, conhecidas como casas de farinha (Foto 12).

Foto 12. Campesino Adonis Lebre da Silva e seu filho na casa de farinha, PAE Triunfo/Porangaba.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Os processos para obtenção do produto final da farinha estão ligados por responsabilidades de atividades através da divisão de trabalho por ambos os sexos dentro da família.

É o caso por exemplo de descascar e lavar a mandioca, muitas vezes é um serviço para as mulheres. Homens fazem o processo de tirar a mandioca da terra, a logística de levar até a casa de farinha (muitas vezes com um boi, vaca disponível para esse tipo de trabalho de carregar alimentos). Após esse processo é necessário colocar as batatas no “banco” para serem cevadas, ou seja, alimentar o “caititu” que é um cilindro denteado, que pode ser movido por motor ou manualmente com a roda. Posteriormente, inicia-se a prensagem da “massa”, ao que se segue o escaldamento e a peneiração, para finalmente secar a farinha.

Nos dias de farinhada, a família passa todo o dia no roçado, trabalhando na casa de farinha.

As mulheres ficam responsáveis por providenciar comida para todos.

As casas de farinha são estruturas construídas em lugares estratégicos no espaço rural, de sistema produtivo artesanal e de caráter familiar. Costuma ficar próximas ao roçado e do igarapé.

O proprietário da farinha é responsável pela sua comercialização. Tanto homens como mulheres podem ser proprietários da casa de farinha.

Há casos de mulheres viúvas que assumem a liderança familiar ou ainda mulheres agricultoras casadas com não agricultores; nesses casos, elas são responsáveis pela produção, comercialização e pelo dinheiro obtido com o produto. Não são todos os agricultores que comercializam sua farinha, pois muitos utilizam somente para consumo da família.

Os marreteiros vendem a farinha aos grandes comerciantes de Cruzeiro do Sul. São esses comerciantes que irão exportar o produto para o resto da Amazônia Ocidental. Nos meses de chuva, durante o chamado inverno amazônico, que começa entre final de outubro e início de novembro e se estende até abril-maio, a farinha é transportada em embarcações que descem o rio Juruá até chegar ao rio Solimões, em Manaus. Na viagem de volta, as balsas vêm carregadas de mercadorias de toda espécie: estivas em geral, eletroeletrônicos, material de construção, móveis, roupas etc. No início do verão, entre junho e julho, quando as chuvas cessam definitivamente, as balsas encalham e só voltam a operar no inverno. (CARVALHO, 2017, p. 182)

Dentro da perspectiva extrativista, os moradores dos antigos seringais realizam a caça como forma de subsistência e alimentação, visto que tal atividade faz parte da cultura do seringueiro, e está presente no seu hábito alimentar diário, para além da produção de subsistência.

A conservação da diversidade de mandiocas, assim como as referências culturais ancestrais de comunidade de produção da farinha são primordiais à constituição dessas populações. Os multirões comunitários e os saberes ligados à sua produção garantem seu modo

de vida. São justamente essas perspectivas que geram visibilidade na conservação da agrobiodiversidade na região e no modo de vida camponês.

A partir do planejamento de estudos coletados no trabalho de campo, os modelos de agroecossistemas produtivos (roçados), possuem uma perspectiva multifacetada e transdisciplinar sobre o que é a agroecologia dentro dessas comunidades. A resistência camponesa da floresta ao permanecer, sobreviver e resistir no território é observada em um processo de conquistas do modo de ser ribeirinho e camponês.

Assim, vemos que a política pública do PNAE teve impactos significativos na renda, mas foi a agroecologia que impulsionou o fortalecimento dos vínculos com a terra.

O resultado da análise desses impactos na RESEX Alto Juruá e PAE Triunfo/Porangaba na cidade de Marechal Thaumaturgo pode ser direcionado em três diferentes pilares representativos (Figura 1):

Figura 1. Abordagem multidimensional dos roçados produtivos das comunidades entrevistadas



Fonte: Altieri, M. (2012). Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Expressão Popular, 2012. Adaptado por JORQUEIRA, 2024.

Aspectos sociais: contemplam aquilo que passa por transformação de aspectos relacionados à comunidade. Desenvolvimento comunitário, protagonismo social e inclusão de conhecimentos tradicionais e diversidade de saberes;

Aspectos econômicos: estão relacionados aos aspectos de reformulação das bases econômicas da sociobioeconomia, como por exemplo a melhoria de renda, vida digna e acesso à equipamentos.

Aspectos ecológicos: envolvem a biodiversidade de produção e alimentos saudáveis, com baixo uso de agrotóxicos e em sua maioria sementes crioulas, sem modificações genéticas que possam influenciar e alterar a genética local.

O aspecto cultural está embutido nessas intersecções. Uma vez que estamos falando também sobre o bem viver. No caso, se reflete no uso comunitário da casa da farinha, e nos vestígios das festas dos antigos seringais, que também fazem parte do convívio camponês, principalmente a Festa do Feijão abordada anteriormente.

Somente, portanto, uma compreensão aprofundada da ecologia humana dos sistemas agrícolas pode levar a medidas coerentes com uma agricultura realmente sustentável, por assim se tratar de bases multifacetadas, leva-se em consideração outras estruturas, como a cosmovisão da vida, a ancestralidade dos conceitos realizados na prática e aprendizagens empíricas da produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A superação do modelo capitalista de extração da natureza depende de romper com o produtivismo enraizado como única e exclusiva fonte geradora de oportunidade para o desenvolvimento. É impossível pensar o equilíbrio dos sistemas da Terra sem o abandono da lógica do capital, onde tudo é mercadoria e há a necessidade de crises para oportunidades de novos lucros. A transformação econômica está na valorização do cultural, que habita e se reproduz em análises locais, nos circuitos curtos de produção e consumo respaldada na cooperação, envolvimento comunitário e solidariedade.

Pode-se dizer que as formas de agricultura anteriormente utilizadas pelos povos camponeses foram combatidas a partir do regramento de uma única forma de se produzir: Sob os preceitos do agronegócio. Cada vez mais isoladas e marginalizadas, aos poucos, as famílias que permaneceram no campo se viram forçadas a alterar seu modo de vida para atender às demandas de interesses do mercado conforme imposição do Estado e mercado.

A partir desse ponto, a visão do Estado soberano contraria a relação de bem viver. É a sociedade que deve se autodeterminar para se contrapor à dinâmica de poder que o Estado carrega. Não deve ser portanto o de organizador e planificador da sociedade, mas de valorar o poder autogestionário. Não é o papel de criar de cima para baixo, sem entender a realidade da produção camponesa. É o de buscar potencializar as redes de produção, intercâmbio e inovação a partir da perspectiva local.

Neste sentido, é pertinente a luta do campesinato da floresta para a soberania alimentar e por sua autonomia. O caminho possível é pela reforma agrária popular. Aos que possuem terra, o acesso às políticas agrícolas visa atender a segurança alimentar da população, assim como respeitar a diversidade cultural dentro dos agroecossistemas no país. Mas são medidas paliativas devido a profunda divisão desigual entre os modelos e, por não tratarem dos interesses políticos do sistema capitalista, são escassas e sucateadas, conforme os interesses políticos do Estado brasileiro e seus agentes representativos.

No caso acreano, os impactos do desmatamento para dar lugar às plantações em larga escala ou criação de gado no território, é utilizado conforme necessidade de permanência na terra e geração de renda, uma vez que os subsídios para outras iniciativas em políticas públicas (além do que é voltado para as commodities em geral) são escassos, e por vezes as informações sobre as políticas disponíveis não chegam até as comunidades, como fora observado no caso das chamadas e editais do PNAE para a comunidade campesina se inscrever.

A economia da cidade de Marechal Thaumaturgo é respaldada na agricultura, onde a maioria da produção é realizada por camponeses residentes no Rio Juruá, Tejo e Amônia. A agroecologia dentro do território da RESEX Alto Juruá e PAE Triunfo/Porangaba está presente no cultivo e domesticação de sementes crioulas como o feijão, milho, melancia, jerimum; Uso de técnicas de biomassa como o paú para cobertura de solo; A utilização do calendário lunar para o plantio das culturas; O conhecimento de diferentes plantios na rotação de culturas em roçados em terra firme e várzea; A farinhada como método comunitário; Os adubos verdes que são posteriormente incorporadas ao solo, além das trocas de sementes, manivas, farinhas e outras formas de gerar a sociobioeconomia do território.

Estes são elementos que evidenciam a permanência e resistência do campesinato da floresta a partir da produção agroecológica. Também fazem parte os saberes empíricos da floresta presentes no território, entre outras bases como a caça, pesca e extrativismo. Conhecimentos que permeiam o modo de vida das raízes seringueiras, o bem viver enquanto modelo de resistência ao capitalismo verde, a cultura ribeirinha sob o formato de referência em acordo com as experiências indígenas e camponesas da floresta.

O contrato firmado entre camponês e Estado através da política vinculada ao PNAE permeia os mecanismos de geração de renda que se perpetua anualmente conforme demonstrado nos resultados das compras dos produtos da diversidade produtiva do campesinato da floresta. Isso nos mostra impactos positivo na qualidade de vida na rede campesina, além de combater a fome a desnutrição.

Houveram desafios imprevisíveis para atingir esse resultados e algumas incertezas foram pontuadas. Por se tratar de comunidades isoladas, a primeira questão é para quem vender os produtos? Haveria demanda para este tipo de compra de alimentos?

Mesmo que seja de difícil logística para sua entrega, a perspectiva de compra acordada de forma a prever o quantitativo da entrega dos alimentos agroecológicos é um meio assertivo encontrado, havendo o aumento da renda e certeza da entrega nas escolas. Como o contrato em mãos, e com resultados positivos, o PNAE apresenta-se como a possibilidade de bom rendimento.

Porém, conforme vimos nas especificidades da entrega, há algumas questões inerentes do território amazônico, como por exemplo a questão do período das cheias e secas e que podem influenciar no processo da produção de alimentos. Há também as infestações de mandarová e outros organismos nocivos nos roçados que podem ser decisórios no volume das entregas finais para as escolas, conforme cronograma de datas estipuladas.

Por parte da prefeitura, há apenas a responsabilidade na compra de alimentos. Por parte do campesinato da floresta há a responsabilidade de produzir, colher os alimentos, carregar os alimentos para os barcos e levar estes para as escolas através de embarcações nos períodos estipulados, sendo o dinheiro gasto de gasolina também a cargo do campesinato da floresta.

Segundo a rede campesina da floresta, o que poderia ser melhorado dentro da política pública PNAE é o aumento no preço unitário por produto das compras de alimentos produzidos, assistência técnica rural para os produtores terem melhoria na qualidade e quantidade das suas produções, auxílio financeiro para o deslocamento até as escolas, auxílio nas ferramentas e maquinários para as suas produções, como lonas, adubos e sementes.

A análise dos dados vinculados a produção, quanto as dificuldades à falta de assistência técnica e logística são pontuadas como reflexos de classificação do que pode ser aperfeiçoado perante políticas públicas de auxílio realizadas pelo Estado ou prefeitura de Marechal Thaumaturgo, e que podem ser ampliadas, podendo ser perspectivas de melhoria para os próximos anos.

A transição agroecológica se faz necessária para alcançar o equilíbrio de um manejo harmônico das vida integrantes do sistema, como animais, solo, água e plantas, para a obtenção de um alimento orgânico.

As complicações para se chegar na transição agroecológica incluem também questões de conflitos territoriais e familiares, questões climáticas de cheias e secas, os acesso a insumos, a questão da assistência técnica e a desconfiança de vizinhos e parentes por não apoiarem ou por criticarem tais decisões.

As sementes têm função essencial no quesito de patrimônio genético. É o principal meio de perpetuação da cultura e do conhecimento do campesinato da floresta, como fora levantado. Pois há inclusive a Festa do Feijão e diálogo entre produtores e trocas de sementes crioulas. Estas trazem consigo a bagagem de gerações de domesticação e seleção. São resistentes a doenças e apresentam variabilidade genética para sua perpetuação.

De forma significativa, o campesinato possui nas sementes crioulas sua própria autonomia. Pois veêm na coleta a possibilidade para o replantio no ano seguinte, gerando independência do mercado externo. A partir disso, os alimentos são considerados de melhor qualidade nutricional e emancipam o campesinato, gerando protagonismo no campo (MARCOS, 2007).

Conforme observado por Ploeg (2008), as estratégias de resistência e não dependência desenvolvidas pelo campesinato constituem a própria condição camponesa de enfrentar e superar dificuldades, através da luta constante pela autonomia, mesmo que essa classe seja

marginalizada e explorada. É possível cultivar a esperança através da cooperatividade, do trabalho e de ações conjuntas para fortalecer essa luta.

Porém, quando falamos de campesinato da floresta, além da questão marginalizada e explorada, há também a perspectiva de isolamento. Entre comunidades, seja no PAE Triunfo/Porangaba, como na RESEX Alto Juruá, as comunidades são distante uma das outras, muitas vezes horas ou dias para se chegar de barco. Esse distanciamento gera dificuldades no processo de unificação de lutas, assim como o processo de união entre a rede campesina para atingir objetivos convergentes entre os produtores. No processo do PNAE no que tange a cidade de Marechal Thaumatugo, a compra de alimentos por parte da prefeitura é o meio que “une” os produtores para que haja o processo de geração de renda e melhoria na segurança alimentar.

A importância do PNAE vai além do rendimento econômico das comunidades rurais e urbanas, conforme vimos o quantitativo do aumento da renda das famílias. Gera-se também contribuição para a melhoria na segurança alimentar, dignidade humana, justiça social, desenvolvimento econômico sustentável, conservação da biodiversidade (ao conservar sementes crioulas mantendo a diversidade e qualidade nutricional dos alimentos).

A metodologia e o formato como foi estabelecido o trabalho de campo com as entrevistas no território do Alto Juruá, a análise documental e levantamento bibliográfico viabilizou as categorias centrais desta pesquisa. A partir da fala dos sujeitos elucidou-se a respeito dos desafios na produção agroecológica, plantação e o uso dos venenos no roçado, a questão da assistência técnica, a transição agroecológica e as sementes crioulas.

Este trabalho, devido ao tema da emergência da utilização da agroecologia como forma de resistência da diversidade cultural e ecológica do campesinato da floresta, possui relevância para com a comunidade acreana do PAE Triunfo Porangaba e RESEX Alto Juruá e Acre em geral.

Além disso, possibilitou-se a criação de um banco de dados importante que poderá ser usado para identificar novas perspectivas e oferecer novas soluções sobre as declarações dessas pessoas. Esse material é significativo para a pesquisa da dissertação que não se limitou apenas à elaboração da tese e poderá ser aproveitado em estudos futuros.

Portanto, conclui-se que o PNAE enquanto política federativa exercida no território brasileiro, possui alguns resultados positivos obtidos durante esses últimos anos conforme a pesquisa levantada: A racionalização da logística de compra em circuitos curtos e os custos de distribuição dos produtos em todo o território nacional (Fortalecimento da compra de alimentos de produtos do campesinato em territórios próximos às escolas). Há também a diminuição do

poder de monopólio de um pequeno número de fornecedores de alimentos que dominavam esse mercado, no caso de processados e ultraprocessados.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O Bem Viver**. Uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ACRE. Lei Estadual nº 1.426/2001. Dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas e dá outras providências. Rio Branco, Governo do Estado do Acre, 2021. Disponível em: <http://>. Acesso em 04 jul. 2024.
- ACRE. Governo do Estado do Acre. **Acre em Números**. Rio Branco: SEPLANDS, 2009.
- ALCÂNTARA, L.C.S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**, UFPR, v. 40, p. 231-251, 2017.
- ALLEGRETTI, M. H. **A Construção Social de Políticas Ambientais** – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. 2002. 207f. Tese (Doutorado em Gestão e Política Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. 2002.
- ALMEIDA, M. W. B. **A Criação da reserva extrativista do Alto Juruá**: conflitos e alternativas para construção. Campinas: Ed. Terceira Visão, 1993, p. 1-34.
- ALMEIDA, M. W. B.; WOLFF, C. S.; COSTA, E. L.; PANTOJA, M. Habitantes: os seringueiros. In: CUNHA, M. C. e ALMEIDA, M. W. B. (org.). **Encyclopédia da Floresta – O Alto Juruá**: Práticas e Conhecimentos das Populações. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 105-146.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ÁLVARES, V. **Influência do processo artesanal de produção de farinha de mandioca na classificação final do produto**. Rio Branco: Embrapa Acre, 2022.
- ARAÚJO, J. M. **Seringueiros do Alto Acre no século XXI**: Estado desenvolvimentista e mudança sociocultural na Amazônia brasileira. 2021. 409 f. Tese (Doutorado) – Araraquara, UNESP, 2021.
- BANCO MUNDIAL. Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre-PROACRE. Documento de Avaliação do Projeto, 2008.
- PILNIK, M. S.; ARGENTIM, T. Alimentação escolar indígena entre os Huni Kuin do Jordão,

Acre. *In: BARROS, Flávio Bezerra et al. (org.). Agroecologia e povos tradicionais na América Latina e Caribe.* Brasília: Embrapa, 2023, v. 6, cap. 9, p. 289-325.

BRASIL. Lei Federal nº 11.947/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Resolução nº 38/2009.

BRASIL. Ibama. **Ibama suspende cautelarmente aplicação de agrotóxicos à base de fipronil.** Brasília. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/notas/2024/ibama-suspende-cautelarmente-aplicacao-de-agrotoxicos-a-base-de-fipronil>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRASIL. Lei Federal nº 11.346/2006, **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. **Plano Brasil sem miséria.** Brasília, 2011. Disponível em: <http://mds.gov.br/webarquivos/publicacao/FOME%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 4 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MS). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Alimentação Escolar.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 05 nov. 2024.

CAPORAL, F. R. **Transição Agroecológica e o papel da Extensão Rural.** Extensão Rural, v. 27, n. 3, p. 7-19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/38420/pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024.

CARVALHO, M. B. **Conservação da agrobiodiversidade e desmatamento na Amazônia: os desafios da produção de farinha de mandioca na região de Cruzeiro do Sul, Acre.** Cadernos de Campo, São Paulo, v. 25, n. 25, p. 176-199, 2017.

COSTA, A. B. **Tecnologia social & políticas públicas** - São Paulo: Instituto Pólis. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.

COSTA, B. L. **Territorialidade camponesa: estratégias de reprodução e organização socioespacial.** Rio Branco: Edufac, 2019. 146 p.

CRISTOFOLLI, Pedro Ivan et al. **Efeito Indução do PAA e PNAE Sobre a Adoção da Cooperação e da Agroecologia por Agricultores Familiares e Assentados.** *In: III CONPES – Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária, Unifesp, 2021.* Disponível em: <https://abpes.org/CHRISTOFFOLI-pedro-PRESA-rosecleia-AZEREDO-raoni-CHRISTOFFOLI-gustavo.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história.** São Paulo: Martin Claret, 2001

DINIZ, G. A. S.; SIVIERO A.; BASSINELLO, P. Z.; COSTA, J. G. C. da; MATTAR, E. P. L.; SANTOS, R. C. dos; SANTOS, V. B. dos. Diversidade de feijões do Acre, Amazônia. *In: SIVIERO A.; SANTOS, R. C. dos; MATTAR, E. P. L. (org.). Conservação e tecnologia para o desenvolvimento agrícola e florestal no Acre.* Rio Branco: Editora IFAC, 2019, p. 481-518.

ELIAS, Lilian De Pellegrini et al. **Efeitos das compras públicas na renda de agricultores familiares no Brasil: análise do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília, DF: Ipea, dez. 2024. 31 p. (Texto para Discussão, n.3072). DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3072-port>

FARIAS, C. S.; SILVA, S. S. da. **As fronteiras da fronteira e a expressão da multitransterritorialidade acreana**. ENTRE-LUGAR, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 95–110, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/4499>. Acesso em: 27 fev. 2025.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

FERNANDES, B. M. **Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA. v. 34, n. 2, Jul/Dez. 2007.

FERNANDES, B. M. e GIRARDI, E.P. Geografia da Conflitualidade no Campo Brasileiro. In: MANÇANO, B. F. et al (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora da UNESCP, 2009.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 26/2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, FNDE, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GONÇALVES, Ana Lúcia. **A incidência da cosmovisão indígena na política externa de meio ambiente boliviana: a internacionalização dos direitos da Mãe Terra durante os dois primeiros mandatos de Evo Morales (2006-2015)**. 2022. 139 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

IANNI, Octávio, **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 55.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/marechal-thaumaturgo/pesquisa/10102/122229>. Acesso em 2 de fev. 2025

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/07/2024.

IBGE. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024

IKUTA, F. K. Agroecologia e fumicultura na comunidade rural Arroio Grande (Iraty-PR): Repertórios de ação e resistências camponesas. **Revista Pegada eletrônica** (online), v. 19, p. 139-161, 2018.

LE TOURNEAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 111-130, jan./jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2010000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 ago. 2024.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI**. Novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Ecossocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**. São Paulo, n. 28, p. 35-60, 2009.

LUCIANO, G. J. D. S. **Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real**: os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. 2011. 370 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2011.

MACHADO, Marcelo Luan Costa. **Relatório consolidado de monitoramento do uso de agrotóxicos no estado do Acre – 2024**. Rio Branco. Coordenação de fiscalização de agrotóxicos e afins – COFIA. 2024. 26 p. <https://idaf.ac.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/RELATORIO-OFFICIAL-MONITORAMENTO.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MACHADO, L. S., ROCKETT, F. C., PIRES, G. C., CORRÊA, R. S., & OLIVEIRA, A. B. A. (2018). Alimentos orgânicos e/ou agroecológicos na alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul, Brasil. **DEMTRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 13(1), p. 101–115. DOI: 10.12957/demetra.2018.30699.

MARCOS, de Valeria. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. **Agrária**, São Paulo, n. 7, p. 182–210, 2007. DOI: 10.11606/issn.1808-1150.v0i7p182-210. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/134>. Acesso em: 24 nov. 2024.

MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes. 1981.

MARTINS, José de Souza. **Terra e liberdade: a luta dos posseiros na Amazônia Legal**. São Paulo: Ed. Plural, 1979.

MELO, Mylena. **Da política ao prato**: entenda a história da merenda escolar. São Paulo: O Joio e O Trigo, 2021. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2021/02/da-politica-ao-prato-entenda-a-historia-da-merenda-escolar/>. Acesso em: 1 dez. 2024.

MOLINA, M. G. de; PETERSEN, Paulo; PEÑA, F. G.; CAPORAL, F. R. **Introdução à agroecologia política.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2023. 333 p.

MORAES, A C R. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil.** São Paulo: Hucitec. Acesso em: 12 dez. 2024.

MORAIS, Maria de Jesus. Acreanidade: invenção e reinvenção da identidade acreana. Rio Branco, 2016 Disponível em: http://www2.ufac.br/editora/livros/JESUS_Acreanidade.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

MOREIRA, S. S. **O processo de transição agroecológica no centro sul do Paraná: Avanços e desafios vivenciados pelas famílias do núcleo monge João Maria.** 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, 2020.

NEVES, E. G. **Arqueologia da Amazônia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OLIVEIRA, A. O. de. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos Caminhos da Geografia.** 5 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, A. O. de. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. **Revista Eletrônica Geoaraguaia.** São Paulo, v. 2, n. 1. jan./jul. 2007.

PACHECO, T.; FAUSTINO, C. **A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa.** In: PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P.

PAULA, Elder Andrade de. **Capitalismo verde e transgressões:** Amazônia no espelho de Caliban. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

PESSOA, E. S. **Trabalhadoras da floresta do Alto Juruá:** cultura e cidadania na Amazônia. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

PEIXINHO, A.M.L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência Saúde Coletiva.** v. 18, p. 909–916, 2013.

PONTE, K. F. da. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho:** um estudo a partir da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC). 2014. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, 2014.

PORTO, M.F., PACHECO, T., e LEROY, J.P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil:** o Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, p. 73-114.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **A Territorialidade Seringueira - Geografia e Movimento Social.** GEOgraphia, v. 1, n. 2, p. 67-88, set. 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória – tensões**

territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-americana.** GEOgraphia, v. 8(16). <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2006.v8i16.a13521>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução: Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

RELATÓRIO socioeconômico da reserva extrativista do Alto Juruá. Rio Branco: ASEREAJ; IBAMA e CNS, 1991.

ROCHA, M. C. **A agroecologia e os Agentes Agroflorestais Indígenas no Acre.** Comissão Pró-Indígenas do Acre. Rio Branco. jun. 2016. Disponível em: <https://cpiacre.org.br>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SÁ, Eduardo. 2022. **Prefeitura no Acre é referência de investimento no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).** Midia Ninja, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://shre.ink/exYK>. Acesso em: 10 out. 2024.

SABOURIN, E. P. **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SEVILLA GUZMÁN, E.; SOLER MONTIEL, M.; GALLAR, D.; VARA-SÁNCHEZ, I.; CALLE, A. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía.** Sevilla: Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia e Igualdad, Junta de Andalucía, 2012.

SCHOTTZ, V. **Mulheres, agroecologia e alimentação escolar:** recomendações ao PNAE. Brasília: FIAN Brasil, 2023. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/mulheresPnae>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, S. S. **A produção camponesa e a agroecologia: possibilidades técnicas para a produção e geração de renda familiar.** In: SANTOS, Rosana Cavalcante dos; SIVIERO, Amauri. Agroecologia no Acre. Rio Branco: EDITORA IFAC, 2015, p. 47-62.

SILVA, S. S. **Camponeses da floresta: apontamentos para a compreensão da diferenciação dos trabalhadores seringueiros e da formação do campesinato acreano.** *Terra Livre*, v. 1, n. 26, p. 45–61, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/207>. Acesso em: 10 mar 2025.

SILVA, S. S. **Na fronteira agropecuária acreana**. Rio Branco: UFAC, 2003.

SILVA, S. P. **Trajetória e padrões de mudança institucional no Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília: Ipea, 2020. (Texto para Discussão, Nº 2.529). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2529.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

SOUZA, João José Veras de. **Seringalidade: A Colonialidade no Acre e os Condenados da Floresta**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2016.

STÉDILE, João Pedro. A questão agrária e o socialismo. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002, p. 306-322.

TASTEVIN, Constantin. "Le Fleuve Murú". *La Geographie*, XLIII:403-422 e XLIV:14-35. 1925.

TOLEDO, Victor M. **La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Barcelona: Icaria, 2009.

WOLSTEIN, A.R.P.; LIMA, E.M.; AMARAL, EUFRAN, F.; BRAZ E.M.; PINHEIRO, F.L.N.; FRANKE, I.L.; SANTOS, M.H. dos; SILVA, R.F. **Metodología para o planejamento, implantação e monitoramento de projetos de assentamentos sustentáveis na Amazônia**. Rio Branco: Embrapa-CPAF/AC / INCRA / FUNTAC, 1998. 29 p.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MESTRANDO: VICTOR SOUZA JORQUEIRA

ROTEIRO DE ENTREVISTAS REALIZADAS COM A PREFEITURA DE MARECHAL THAUMATURGO

Roteiro básico de entrevista semiestruturada para aplicação com a prefeitura de Marechal Thaumaturgo

Roteiro de Perguntas para o Marcos (Assessor técnico da ONG Saúde e Alegria) e Leonarda (Coordenadora de programa do MEC/FNDE)

- 1- O que é necessário para o camponês aderir ao PNAE juntamente com a prefeitura?
- 2- Como é feita a parceria junto com os agricultores para aderirem ao PNAE?
- 3- Quais as dificuldades que a prefeitura tem enfrentado nesses últimos anos? Quais foram as soluções encontradas?
- 4- Como é feita a logística de entrega de alimentos?
- 5- Qual o papel da prefeitura no acompanhamento do PNAE? Quais são as responsabilidades que a prefeitura detém?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MESTRANDO: VICTOR SOUZA JORQUEIRA

ROTEIRO DE ENTREVISTAS REALIZADAS COM AS FAMÍLIAS CAMPONESAS DA RESEX ALTO JURUÁ E PAE TRIUNFO/PORANGABA

Roteiro básico de entrevista semiestruturada com a liderança responsável para responder o questionário a respeito da produção agroecológica

- 1- Nome e N° de familiares.
- 2- Qual a origem do seu conhecimento na produção agroecológica?
- 3- É uma construção do conhecimento local ou aperfeiçoada tecnologicamente por agentes externos?
- 4- Quais os saberes que você possui na agricultura ecológica de seu roçado?
- 5- Quando foi sua entrada na política pública PNAE? Quais foram os principais motivadores?
- 6- O que mudou na vida de sua família após iniciar com a distribuição das merendas pelo PNAE?
- 7- Qual os meios de renda que a família tem acesso?
- 8- Que política pública acessa atualmente?
- 9- Dentro da sua comunidade existem mutirões? Como funciona a organização?
- 10- Você possui outras rendas para além da produção dos roçados?